

**Contributos para a História da Economia enquanto Objecto e Sujeito
de Conhecimento**

Henrique Alexandre Abreu Costa de Oliveira

**Dissertação
de Mestrado em História
Especialização em História Contemporânea**

Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública

Novembro 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, realizada sob a orientação científica de José Neves

À Catarina

AGRADECIMENTOS

Correndo o risco de não referir o nome de alguma pessoa responsável pela conclusão desta dissertação, decidiu-se que valeria a pena não deixar esta página em branco. Dessa forma, considero indispensável reconhecer a paciência demonstrada pelos meus pais, ao longo de todo o tempo em que estive ocupado com a tarefa em questão. A sua virtude foi de um valor tal que se materializou em custos financeiros desnecessários. Ao meu irmão mais velho, concedo o papel de exemplo - que atribuo à minha pessoa, uma vez que planeio ser o primeiro a obter o grau de mestre. Como tal, aguardo ansiosamente pelo dia em que não tenha de cumprir esse papel. Felizmente, isso implicaria que ele não estivesse em vias de terminar dois mestrados em dois anos. A todos os meus colegas académicos, em especial ao Nuno Gonçalo Simões, agradeço o apoio moral que tantas vezes fizeram questão de expressar, ainda que o último tenha sido sempre acompanhado por uma obsessão intragável e inexplicável por Metallica e pela Carris. Aos meus amigos músicos, aproveito esta oportunidade para denunciar a inveja que em mim causaram, ao decidirem fazer da sua música uma experiência digna de ser vivida por todo o ser vivo munido do sentido da audição. Que não sobre quaisquer dúvidas sobre qual o significado a retirar do sentimento que se quis expressar, cujo valor é tão inestimável quanto as vidas do Ricardo Costa e do Pedro Colaço. Como tal, espero que esta dissertação não represente de maneira nenhuma a capacidade que ambos demonstraram em superar o maior desafio alguma vez enfrentado pelo ser humano. Ao meu orientador, agradeço a capacidade de ter aturado alguém profissionalmente tão inepto e indeciso, mas que também nunca deixou de se sentir em dívida para com a sua sabedoria e os seus conselhos. Finalmente, acho por bem incluir os meus irmãos mais novos e aos meus outros pais, cujo afecto sempre disponibilizado foi uma enorme fonte de inspiração e distração para o trabalho desenvolvido.

Obrigado,

Henrique

PS: É Pena que não tenha encontrado espaço para mencionar mais do que duas pessoas pelos seus nomes, sendo que nenhuma delas é a minha parceira – a pessoa verdadeiramente responsável pela criação das condições necessárias e propícias à conclusão desta experiência e à minha felicidade. Nesse sentido, torna-se pura e simplesmente inconcebível a ausência de qualquer referência à pessoa em quem pensei enquanto escrevia todas as palavras deste documento. Talvez seja mais justo assim. Afinal, nada do que eu tenha escrito corresponde minimamente àquilo que ela representa para mim.

Contributos para a História da Economia enquanto Objecto e Sujeito de Conhecimento

Henrique Alexandre Abreu Costa de Oliveira

[RESUMO]

Na época contemporânea, a relação entre o Estado e a economia assumiu uma posição central em diversos debates, de natureza histórica, teórica, prática e científica, nos meios académicos, políticos e sociais. Tendo em conta não só o problema da satisfação das nossas necessidades materiais, como o exercício da liberdade em geral, ambas as entidades têm sido continuamente sujeitas a críticas, escrutínios, análises, opiniões e políticas, por parte de pensadores, partidos, movimentos, interesses e todos aqueles que procuraram e procuram pela melhor (ou pior) maneira de se concretizar os dois objectivos em questão. Contudo, esse debate tem sido igualmente marcado por concepções do Estado e da economia que lhes garantem uma unidade, uniformidade e coerência a questionar. É por esse caminho que a presente dissertação envereda, com o intuito de dar a conhecer novas abordagens a essa relação, através das quais podemos oferecer novas respostas ou, mais importante ainda, novas perguntas para futura consideração.

[ABSTRACT]

In the modern period, the State/economy relation has become central in many different debates, be it of a historical, theoretical, practical or scientific nature, in the academic, political and social domain. Taking into account not only the problem of satisfying our material needs, but of the exercise of freedom in general as well, both entities have been

continuously subjected to critiques, scrutiny, analysis, opinions and policies, through the will of thinkers, parties, movements, interests and all those who sought and seek the best (or worse) way to achieve both objectives. However, such debate has also been marked by certain conceptions of both the State and the economy which attribute them a questionable unity, uniformity and coherence. Thus, the following dissertation is on exploring such issue, in order to present new approaches to the State/economy relation, through which one intends to offer new answers or, better yet, new questions for future consideration.

PALAVRAS-CHAVE: economia, Estado, ciência, política, teoria, história, distinção, cumplicidade

KEYWORDS: economy, State, economics, theory, politics, science, history, distinction, complicity

Índice

0. INTRODUÇÃO	1
1. DE KARL POLANYI A JAMES C. SCOTT	6
PLANEAR O LAISSEZ-FAIRE E A CONSPIRAÇÃO ANTILIBERAL	10
<i>O Inimigo ideológico e o mal menor: A ausência da política sempre mais presente ...</i>	13
<i>A economia moral como legado da grande transformação.....</i>	15
<i>Conclusão</i>	25
2. ENTRE A TEORIA E A REALIDADE.....	29
<i>QUE HISTÓRIA DO ESTADO?.....</i>	30
<i>HIGH MODERNISM</i>	36
<i>Colectivização – High Modernism Económico.....</i>	39
<i>Então e a Economia de Mercado?</i>	45
<i>How certain schemes have failed.....</i>	52
3. “THE BIRTH OF THE ECONOMY”: POLÍTICA NO SÉCULO XX.....	54
<i>SOBRE A ECONOMIA</i>	59
<i>INCOMPLETUDE E PROCESSUALIDADE: AS REFORMAS ESTRUTURAIS</i>	67
<i>“BETWEEN ECONOMICS AND THE ECONOMY”: TIMOTHY MITCHELL E OS ESTUDOS SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (STS)</i>	82
<i>ENTRE A ECONOMIA, O ESTADO E A SOCIEDADE: OUTRAS POSSIBILIDADES DA INVERSÃO METODOLÓGICA</i>	89
4. CONCLUSÃO	99
5. BIBLIOGRAFIA	103

Introdução

A presente dissertação nasceu do interesse por um conjunto de características que se encontram tipicamente associadas ao domínio económico, como a sua autonomia e a sua especificidade. Independentemente de estarmos a falar sobre a própria actividade de natureza económica ou do conhecimento que utilizamos para descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la, existe um determinado consenso sobre a sua definição e a sua existência. Em parte, esse consenso é justificado pelo facto de se tratar de uma entidade que é tida como intrínseca à condição humana. Como tal, é-lhe dada uma grande importância, não só pela sua inerência, mas também pelo facto de se presumir que a economia corresponde à dimensão material da vida social. Sendo o termo a que recorremos para designar o “conjunto de atividades desenvolvidas pelo homem para obter os bens e serviços indispensáveis à satisfação das suas necessidades”¹, a sua importância assume um cariz hegemónico.

Perante a definição acima apresentada, parece natural que a dimensão económica da vida social constitua uma prioridade individual e colectiva, visto que a privação material acarreta consequências potencialmente severas, nomeadamente do ponto de vista biológico. Nesse sentido, também é lógico que as instituições políticas se preocupem com a saúde económica da população que tencionam governar. Porém, o papel que o Estado procura desempenhar a esse nível é alvo de um debate central ao discurso económico, independentemente das posições que favorecem ou condenam essa actuação. Na origem desse debate, encontra-se a presunção da natureza autónoma da realidade económica, cuja dinâmica interna é tida como essencial à sua própria existência e reprodução. Sendo o Estado um agente inexoravelmente externo, a sua preocupação para com o bem-estar e

¹ *economia* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/economia>

conforto material da população a que corresponde suscita uma discussão que tem ocupado muitas páginas, horas, mãos e mentes, pelo menos, nos últimos dois séculos.

É também neste contexto que podemos compreender a relação entre a ciência económica e o Estado. Na presunção da naturalidade da economia, o desenvolvimento da ciência económica pautou-se por diferentes tentativas de aproximação às ciências naturais, de modo a que o conhecimento produzido não se visse refém de posições como aquela que o Estado mantém face à realidade estudada. Sendo ele a representação mais comum do domínio político, é natural que os economistas encarem a sua intervenção na economia com algum cepticismo: afinal, se a ciência económica segue um princípio de respeito pelas fronteiras do seu objecto, não deveria o Estado obedecer também a esse princípio? Contudo, no interior da ciência económica, a resposta à questão não é indisputada. Mesmo os economistas adeptos da condução da actividade económica livre de intervenções políticas reconhecem frequentemente a necessidade e/ou os benefícios dessas intervenções, seja do ponto vista histórico, filosófico ou científico. Consequentemente, surge uma rede de questões interminável, referentes às condições, meios, princípios, objectivos, possibilidades e limites que legitimam (ou não) a separação entre as esferas política e económica.

Acresce que esta discussão não se limita aos propósitos de satisfação das necessidades materiais/biológicas do ser humano. Do ponto de vista histórico, a relação Estado/economia emergiu também como um problema específico à época tradicionalmente denominada por “liberal”, na qual o exercício de liberdade se tornou o princípio edificante da nossa experiência. Deste modo, o debate em questão esteve sempre associado a esse princípio, nomeadamente em perspectivas que atribuem à actividade económica a capacidade de sustentar o exercício de liberdades de outra natureza². Por oposição ou em complementaridade, o exercício dessas liberdades pode ser igualmente considerado como uma premissa necessária ou inerente à realidade económica³.

Estas palavras iniciais de reflexão sobre a relação entre economia e liberdade, ao mesmo tempo que reforçam a importância – de cariz histórico (e até moral) – da entidade pela qual se expressou o interesse inicial, também a tornam incompatível com as

² Pense-se em invenções como o automóvel, o telemóvel e as redes sociais, através das quais podemos exercer a liberdade de movimento, de associação, de expressão, entre outras.

³ Pense-se no exercício da liberdade de movimento, de associação e de expressão, através dos quais as empresas automóveis, de telecomunicações e digitais conseguem criar automóveis, telemóveis e redes sociais.

características que começámos por ver serem-lhe tendencialmente atribuídas. A complementaridade entre os domínios económico e político manifesta-se, pelo menos segundo determinadas leituras, enquanto premissa do exercício da liberdade. Perante essa condição, as fronteiras da economia (assim como as da política), sendo reconhecíveis na sua autonomia, especificidade e naturalidade, passam a ser questionáveis, por inerência às condições políticas que permitem e sustentam a satisfação das nossas necessidades.

Assim, é esta condição simultaneamente distinta e simbiótica da relação Estado/economia que constitui a questão de partida das páginas que se seguem. Consequentemente, o debate a que nos referimos inicialmente não deixa de estar presente ao longo das páginas que se seguem. No entanto, a questão de partida apresentada levamos antes a uma problematização das categorias que o compõem.

*

A dissertação começa por analisar *A Grande Transformação*⁴, de Karl Polanyi, uma obra publicada em 1944 e que apresenta uma tese histórica sobre a emergência da economia de mercado. O economista austro-húngaro apresenta um argumento a favor da ideia de que esse sistema económico nasceu e é sustentado pela acção do Estado – contrariando a visão dos críticos da necessidade e benefícios decorrentes dessa acção (que favorecem o funcionamento da lógica interna do mercado, a autorregulação). De seguida, a tese de Polanyi é verificada e complementada através de *The Moral Economy of the Peasant*⁵, livro de 1976, da autoria de James C. Scott, um antropólogo que assume a sua dívida para com o pensador europeu. Dedicando-se ao estudo da emergência da economia de mercado num contexto colonial, o autor norte-americano procura evidenciar o conjunto de problemas decorrentes desse processo, entre os quais a erosão do princípio da *economia moral*⁶. Do ponto de vista teórico, esta primeira parte da dissertação refere-se justamente a uma problematização da relação Estado/Mercado, correspondente à relação política/economia.

Na segunda parte da dissertação, é considerada a hipótese de abordar a economia de mercado como um elemento da história do Estado Moderno. Para tal, é introduzida uma nova referência bibliográfica: *Seeing like a State*⁷, escrito também por James Scott, mas

⁴ *Questões de Interpretação*, trad. Miguel Serras Pereira, edições 70, Lisboa, 2012

⁵ *rebellion and subsistence in Southeast Asia*, New Haven, Yale University Press, 1976

⁶ A definição do conceito encontra-se nas páginas 18-20 desta dissertação.

⁷ *How certain schemes to improve the human condition have failed*, Yale University Press, 1998.

mais recentemente, em 1998. Esta obra revela uma afinidade significativa da emergência da economia de mercado com os projectos estatais que o autor analisa, como as cidades planeadas ou a agricultura científica e industrializada. Contudo, essa afinidade não lhe é indiferente, tendo em conta a discussão em que o próprio autor se envolve com alguns dos autores que recensearam o seu trabalho. Em causa está precisamente a hipótese a testar, uma vez que os críticos de *Seeing like a State* interpretam a análise de Scott como mais uma prova dos benefícios resultantes do respeito pelas fronteiras da economia, garantida pelos problemas oriundos da intervenção estatal (planificadora) nesse domínio (assim como na sociedade). Com este exercício de confrontação entre o autor de *Seeing like a State* e os seus críticos, surge uma oportunidade interessante para aprofundar a hipótese inicialmente formulada, o que sucede na última parte da dissertação.

A terceira e última parte da tese constitui-se como a mais importante. No seguimento da historicidade que Polanyi e Scott atribuem à economia de mercado, é apresentada a tese (em certo sentido, mais ambiciosa) de Timothy Mitchell: *o birth of the economy*⁸. Em *Rule of Experts*⁹, de 2002, o autor britânico não se limita a confirmar a tese concebida pelos seus antecessores, antes argumentando que é o próprio domínio económico – na sua concepção mais comum – deve ser tido como uma consequência específica da história do Estado Moderno. Partindo dessa premissa, Mitchell pede-nos que repensemos radicalmente a relação política/economia enquanto resultado, e não premissa, de um processo histórico de reorganização da vida social. Por essa razão, é importante referir-nos brevemente à distinção entre *o birth of the economy* e as ideias polanyianas e scottianas. Tanto na crítica da Polanyi como na de Scott, a economia de mercado é problematizada com base na sua condição intrinsecamente artificial e, por isso, incompatível com uma essência supostamente mais natural da condição humana. No caso de Mitchell, o mesmo não se aplica. De acordo com o próprio, essa crítica, independentemente do valor que possa ter, recorre à mesma lógica de distinção entre política e economia que ele entende ser problemática, pelo facto de considerá-la histórica, e não natural. Nesse sentido, o historiador britânico demonstra a utilidade em abordar primeiramente a dimensão epistemológica de um fenómeno, enquanto meio para compreender a sua ontologia – princípio esse que foi baptizado de *inversão metodológica*, como veremos.

⁸ A sua definição encontra-se nas páginas 61-65 desta dissertação.

⁹ *Egypt, Techno-Politics, and Modernity*, Berkeley: University of California Press, 2002.

Ainda na terceira parte, a análise de Mitchell, ao problematizar a construção da entidade económica, abrir-nos-á o caminho para a exploração de um conjunto de outras distinções, conflitos, simbioses e cumplicidades que a permeiam. Num primeiro momento, esse caminho é orientado para o debate da questão da autonomia da realidade em relação às suas representações (e vice-versa), através da leitura de *The Laws of the Markets*¹⁰. Editada por Michel Callon em 1998, esta obra reúne um conjunto de artigos nos quais encontramos um contributo relevante para a problematização da distinção entre a economia e a ciência económica. Num segundo momento, o binómio Estado/economia volta a ocupar uma posição central, sendo que será o Estado, e não a economia, o objecto primordial da nossa problematização. Aqui, introduziremos a obra de Patrick Joyce, *The State of Freedom*¹¹, de 2013, na qual é apresentada uma tese análoga ao *birth of the economy* – só que aplicada ao domínio da política. De acordo com Joyce (que também subscreve a inversão metodológica), a reciprocidade latente no processo de distinção entre Estado e economia significa que o primeiro pode e deve ser submetido à mesma análise teórica de que a última foi alvo. Ao propor-se a esse exercício, o autor procura demonstrar como a naturalidade, a autonomia e a especificidade do Estado são também características históricas, e não naturais. Por fim, e ainda na pista de Joyce, a inversão metodológica é estendida uma última vez até ao domínio social. Em causa está a distinção Estado/sociedade, cuja natureza processual não só é semelhante à distinção Estado/economia, como, segundo o próprio Joyce, deve ser considerada como o resultado de um único processo político, que envolve as três entidades referidas. Em conformidade com essa perspectiva, procede-se então a uma breve análise de *Reassembling the social*¹², obra de 2005, através da qual se torna possível problematizar o carácter natural, autónomo e específico da sociedade, tendo por base a reformulação da sociologia que o sociólogo Bruno Latour propõe na obra.

¹⁰ Oxford: Blackwell: *The Sociological Review*, 1998.

¹¹ *A Social History of the British State since 1800*, New York, Cambridge University Press, 2013.

¹² *an introduction to actor-network-theory*, New York, Oxford University Press, 2005.

Parte I

Da Grande Transformação à Economia Moral

A *Grande Transformação*¹³, de Karl Polanyi, dirige várias as críticas à ciência económica. Ao longo do texto, o autor demonstra uma preocupação relativamente ao sistema de economia de mercado e ideias subjacentes, devido ao que argumenta serem os seus efeitos disruptivos na sociedade humana. Enquanto muitos economistas debatiam (e debatem) a melhor maneira de assegurar o bom funcionamento dos mercados – e criticam a necessidade da intervenção estatal, Polanyi ocupou-se do estudo sobre a *instauração* deste sistema económico¹⁴, uma abordagem que pressupõe, desde logo, a inexistência de uma economia de mercado anterior à *grande transformação*. Assim, é possível deduzir uma das divergências subjacente (mas também exposta e argumentada) ao seu pensamento: a rejeição da “*prevalência do mercado enquanto forma histórica primordial de organização societal*”¹⁵. A sua justificação, no entanto, não é apenas teórica, dado o número de exemplos históricos e relativos a diferentes povos, em conjunto com a descrição dos sistemas económicos pré-Revolução Industrial, que servem de base para refutar a natureza do Homem, no que toca à sua tendência para “*negociar, permutar ou trocar umas coisas por outras*”¹⁶ (subjacente às ideias de Adam Smith). O *Homo Economicus*, de John Stuart Mill, seria também um produto, e não uma causa, de uma

¹³ A obra utilizada não foi a original, mas sim *A Grande Transformação, de Karl Polanyi: Questões de Interpretação*, trad. Miguel Serras Pereira, edições 70, Lisboa, 2012, pertencente à colecção *História & Sociedade*, dirigida por **Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo**. Esta edição inclui um ensaio introdutório escrito pelos três autores, sendo que o outro ensaio é da autoria de Rui Henrique Santos. Ambos precedem o texto integral (escrito por Polanyi). A tradução rege-se pelo Acordo Ortográfico, ao contrário do meu texto.

¹⁴ *Ibid.*, ver Capítulos IV e V, “Sociedades e Sistemas Económicos” e “A Evolução do Modelo de Mercado”, respectivamente.

¹⁵ *Ibid.*, “A Grande Transformação, de Karl Polanyi: Questões de Interpretação”, pág.11. O sublinhado é meu.

¹⁶ *Ibid.*, pág. 176. Entende-se esta “natureza do Homem” enquanto condição *sine qua non* para o desenvolvimento da civilização humana.

sociedade na qual o lucro adquire uma importância central, enquanto propósito da actividade económica (e posteriormente alastrado a todo o comportamento humano). Porém, não é possível continuar esta exposição sem responder à seguinte pergunta: o que é a grande transformação?

É um processo histórico do qual resulta a *desincrustação* social da economia. Segundo Polanyi, antes do século XIX, o funcionamento dos diferentes sistemas económicos estava submetido à “*acção da política, da religião e das relações sociais*”¹⁷. Por outras palavras, as instituições não-económicas orientavam os princípios e fins da produção e distribuição de bens materiais. A *incrustação*¹⁸ – conceito que o autor encontrou para descrever esta dinâmica, anterior à “civilização de oitocentos” – funcionava de forma contrária a qualquer benefício em agir segundo o interesse económico individual, essencial para o funcionamento duma economia de mercado.

Por oposição, a desincrustação social da economia consiste na autonomização da economia face às diferentes instituições que a governavam. Partindo desta nova configuração, a actividade económica é desenvolvida segundo um princípio também ele económico: o *lucro*. Historicamente, o autor refere-se à *reciprocidade*, à *redistribuição* e à *administração doméstica*, enquanto princípios organizadores dos sistemas de produção e distribuições de bens (até ao fim do feudalismo na Europa), cuja aplicação é conseguida através dos seus respectivos *modelos institucionais*: a *simetria*, a *centricidade* e a *autarcia*¹⁹. Sejam os Trobriandeses da Melanésia Ocidental²⁰, os Bergdama²¹ ou os Kwakiutl²², sejam as “*sociedades homogéneas ou estratificadas*”²³; a família, a tribo e a religião (entre outras instituições) encontram-se de tal forma imiscuídas no processo produtivo/distributivo que os bens materiais existem e interessam apenas na medida em que servem os interesses sociais referentes a essas instituições²⁴. Por fim, a administração

¹⁷ *Ibid.*, pág. 89.

¹⁸ Tradução mais utilizada de *embeddedness*, “*canónica no português (de Portugal, pelo menos)*”, *Ibid.*, pág. 88

¹⁹ *Ibid.*, pág. 191.

²⁰ *Ibid.*, pág. 181.

²¹ *Ibid.*, pág. 185.

²² *Ibid.*, pág. 186.

²³ *Ibid.*, pág. 188. Polanyi distingue-as “*entre as sociedades socialmente unificadas no seu todo e as que se dividem entre governantes e governados*”; *Ibid.*

²⁴ O autor explica que, para sobreviver, de nada adianta ao indivíduo duma sociedade tribal agir de forma egoísta, dado papel da comunidade em impedir que alguém morra de fome. Caso surja uma ameaça catastrófica, é toda a sociedade que está em risco, e não apenas o indivíduo. *Ibid.*, pág. 179. Quanto à imiscuição das instituições não-económicas, o autor recorre à descrição das “*exibições cerimoniais*” e celebrações (festas) para exemplificar o processo de reciprocidade e redistribuição dos bens produzidos.

doméstica – a produção para consumo próprio - apenas surge num momento posterior das economias agrícolas²⁵, com o propósito de garantir a autossuficiência da unidade familiar, aldeã ou senhorial. Assim, a produção orientada para o lucro seria apenas secundária, face à primazia da administração doméstica.

Os problemas – referentes à instauração do novo sistema económico – devem ser compreendidos à luz da relação conceptual entre *sociedade* e *economia*, – baseada na *submissão/subjugação* de uma face à outra - tendo em conta a (omni)presença destes conceitos ao longo da obra. A existência da incrustação social da economia é fundamentada na sociologia, antropologia e história do seu tempo, na qual a secundarização da economia perante a sociedade é apenas um dos vários indícios que confirmam a “*imutabilidade do homem enquanto ser social*”²⁶. A importância desta conclusão não deve ser descurada, pois é uma concepção da natureza humana alternativa à da economia neo-clássica, assente na indivisibilidade do homem e da sociedade (e até da natureza²⁷).

Ora, é esta ontologia polanyiana que se torna vítima da grande transformação, através da *mercadorização do trabalho, da terra e da moeda*. Nesse cenário, no qual se verifica a existência de “*um sistema económico controlado, regulado e dirigidos pelos preços de mercado*”²⁸, também têm que existir mercados para esses componentes do sistema. Os preços, por sua vez, são conseguidos através da correspondência entre a procura e a oferta relativa a cada bem. Assim, tal como existem preços das mercadorias, passam a existir também preços dos *salários* (Trabalho), *rendas* (Terra) e *juros* (Moeda). Contudo, o autor defende que estas novas mercadorias são *fictícias*, porque não são produzidas para venda – por oposição às mercadorias *reais*, cuja produção é orientada para esse propósito. A sua justificação expressa a indivisibilidade já referida: “*O trabalho é somente outro nome de uma atividade humana que acompanha a própria vida, a qual, por seu turno, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diferentes, crescendo que a atividade em causa não pode ser desligada do resto da vida, para ser armazenada ou mobilizada; a terra é somente outro nome que damos à natureza, que não é produzida pelo homem; a moeda efetivamente existente, enfim, é tão-só um símbolo do*

²⁵ *Ibid.*, pág. 189.

²⁶ *Ibid.*, pág. 179. Negrito meu.

²⁷ *Ibid.*, Capítulo XV, “O Mercado e a Natureza”. O autor escreve no início do mesmo que: “*Tradicionalmente, a terra e o trabalho não se separam: o trabalho faz parte da vida, (...) a vida e a natureza formam uma totalidade articulada.*”

²⁸ *Ibid.*, pág. 210.

poder de compra, o qual, em regra, não é produzido, mas resulta de uma criação da banca ou das finanças do Estado.”²⁹

Todavia, Polanyi duvida que seja possível desincrustar a economia em pleno. Partindo da sua premissa ontológica, a existência de uma economia sem interferências por parte do Estado ou da sociedade é simplesmente impossível ou utópica. Daí que a grande transformação se caracterize pelo *double movement*, que designa o papel do Estado na expansão da economia de mercado, como também o papel de protecção da população face aos efeitos deletérios da mesma – o *contramovimento*. Essa protecção indicia um processo de *reincrustação* da economia, consistindo na delimitação ou controlo da acção dos mecanismos da autorregulação sobre a terra e o trabalho³⁰. Para Fred Block³¹, a dinâmica da desincrustação/reincrustação é análoga ao equilíbrio da tensão dum elástico³²: enquanto que a mercadorização da sociedade e da natureza correspondem ao esticar do elástico; a reincrustação corresponde a diferentes tentativas com o intuito de retomar o seu equilíbrio. Caso contrário, o elástico quebra-se, verificando-se a destruição do Homem e do seu meio envolvente.

Empiricamente, a descrição e análise da Inglaterra na Revolução Industrial feita pelo autor exemplifica esta dinâmica. Num primeiro momento, referente às décadas de 1830 e 40, eliminam-se os obstáculos que impedem o funcionamento da autorregulação, através do *Poor Law Amendment Act* (1836), o *Bank Act* (1844) e a *Anti-Corn Law Bill* (1846)³³, consumando os (respectivos) “*três dogmas clássicos*”³⁴ do *Credo Liberal*³⁵: o mercado de trabalho; o padrão-ouro e o livre-câmbio. O momento seguinte ocorre após a década de 1860, caracterizado por uma expansão da acção do Estado, através de legislação que contraria ou dificulta o livre funcionamento do sistema de mercado: desde as inspecções a fábricas ao combate ao trabalho infantil, passando pelas campanhas de vacinação obrigatória, estas medidas interferem na regulação automática da actividade económica³⁶.

²⁹ *Ibid.*, pág. 215.

³⁰ O efeito da reincrustação social sobre a moeda reflecte-se na produção, leia-se o Homem e os recursos de que faz uso (leia-se a Natureza).

³¹ Autor da introdução à edição da obra aqui analisada.

³² *Ibid.*, pág. 91.

³³ *Ibid.*, pág. 308.

³⁴ *Ibid.*, pág. 303.

³⁵ Referência ao título do Capítulo 12, “O Nascimento do Credo Liberal”.

³⁶ *Ibid.*, pág. 317. Um resultado bastante evidente dessa interferência seria o aumento dos custos para os patrões das exploradoras de minas, que deixam de poder contratar crianças.

Os liberais, por outro lado, rejeitam o reequilíbrio trazido pelo contramovimento. As distorções introduzidas pelas medidas proteccionistas não são uma resposta (esperada) face aos problemas oriundos do novo sistema económico; revelam antes uma “visão curta”, relativa aos benefícios a longo prazo que um sistema de mercado autorregulado pode trazer³⁷. A existência desses benefícios está ancorada na concepção económica da natureza humana – base da Economia Política, disciplina que sustenta as posições dos liberais, ao considerar a regulação automática a mais fiel a essa mesma natureza. Por outras palavras, a degradação das condições de vida dos trabalhadores, criada pelo primeiro movimento da grande transformação, seria tanto menor quanto mais se deixasse a economia funcionar de acordo com os seus próprios mecanismos, dispensando o recurso a intervenções estatais. Quanto à carestia “residual”, quer dos desempregados como dos que trabalham, continuava sem merecer a atenção do poder político, dado o seu papel central na sociedade de mercado: “*A pobreza era a natureza que sobrevivia na sociedade, a sua sanção física era a fome*”³⁸. Assim, Jeremy Bentham e Edmund Burke viam o mal-estar dos trabalhadores como castigo *natural* – e por isso também suficiente – que dispensava qualquer acção por parte das autoridades. Além disso, a busca do lucro sustentava-se na privação dos trabalhadores, sendo prejudicial qualquer alívio conseguido através da acção das instituições políticas, que punham em causa a produtividade geral. Finalmente, Joseph Townsend e Robert Malthus também se juntam a Bentham e Burke na crítica ao assistencialismo, assegurando que a autorregulação também retractava fielmente a dinâmica da natureza³⁹.

Planear o Laissez-Faire e a Conspiração Antiliberal

Conforme os autores já referidos, o fenómeno da produção e distribuição de bens materiais era análogo ao comportamento da vida não-humana. Logo, da mais fiel reprodução desse comportamento deduzia-se a melhor situação de bem-estar para

³⁷ *Ibid.*, pág. 316.

³⁸ *Ibid.*, pág. 277. Sublinhado é meu.

³⁹ *Ibid.*, pág. 271. Polanyi refere-se ao “teorema das cabras e dos cães” de Townsend, segundo o qual, na ilha do Robinson Crusoe, “*Juan Fernandez desembarcou algumas cabras que lhe forneceriam carne se lhe acontecesse tornar a visitar a ilha no futuro. As cabras multiplicaram-se com uma fertilidade bíblica (...). Para combater as cabras, as autoridades espanholas desembarcaram na ilha um cão e uma cadela que, também eles, se multiplicaram profusamente, fazendo diminuir o número das cabras.*” Deste modo, o autor do teorema conclui: “*É a quantidade de alimento que regula o número da espécie humana*”. Para o autor húngaro, esta conclusão indicava uma nova concepção da sociedade que não recorre à lei e ao governo, leia-se a política.

qualquer ser humano (e para o conjunto a que pertence), independentemente da sua geografia, cultura, religião, moral ou físico. É por este motivo que Fred Block realça a intenção dos próprios autores da Economia Política quanto ao favorecimento da desincrustação social da economia⁴⁰. Em suma, o *primeiro movimento* nada mais seria do que um grande passo em direcção a uma sociedade mais *natural*, marcada por uma maior ausência (gradual) do Estado.

O problema surge quando se verifica o papel preponderante das instituições públicas na criação dos domínios privados individualizados, como também na perpetuação deste novo modelo. O economista austro-húngaro baptizou este fenómeno de *planeamento do laissez-faire*⁴¹. Este termo descreve situações como a das décadas de 1830 e 40 em Inglaterra (anteriormente referidas), em que se verifica a presença necessária da legislação que transformou os factores de produção trabalho, terra e moeda, permitindo a sua organização à luz da sua procura e oferta. Do domínio político se autonomizou o económico. Ainda assim, uma ou mais intervenções públicas que levem à instauração do sistema de mercado não são automaticamente rejeitadas pelos liberais, como aquelas “*com vista a garantirem a sua persistência*”⁴². É com base nas últimas que Polanyi desmente as justificações a que os “laissez-fairistas” recorrem, expondo a incoerência das mesmas.

Para além da “vista curta” já mencionada, existe outro traço comum nas interpretações liberais sobre o contramovimento, que Polanyi baptiza de *conspiração antiliberal*⁴³, baseada numa suposta concertação de interesses afectos a diferentes grupos sociais – sindicatos, cartéis, interesses agrários – cuja intromissão estatal – leis sociais, seguros obrigatórios ou tarifas nas importações – beneficiaria, em detrimento da prosperidade colectiva, conseguida através da economia livre.

Em contrapartida, o autor argumenta que o intervencionismo do último quartel do século XIX se inicia e desenvolve com respostas espontâneas, improvisadas e práticas aos diferentes problemas – enfrentados por diferentes grupos sociais – que surgiam com o primeiro movimento da *grande transformação*. De todos os exemplos, talvez o mais revelador seja o da investigação levada a cabo por Albert Venn Dicey sobre as origens da

⁴⁰ *Ibid.*, pág. 90.

⁴¹ *Ibid.*, pág. 311.

⁴² *Ibid.*, pág. 322.

⁴³ *Ibid.*, pág. 316.

corrente “colectivista”⁴⁴: ao longo da década de 1860, foi a legislação levada a cabo pelos apologistas do *laissez-faire* a causa da mudança da opinião pública inglesa, a favor de uma maior presença do Estado, em detrimento da liberdade económica. Dito de outro modo, o contramovimento só nasceu após as várias intervenções de manutenção, caracterizadas pela “*completa ausência de qualquer intenção deliberada de alargar as funções do Estado, ou limitar a liberdade individual*”⁴⁵, servindo de inspiração para os críticos dos seus próprios autores. À natureza pragmática e livre do colectivismo, acrescentam-se os exemplos de outros países europeus, nos quais se incluem políticos ideológica e culturalmente distintos, que também responderam aos desafios trazidos pela mercadorização da sociedade através do poder legislativo e executivo: o duplo movimento esteve presente na Terceira República Francesa, no Segundo *Reich* Alemão e no Império Austro-Húngaro; as medidas proteccionistas foram da autoria de conservadores, liberais, socialistas, católicos e protestantes⁴⁶. É desta perspectiva que Polanyi põe em causa a coerência da *conspiração antiliberal*, tendo em conta a diversidade das soluções adoptadas e o contraste dos fundamentos ideológicos que as motivaram.

Posto isto, pode ser interessante propor uma breve reflexão sobre a dinâmica do *duplo movimento*, no que concerne a relação entre o Estado e o Mercado. Esta relação, aparentemente marcada pelo conflito entre duas esferas autónomas, revela-se simultaneamente mais simbiótica e interligada, à medida que a análise da obra progride, ao ponto de se questionar a separação entre as duas esferas. Deste modo, o *duplo movimento* pode ser caracterizado como uma nova dinâmica inerente ao período da História Contemporânea, que se resume à instauração da economia de mercado – concretizada pelo Estado – provocando uma série de problemas derivados da mercadorização da sociedade, seguindo-se as diferentes respostas *ad hoc* que (juntas) totalizam a reincrustação social da economia – através do Estado. Mesmo quando se invoca a interferência do Estado na actividade do domínio privado, como mecanismo de perpetuação da autorregulação, uma coisa é certa: ele está sempre presente. Acrescentando-se a utopia da autorregulação totalizada, a conclusão anterior que se inferiu também se torna mais complexa, isto é, se a perpetuação da autorregulação depende da presença do Estado, o seu alcance tornar-se-á tanto maior quanto mais se

⁴⁴ *Ibid.*, pág. 311.

⁴⁵ *Ibid.*, pág. 311.

⁴⁶ *Ibid.*, pág. 318.

procurar a desincrustação absoluta. Pois bem, se Polanyi está correcto em relação ao carácter utópico da mesma, a tentativa de livrar a economia de qualquer influência política revela um paradoxo de enorme relevância para o estudo e a compreensão da época em questão, na qual o Estado e o Mercado crescem em paralelo.

O Inimigo ideológico e o mal menor: A ausência da política sempre mais presente

No âmbito da problemática da proliferação desenfreada da instituição que se quis tendencialmente mais ausente, talvez faça sentido recorrer a outras fontes que nos possam esclarecer o paradoxo em mãos. Como tal, apresenta-se agora um breve resumo do artigo escrito por Immanuel Wallerstein, sobre a função que a ideologia atribui ao Estado na governação da sociedade⁴⁷. Com base neste recurso, espera-se oferecer um caminho alternativo ao obstáculo imposto pelo paradoxo mencionado.

Resumidamente falando, Wallerstein começa por afirmar a componente *negativa* do processo de auto-identificação ideológica: “A autêntica unidade de cada família ideológica se dava exclusivamente em torno daquilo ao que elas se opunham”⁴⁸. Ao identificar as três principais ideologias que surgem com a Revolução Francesa – conservadorismo, liberalismo e socialismo – o autor define cada família através desse mesmo método.

Essencialmente, os conservadores identificam-se pela sua posição crítica face às mudanças trazidas pela Revolução⁴⁹, por oposição à qualidade *tradicional* (assente na *continuidade*) dos grupos sociais com os quais se identificavam⁵⁰. Os liberais, por sua vez, contrastavam com os conservadores⁵¹ devido à irracionalidade que atribuíam às instituições do passado, priorizando a *liberdade* individual (expressão da racionalidade). Finalmente, os socialistas distinguiram-se dos liberais dada a postura adoptada sobre o

⁴⁷ WALLERSTEIN, Immanuel, “Três Ideologias ou apenas uma? A pseudo-batalha da modernidade”, in *Após o liberalismo: Em busca da reconstrução do mundo*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2002, págs. 81-100, 2002.

⁴⁸ *Ibid.*, pág. 86. Sublinhado meu. Segundo Wallerstein, os ideólogos nunca utilizaram o termo para se identificarem. Pelo contrário, o termo *ideologia* era utilizado para identificar as ideias dos seus adversários, pois as suas seriam um mero reflexo da *realidade* e não uma teoria (pág. 81/82).

⁴⁹ *Ibid.*, pág. 84.

⁵⁰ *Ibid.*, pág. 88.

⁵¹ *Ibid.*, pág. 84.

progresso da humanidade: ao contrário do “*reformismo consciente, contínuo e inteligente*”⁵², os socialistas defendiam um comportamento activo que “encurtasse” o caminho para a prosperidade geral.

Consequentemente, estas distinções também se reflectem naquilo que cada uma afirma o Estado representar: para o socialismo, é apenas mais uma expressão dos interesses e poder da burguesia⁵³; o liberalismo, por outro lado, não tolera as suas intervenções, ao atentarem contra a *liberdade* individual⁵⁴ e a prosperidade daí resultante; já os conservadores denunciavam a sua actividade, enquanto expressão das “conquistas de 1789”, que punham em causa a “*a lealdade primordial do povo [à] família, Igreja e corporação*”⁵⁵. Em qualquer um dos casos, uma coisa é certa: o Estado não representa a sociedade.

Em contrapartida, a sua utilidade é tal que aparentemente supera os males que causa, isto se ele actuasse com o intuito de salvaguardar os interesses ideológicos respectivos a cada “família”. Caso a sua acção contrariasse ou limitasse uma mudança oposta à *tradição*, não seriam os conservadores a condenar o Estado⁵⁶. O oposto dizia respeito aos liberais, que aceitavam toda a sua acção que visasse expandir a liberdade individual, combatendo a presença/influência das instituições constrangedoras, tal como as queridas ao conservadorismo⁵⁷. A aceleração do processo com vista à prosperidade geral também implicou para os socialistas o uso das instituições públicas, desde a leis de protecção e compensação dos trabalhadores aos episódios de expropriação ou nacionalização de propriedade privada⁵⁸. Independentemente do que cada ideologia procurou alcançar, os diferentes objectivos não foram conseguidos ou tentados sem a ajuda do Estado.

Sobre esta ambivalência ideológica, propõe-se uma explicação análoga ao *double movement* de Polanyi: num primeiro momento, em oposição face àqueles que governam, o ideólogo denuncia os perigos inerentes à sua acção, tão graves que, no segundo momento, quando se encontra na posição de governar, (resignadamente) afirma ser a única maneira controlar esse tal perigo. Daí que Wallerstein sugira a existência duma só

⁵² *Ibid.*, pág. 85.

⁵³ *Ibid.*, pág. 90.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*, pág. 92.

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ *Ibid.*, pág. 93

ideologia – a liberal – exposta em três versões diferentes⁵⁹, todas elas caracterizadas pela por uma defesa da sociedade que se diz só ser possível quando se toma conta do seu agressor – o *inimigo ideológico* transforma-se num *mal menor*.

Para além deste encontro, existe mais uma associação possível entre os dois autores. Por um lado, o economista defende que a intersecção dos interesses de classe é essencial para compreender a *grande transformação*, sendo impossível que os interesses de uma só classe sobressaíam⁶⁰. Por outro, a conclusão a que o sociólogo chegou sobre as três variantes do liberalismo provém da discussão sobre a sua distinção⁶¹, começando por distinguir uma família ideológica face às restantes⁶². Assim, mesmo que se tivesse procurado refrear o “apetite” do predador estatal (no sentido de se evitar a hegemonia ideológica unitária), as associações “inter-familiares” – leia-se, coligações – assegurariam que a sociedade não se livrasse daquela ameaça.

Posto isto, termina-se a explicação acessória sobre um dos paradoxos mais exemplificativos do contributo da obra de Polanyi, acerca da mutação social baseada numa nova concepção natural e apolítica do Homem, com vista garantir a maior prosperidade colectiva, marcada pela presença tanto *contingente* quanto *necessária* da política. Seguidamente, o desfecho do percurso teórico até agora feito é continuado via um novo contributo, representativo do legado d’A *Grande Transformação*.

A Economia Moral como Legado da Grande Transformação

A crítica à concepção e à história da economia independente das restantes instituições que perfazem a sociedade – com base nas ideias apresentadas pela primeira vez em 1944 por Karl Polanyi⁶³ - foi mais tarde desenvolvida por **James C. Scott** em *The Moral Economy of The Peasant*⁶⁴. A escolha desta obra, enquanto exemplo duma herança das ideias polanyianas, justifica-se por diferentes razões. A mais sucinta remete para a

⁵⁹ *Ibid.*, pág. 97.

⁶⁰ POLANYI, Karl, *A Grande Transformação*, pág. 326/7. O exemplo da conjugação de interesses entre latifundiários e operários, por oposição à classe capitalista é um de muitos.

⁶¹ WALLERSTEIN, “Três ideologias ou apenas uma?”, pág. 93.

⁶² Para ele, o socialismo e liberalismo distinguira-se do conservadorismo pelo apoio ou defesa dos ideais/legado da Revolução Francesa. Já os liberais e conservadores distinguiram-se dos socialistas através da defesa da propriedade, como o repúdio pela acção revolucionária. Por fim, a aproximação entre socialistas e conservadores via-se na sua distância/crítica ao individualismo liberal.

⁶³ Ano da primeira edição da *Grande Transformação*.

⁶⁴ *Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, Yale University Press, 1976.

reivindicação do próprio autor quanto à influência que *A Grande Transformação* teve na sua obra⁶⁵ e na sua carreira académica⁶⁶. Ainda assim, a confirmação dessa influência através da própria análise de *The Moral Economy of The Peasant* não deixará de constituir o melhor método de verificação.

A intenção de analisar a herança intelectual que concerne as obras já referidas implica uma breve menção à origem do termo *moral economy*, celebrizado pelo historiador britânico **E. P. Thompson**, no artigo “The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century”⁶⁷. Ao focar-se nos protestos em Inglaterra ao longo do século XVIII, ele procura demonstrar a prevalência das obrigações das elites – no que respeita a *subsistência* dos que para ela trabalham – nas reivindicações dos protestantes. Num contexto de escassez, derivado dos períodos de más colheitas, os senhores feudais e notáveis locais legitimavam a sua posição hierárquica ao garantirem que o *market-supervision* e o *consumer-protection* continuassem a orientar as transacções económicas nos mercados locais⁶⁸. Desta relação, Thompson concluiu existir uma dimensão *moral* presente nas reivindicações baseadas no *direito* à subsistência, indo além duma concepção *técnica* – referente à quantidade necessária de alimento – da privação⁶⁹. Como resultado, a legitimidade das elites era julgada pelos camponeses consoante a garantia da satisfação das suas necessidades, sendo que as suas obrigações económicas obedeciam a um critério moral.

Com base nessa dimensão moral, o historiador britânico procurou então apresentar uma explicação alternativa para o comportamento e atitude da população afectada em momentos de carestia. A alternativa, neste caso, surgia da sua crítica à “*spasmodic view of popular history*”⁷⁰ e ao “*crass economic reductionism*”⁷¹ – características essas que Thompson encontra nos textos dos seus contemporâneos. Como tal, o autor recorre a uma série de fontes primárias, relativas a diferentes regiões e locais na Inglaterra, através das quais é possível delinear um certo padrão e disciplina associada

⁶⁵ Ver nota de rodapé 8, pág. 5, “Introduction”, in *The Moral Economy of the Peasant*.

⁶⁶ CEREZALES, Diego Palacios, DUARTE, Diogo, SOBRAL, José Manuel e NEVES, José, “Egalitarianism, the teachings of fieldwork and anarchist callisthenics”, in *Análise Social*, 207, xlviii (2.º), 2013, pág. 454.

⁶⁷ *Past & Present*, No. 50, 1971, págs. 76-136.

⁶⁸ THOMPSON, E. P., “The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century”, pág. 83.

⁶⁹ SCOTT, James, *The Moral Economy of The Peasant*, pág. 32.

⁷⁰ THOMPSON, E. P., “The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century”, pág. 76.

⁷¹ *Ibid.*, pág. 78.

à resistência e contestação popular⁷². Dessa forma, a população inglesa não respondia de forma instintiva e irracional às crises de subsistência e/ou às variações nos preços dos bens alimentares⁷³. Pelo contrário, as suas acções tinham como objectivo chamar à atenção as elites governantes, que tinham um papel a cumprir na economia moral⁷⁴.

É este artigo que, cinco anos depois, contribuiu para o objectivo de Scott em compreender o quotidiano da exploração dos camponeses⁷⁵ situados no Sudeste Asiático. Ao estudar aqueles que praticam a agricultura de subsistência, cuja existência é constantemente ameaçada por episódios de seca, cheias, pestes e outros fenómenos do domínio da natureza, o antropólogo alega ser possível encontrar uma série de mecanismos de resposta aos desafios inerentes à condição dos subsistentes, que por sua vez caracterizam a sociedade camponesa. A ameaça existencial, capaz de afectar todos, implica que as suas vítimas se organizem e respondam à mesma colectivamente.

Dessa resposta colectiva desenvolve-se a norma da *reciprocidade* – práticas de assistência às vítimas da fome – e o direito à subsistência – garantia de que qualquer obrigação imposta a um camponês não compromete a sua sobrevivência. Estas disposições constituem o padrão moral das expectativas, baptizado de *Subsistence ethic*⁷⁶ pelo autor. A importância desse padrão prende-se com o seu papel como instrumento de avaliação para os camponeses, relativamente ao contraste entre a satisfação das suas necessidades e as suas obrigações perante os seus superiores, ou, por outras palavras, a *moral economy*⁷⁷.

Economicamente, Scott argumenta que a maximização de lucro não parece ser a motivação para o comportamento acima descrito, devido aos riscos associados, o que o leva a crer no princípio *safety first*⁷⁸ como melhor explicação. Ainda que veja os comportamentos dos camponeses como racionais, o autor não crê que a teoria neoclássica da economia possua as ferramentas mais adequadas para a análise que se propõe a fazer. Um dos exemplos a que recorre refere-se à ausência de migração de trabalhadores das

⁷² *Ibid.*, pág. 108.

⁷³ *Ibid.*, pág. 77.

⁷⁴ *Ibid.*, pág. 94. Tendo em conta a necessidade da economia moral ser legitimada por ambas as partes (o povo e as elites), é possível denotar a importância que o princípio da reciprocidade desempenha neste sistema.

⁷⁵ SCOTT, James, *The Moral Economy of the Peasant*, pág. 4.

⁷⁶ *Ibid.*, pág. 6.

⁷⁷ Nas palavras do próprio “*Their notion of economic justice and their working definition of exploitation – their view of which claims on their product were tolerable or intolerable*”, *Ibid.*, pág. 3.

⁷⁸ *Ibid.*, pág. 5.

regiões de Tonkin e Annam (no Norte e Centro do Vietname, respectivamente) para a Conchinchina (Sul), apesar de aí poderem encontrar salários mais elevados⁷⁹. Além disso, a maior ocorrência de protestos e insurreições a Sul reforça a contradição entre esse comportamento e a busca de lucro⁸⁰.

Todavia, o autor também defende que a microeconomia é capaz de explicar a aplicação *ineficiente* do factor de produção trabalho na actividade agrícola, fenómeno baptizado por **A. V. Chayanov** de *Self-Exploitation*⁸¹. Tendo em conta o baixo custo de oportunidade desse factor (derivado da sua relativa abundância), a sua aplicação ineficiente à produção agrícola numa situação marcada pela constante ameaça da fome é uma hipótese possível para a teoria microeconómica⁸². De resto, o exame do quotidiano da exploração vai ao encontro da ontologia polanyiana, marcada pela ausência da motivação económica como fundamento da actividade económica.

Simbiose intelectual

Voltando à contradição entre a primazia da segurança alimentar e a maximização do lucro, a sua relevância prende-se com as proporções dramáticas que assume com o processo de instauração duma economia de mercado no Sudeste Asiático, que parece confirmar uma grande proximidade entre as interpretações apresentadas nas obras em destaque. Karl Polanyi, por um lado, comenta o fenómeno do colonialismo do seu tempo, estabelecendo paralelos entre a situação dos colonizados no início do século XX e a classe trabalhadora desde o final do século XVIII, referindo-se ao aparecimento da figura do “indigente” nas colónias africanas – tido como repetição do aparecimento dos indigentes em Inglaterra⁸³. Por outro lado, a mercadorização da força de trabalho, através da destruição das instituições tradicionais dos colonizados (incluindo a norma da *reciprocidade*), que os expõe aos mecanismos da autorregulação (para além dos riscos inerentes à agricultura de subsistência), constitui um dos alvos de crítica presentes no estudo de James Scott, analisada em detalhe mais adiante.

⁷⁹ *Ibid.*, pág. 82.

⁸⁰ *Ibid.*, pág. 58.

⁸¹ *Ibid.*, pág. 13.

⁸² *Ibid.*, pág. 14.

⁸³ POLANYI, Karl, *A Grande Transformação...*, pág. 334.

Relativamente à vertente económica da herança intelectual em causa, o antropólogo inclui também o princípio da *autarcia* na *subsistence ethic*, argumentando que a preocupação com a sua segurança leva o camponês a priorizar a produção destinada ao consumo, e não à venda⁸⁴.

Propriedade e Estrutura Social

Num contexto de escassez do factor de produção terra, a propriedade – enquanto meio para concretizar a prática da *autarcia* – distingue a posição ocupada por cada membro da sociedade camponesa⁸⁵. No topo da cadeia social, encontram-se os minifundiários, os que possuem os meios de produção da sua subsistência, protegendo-os também das flutuações de preços no mercado. Abaixo, encontram-se os inquilinos e os trabalhadores assalariados, cujas condições de vida muitas vezes são semelhantes. No entanto, a diferença entre ambos provém do acesso à terra, que os últimos não têm⁸⁶. Por oposição, o trabalhador assalariado só estaria numa posição vantajosa caso o factor de produção escasso fosse o trabalho, e não a terra, característico dos Estados tradicionais.

Colonialismo e o primeiro movimento

Até agora, o cenário apresentado incluiu uma série de disposições geralmente incompatíveis com um sistema de economia de mercado e as abordagens que procuram justificá-lo. Deste modo, é necessário descrever as consequências derivadas dessa incompatibilidade.

Essencialmente, o antropólogo americano reitera a posição do economista austro-húngaro, no que diz respeito aos efeitos de desestruturação social causados pela instauração da economia de mercado. Contudo, o contributo da tese de Scott refere-se mais especificamente a um aumento *objectivo* da exploração na relação entre os camponeses e o Estado/senhores feudais, devido à erosão dos mecanismos sociais com vista a garantir a subsistência de todos, juntamente com a crescente exposição à dinâmica

⁸⁴ SCOTT, James C., *The Moral Economy of the Peasant*, pág. 21. Ideia também está presente em WOLF, ERIC, *The Peasant Wars of the Twentieth Century*.

⁸⁵ *Ibid.*, pág. 26. É importante mencionar que, entre a *autarcia* e a *reciprocidade*, o camponês prefere a primeira. Quando se verifica o recurso à última, ela recai mais sobre amigos, vizinhos e família, por oposição aos notáveis locais e ao Estado, revelando o critério de (des)confiança presente na *reciprocidade*.

⁸⁶ *Ibid.*, pág. 35 e 36.

das leis da procura e da oferta. É nesse sentido que ele explica as rebeliões que ocorrem no Vietname e na Birmânia na década de 1930, representando o culminar da insustentabilidade dos custos económicos comportados pelos subsistentes numa economia de mercado em recessão e sem o direito à subsistência⁸⁷.

Em primeiro lugar, essa insustentabilidade resulta do processo de estabilização das rendas dos proprietários e as receitas fiscais do Estado, em contraste com a instabilidade das colheitas. Anteriormente, as cerimónias mais extravagantes e actos de maior caridade por parte dos que foram mais prósperos num determinado ano, a produção na propriedade comum, o acesso aos “*free gifts of nature*”⁸⁸, o adiamento de pagamentos ou redução (e até abolição, como também a evasão) de dívidas ou impostos, eram algumas das mais variadas formas correspondentes à *subsistence ethic*. A diversidade e flexibilidade característica destes mecanismos impedia que o sistema de impostos funcionasse na sua plenitude.

Deste modo, a introdução de impostos fixos *per capita* e sobre a terra respondiam ao problema da flutuação na receita fiscal, permitindo a expansão das funções administrativas do Estado, alusivas ao processo de instauração duma economia mercado, como também à condição colonial do Vietname e da Birmânia. O sucesso da estabilização dependeu em grande parte do processo de comercialização da agricultura, enquadrada num contexto de desenvolvimento do comércio externo, por sua vez associado ao endividamento e pauperização no meio rural⁸⁹.

A orientação da produção agrícola para a exportação, implicando à partida a submissão aos mecanismos dos preços de mercado, afecta a segurança do produtor, devido à diferença entre garanti-la através do consumo da colheita ou cobrindo os custos que ela comporta. A esta diferença junta-se o “***marked increase in cash production costs for farming implements, the rental of plow cattle, and transplanting and harvest labor.***”⁹⁰, conducente à crescente monopolização da propriedade e ao enfraquecimento do poder de negociação dos sem-terra. Ademais, é necessário mencionar a pressão demográfica; o

⁸⁷ “*The peasant reaction to this transformation in Southeast Asia bears many of the marks of the European peasants’ reaction to this shift from feudal to capitalist labor relations in the West.*” *Ibid.*, pág. 67.

⁸⁸ Expressão que concerne os recursos disponíveis nas áreas adjacentes à aldeia, cujo acesso é universal, como uma floresta, na qual se pode caçar ou obter lenha, ou um lago, no qual se pode pescar. *Ibid.*, pág. 63.

⁸⁹ *Ibid.*, pág. 10.

⁹⁰ *Ibid.*, pág. 59. O negrito é meu.

endividamento dos camponeses⁹¹; o fim da propriedade comum e a perda dos *free gifts of nature*, devido à industrialização e urbanização⁹².

Tudo isto foi também acompanhado pela deterioração das relações entre proprietários e inquilinos, subsistentes e desafogados, marcada pela erosão das práticas de *reciprocidade*. A estabilização da receita fiscal também pressionou os proprietários, agravando os custos associados ao *direito à subsistência*⁹³. A esta maior despesa associa-se também a erosão dos laços próximos entre as duas classes (por oposição a uma maior lealdade dos latifundiários ao Estado central), eliminando a própria necessidade de se respeitar a *subsistence ethic*⁹⁴. Em suma, a passagem dos custos relacionados com a exposição às oscilações do mercado livre, ao mesmo tempo que o Estado procura assegurar a sua subsistência, resulta num fenómeno aqui baptizado de *trickle-down violence*, alusivo ao movimento socialmente descendente da comportação dos custos – cada classe a proteger-se deles transferindo o seu peso para os que se encontram hierarquicamente abaixo⁹⁵.

Relativamente à deterioração das condições de vida dos trabalhadores, dada a sua nova condição de assalariados, é um fenómeno com origens na pressão demográfica e na monopolização da propriedade fundiária. Com o crescimento de trabalhadores sem terra, surge o “exército industrial de reserva”, a descida dos salários e o aumento da taxa de lucro para os proprietários⁹⁶. Na Conchinchina, Scott descreve a mobilidade social descendente dos minifundiários, que se tornaram inquilinos, que se tornaram assalariados⁹⁷.

Quanto à actuação do Estado, é necessário referir também a imposição do pagamento de impostos em dinheiro, incentivando coercivamente a produção com vista

⁹¹ Ocorre através da acumulação de dívida oriunda dos anos de más colheitas.

⁹² Este fenómeno decorre da 1) Privatização/estatização do território, dada a intenção de produzir mais 2) divisão do trabalho, que torna a actividade artesanal (e comercial) camponesa obsoleta face à produção massificada.

⁹³ *Ibid.*, pág. 120.

⁹⁴ *Ibid.*, pág. 97. A monopolização da propriedade resulta num maior número de assalariados e inquilinos que nela trabalham, impossibilitando a existência de laços de parentesco, vizinhança e localidade entre o proprietário e os seus trabalhadores.

⁹⁵ *Ibid.*, pág. 119/120.

⁹⁶ “*With the frontier closed and a growing reserve army of labor, it was now possible for the landlord to stabilize his income at the expense of the tenantry.*” *Ibid.*, pág. 74/75.

⁹⁷ *Ibid.*, pág. 76.

ao lucro⁹⁸, a monopolização da violência, as restrições à mobilidade e a confiscação de terrenos – reflexo do poder das milícias e tribunais coloniais⁹⁹.

Em suma, os subsistentes já expostos aos desafios inerentes à actividade agrícola passaram a ter que contar com a flutuação dos salários, o preço das colheitas e dos equipamentos, a concorrência interna e externa, e com os impostos fixos (em espécie e em dinheiro). Enquanto isso, a cobrança austera de dívidas, o afastamento para com as elites, a perda de propriedade e os obstáculos à migração fizeram das práticas relativas à *subsistence ethic* tanto ineficazes como utópicas. O crescimento económico – sustentado pelo aumento das exportações no Pós-Grande Guerra – protegeu a classe camponesa da ruptura inerente ao novo sistema económico. A oposição declarada iniciou-se com a chegada da *Grande Depressão*.

Do Quotidiano à Rebelião

O processo acima descrito, experienciado pelos próprios criadores da *moral economy*, não passou despercebido. Contudo, o descontentamento daqueles que mais sofreram com a comercialização da actividade económica não deve ser tido como argumento para uma concepção exclusivamente materialista da exploração. Tal como a legitimidade das reivindicações sobre o produto do trabalho agrário é julgada *socialmente* (indo além da quantidade necessária de calorias), a ilegitimidade não deriva da *privação* material relativa, mas sim da *indignação* sentida pelos subsistentes. É o desrespeito pelas normas de *reciprocidade* e pelo *direito à subsistência* que explica a resistência camponesa ao novo sistema económico, levando o autor a descurar o aspecto técnico em prol do político-moral que define a *subsistência*.

É esta a interpretação que James Scott faz das diferentes formas de oposição ao processo já mencionado, com base na centralidade que o *head tax* assume nas reacções por parte dos camponeses¹⁰⁰. Entre as várias razões, destaca-se o facto deste imposto, tanto na Conchinchina como na Baixa Birmânia, constituir apenas uma pequena parte da

⁹⁸ *Ibid.*, pág. 98.

⁹⁹ *Ibid.*, pág. 65.

¹⁰⁰ Todos os grupos que lideraram as revoltas propunham um imaginário utópico caracterizado pela ausência de impostos. *Ibid.*, pág. 92.

receita fiscal¹⁰¹ mas ser cobrado a toda a população, para além de ser o mais inelástico de todos eles.

Quanto às acções de protesto, o autor descreve um espectro de violência proporcional ao desrespeito pela *moral economy*, começando pela resistência “pré-política” e ilegal, relativa aos assaltos nocturnos aos celeiros locais, seguidos da redistribuição das colheitas entre todos¹⁰²; aos protestos contra o pagamento dos impostos¹⁰³ (leia-se, *head tax*); até aos ataques aos edifícios públicos – com o intuito de destruir documentos/registos fiscais e por fim, a luta armada, como no caso dos *Soviets de Nghe-An e Ha-Tinh* no Vietname¹⁰⁴. É aqui que se revela a predominância da indignação, e não da privação, como motor destes acontecimentos. Caso contrário, a redistribuição após os assaltos, o incendiar dos documentos guardados pelas autoridades coloniais e a pressão feita aos mesmos para assinarem as suas petições (ou para os senhorios cobrirem as obrigações fiscais dos contribuintes) não fariam sentido. Os actos acima mencionados não implicam uma atitude de pré-disposição para a violência; eles expressam antes uma atitude defensiva perante a sua exposição incontornável à fome. Dito de outro modo, a sua crítica não funciona como um instrumento de mobilidade social, mas sim uma chamada de atenção para o incumprimento das obrigações das elites. A raridade destes episódios de violência explícita resume a posição de Scott sobre o sofrimento dos que se encontram mais próximos da penúria: é o desespero, não o optimismo, que catalisa a insurreição¹⁰⁵.

Por outro lado, a ausência destes episódios não pode ser vista como uma aceitação acrítica da condição de explorado característica dos camponeses nos regimes feudais. Ao abordar este problema, o antropólogo procura justificar que a legitimidade atribuída às reivindicações sobre o produto do seu trabalho não é um sinal duma *falsa consciência*¹⁰⁶ em relação à sua condição. A sombra da miséria que acompanha o camponês coloca-o em desvantagem face aos seus superiores, existindo um desequilíbrio de forças a favor dos que detêm os meios de coerção, que ao mesmo tempo reforça as suas obrigações para

¹⁰¹ *Ibid.*, pág. 155.

¹⁰² *Ibid.*, pág. 124. O termo “pré-político” remete para o facto destes assaltos não fazerem parte do tipo de acção considerada legítima no domínio *institucional* da política.

¹⁰³ *Ibid.*, pág. 125. Os protestantes pediam inicialmente apenas um adiamento e/ou uma redução do pagamento dos impostos.

¹⁰⁴ *Ibid.*, pág. 127. Referência aos rebeldes vietnamitas que capturaram o poder, instaurando repúblicas autónomas em diferentes aldeias, durante 9 meses.

¹⁰⁵ *Ibid.*, pág. 226.

¹⁰⁶ *Ibid.*, pág. 159.

com o primeiro¹⁰⁷. A exploração resultante desse desequilíbrio, mais do que mantida por qualquer tipo de “síndrome de Estocolmo”, ocorre através do recurso à coerção: a alocação de mais recursos públicos para as forças policiais só se explica num cenário marcado pela preocupação estatal em melhor controlar a população que governa¹⁰⁸. Ademais, a dissidência oculta característica dos explorados, presente nas letras de músicas sobre desafiar a autoridade¹⁰⁹ ou a diferenciação das suas práticas religiosas (face aos exploradores)¹¹⁰, por sua vez implica a existência de coerção, necessária à manutenção da ordem/hierarquia social vigente¹¹¹.

Sobre a semelhança atribuída ao papel do Estado e das elites na deterioração da *subsistence ethic*, existe uma razão que esclarece essa associação. Retomando o contexto da Grande Depressão, no qual a fome e a miséria se alastram pelo Sudeste Asiático (por sua vez catalisadoras das violentas rebeliões), os colonizadores franceses e britânicos (leia-se, o Estado) encontram-se numa posição difícil: enquanto apoiarem as reivindicações feitas pelos senhores feudais, alimentarão o desafio à sua própria autoridade; ao cederem às exigências dos revoltosos, teriam de enfrentar os únicos interessados em manter a ordem vigente¹¹². Como colonizadores, enveredaram pelo último caminho, que implicou o recurso a uma violência superior à dos insurreccionistas, de forma a superar o desafio por eles proposto.

Sobre a dinâmica da exploração

Tal como existe uma diferença espectral entre o quotidiano da resistência oculta e a oposição declarada, também a *moral economy* é sensível a mudanças que afectam os custos dos serviços providenciados/desfrutados por qualquer uma das partes¹¹³. Veja-se o exemplo da segurança garantida pela nobreza, cujo custo em tempos de guerra não será o mesmo em tempos de paz. Outras mudanças, externas ao acordo entre as duas partes, também podem influenciar a *moral economy*, como a proibição do acesso a terrenos

¹⁰⁷ “The justification of any hierarchy of status and power thus implies the creation of role obligations that carry moral weight.” *Ibid.*, pág. 181.

¹⁰⁸ *Ibid.*, pág. 230.

¹⁰⁹ *Ibid.*, pág. 234.

¹¹⁰ *Ibid.*, pág. 236.

¹¹¹ *Ibid.*, pág. 240. James Scott explorou em maior detalhe o quotidiano da *resistência* à exploração em diferentes épocas e culturas em *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, 1985 e em *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*, 1990.

¹¹² *Ibid.*, pág. 132.

¹¹³ *Ibid.*, pág. 171.

comuns ou o fim das actividades artesanais, como meio alternativo para garantir a subsistência¹¹⁴.

A importância destes meios alternativos externos (mas sempre presentes no quotidiano rural) para a *moral economy* prende-se com a capacidade dos camponeses responderem às suas obrigações *domésticas* (família), *sociais* (aldeia) e *políticas* (senhor feudal), em último caso, graças a recursos cujo acesso e transformação não era exclusivo a uma minoria. Caso a economia de mercado instaurada possibilitasse a manutenção dos mecanismos relativos à *autarcia* e *reciprocidade*, o descontentamento popular dificilmente alcançaria as proporções das revoltas no Vietname e na Birmânia na década de 1930. Por outro lado, esse cenário, do ponto de vista do *laissez-faire*, levaria a um funcionamento deficiente dos mecanismos autorregulação, comprometendo a harmonia da actividade económica, tida como necessária para garantir o cenário mais próspero a todos os seus participantes. Logo, existe uma grande incompatibilidade entre os mecanismos respectivos aos sistemas económicos feudal e capitalista. De resto, a produtividade das economias vietnamita e birmanesa submetia-se aos critérios dos seus colonizadores europeus, que detinham um papel de destaque na economia global.

Conclusão

Apesar de tudo o que já foi escrito sobre as obras analisadas, não foi oferecida nenhuma justificação ou critério de selecção em relação às mesmas. Deste modo, segue-se um conjunto de considerações sobre a escolha que foi feita.

Relativamente à obra de Karl Polanyi, um dos seus principais contributos resulta da descrição dum novo capítulo da história da humanidade, no qual o aspecto económico do comportamento humano assumiu proporções inéditas, tanto na prática como na teoria. Consequentemente, a contingência *histórica* – e não *natural* – atribuída a essa *grande transformação* explica a recusa do autor em “*pensar a organização social a partir dos termos definidos pelo próprio campo económico*”¹¹⁵. Segundo ele, a concepção hermética da acção e do pensamento económico é tão estranha ao Homem (e à sua história) que ela não deve ser concretizada na sua totalidade; caso contrário tornar-se-ia um perigo

¹¹⁴ Ver nota de rodapé 74, pág. 16 deste texto.

¹¹⁵ CURTO, Diogo Ramada, DOMINGOS, Nuno, JERÓNIMO, Miguel Bandeira, *A Grande de Transformação...*, pág. 34

existencial para a sociedade e a natureza. Assim, quaisquer problemas associados ao fenómeno da autonomização económica não poderão ser analisados e respondidos sem problematizar esse mesmo fenómeno.

Além disso, a sua crítica à concepção hermética da economia é tanto teórica como *ideológica* – reflexo da sua concepção não compartimentada da realidade. Desta perspectiva, o recurso a diferentes disciplinas não-económicas¹¹⁶ presentes na análise de Polanyi parece ir ao encontro do contributo da sua crítica. Em suma, a sua abordagem constitui uma base para o estudo mais abrangente e heterodoxo da história contemporânea, seja em comparação com os restantes períodos históricos, seja a relação entre a realidade, a sua interpretação e a política.

No caso da *Moral Economy of The Peasant*, parte do seu interesse para nós está no seguimento dado às ideias de Polanyi. Ao descrever as dificuldades enfrentadas pelos camponeses do Sudeste Asiático no período contemporâneo – devido à perda dos “seguros sociais” contra a fome, juntamente com a sua exposição à dinâmica da economia de mercado – James Scott escreveu, de certa forma, sobre os malefícios oriundos da “desincrustação *moral* da sua economia”. A cumplicidade entre Estado e Mercado, ainda mais explícita no contexto colonial do seu objecto de estudo, constitui outro “eco” do legado aproveitado. De resto, o seu contributo também se prende com a importância atribuída à experiência subjectiva dos explorados na formulação duma teoria da exploração, por oposição a uma concepção abstracta da mesma¹¹⁷.

Contudo, interessa-nos realçar principalmente a concepção da economia indissociável dos restantes fenómenos que perfazem uma qualquer sociedade humana – uma vez que aí reside a proximidade das ideias relativas aos dois autores em questão. Entre elas, encontra-se a noção de equilíbrio a que ambos recorrem para julgar o ritmo das mudanças trazidas pelo novo sistema económico, tendo em conta as oportunidades de ajuste acessíveis aos seus participantes¹¹⁸. É por isso que Scott considera a experiência da mudança, no contexto do Sudeste Asiático, mais danosa que no Europeu, dada a velocidade com que ocorreu¹¹⁹. Outro exemplo seria o argumento da instrumentalização da fome, enquanto mecanismo de coerção com vista à instauração da economia de

¹¹⁶ Ver pág. 3 deste texto.

¹¹⁷ YOUNG, Todd, *Humboldt Journal of Social Relations* 7, nº2 (1980), págs. 185-189, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23261740>

¹¹⁸ POLANYI, Karl, *A Grande Transformação...*, pág. 167.

¹¹⁹ SCOTT, James, *The Moral Economy of the Peasant*, pág. 98.

mercado (através da destruição das instituições tradicionais que combatiam a fome), também defendido por ambos, sendo que Polanyi encontra a sua origem no pensamento de Jeremy Bentham¹²⁰. Por fim, a homogeneização da vida social e política na Conchinchina e na Baixa Birmânia – factor predominante na adesão às revoltas na década de 1930 – partilha muitos dos aspectos característicos do *contramovimento* na Europa do último quartel do século XIX.

Apesar das semelhanças que prevalecem na análise da *Moral Economy* e da *Grande Transformação*, existem diferenças que não devem ser descuradas. Ainda que o antropólogo norte-americano também recorra a diferentes disciplinas – como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia¹²¹ – na sua análise, as críticas à economia neoclássica não assumem o cunho ideológico presente na obra de Polanyi. Esta diferença, no entanto, representa um problema geral no aproveitamento das ideias polanyianas, visto que esse *esvaziamento ideológico* também está presente na apropriação do conceito da *incrustação* pela sociologia económica, segundo Rui Henrique Santos¹²². Dessa forma, o legado de Polanyi constitui-se como um desafio difícil de ser superado, tendo em conta o problema de redução das ideias do economista austro-húngaro à própria ciência económica ou à defesa do Estado Social¹²³.

Polanyi e a Ortodoxia Económica

“A *Forma sob a qual a realidade nascente entrou na consciência foi a da economia política*”¹²⁴ Aqueles que viveram a *Grande Transformação* apreenderam-na através das ideias de David Ricardo, Robert Malthus e Adam Smith. Foi por esse motivo que Polanyi dedicou parte do seu estudo a essas mesmas ideias, que acabaram por constituir a disciplina da economia política. O foco atento às suas premissas levou-o a descrever uma série de paradoxos que constituem a disciplina. A “*descoberta da Sociedade*”¹²⁵ industrial foi então feita através dum modelo que tomava a *harmonia* e o *conflito* como intrínsecos – o *equilíbrio* dos preços oriundo da *competição*. Ao mesmo

¹²⁰ *Ibid.*, pág. 206; POLANYI, Karl, *A Grande Transformação...*, pág. 277.

¹²¹ Dos vários autores referenciados encontram-se nomes como Bronislaw Malinowski, George Lukács, Barrington Moore Jr., Clifford Geertz, Eric Hobsbawm, Charles Tilly e Marcel Mauss, entre outros.

¹²² “Polanyi e a Sociologia Económica”, in *A Grande Transformação...*, pág. 58.

¹²³ *Ibid.*, pág. 34.

¹²⁴ *Ibid.*, pág. 230/31.

¹²⁵ *Ibid.*, pág. 231.

tempo, a disciplina procurou conciliar a *liberdade humana* e a *objectividade científica*. A *escassez* de recursos era oposta às *infinitas* necessidades. Mas mais importante que isso tudo era o crescimento paralelo da *riqueza* e da *pobreza* – como do Estado e do Mercado.

A Reincrustação

A erosão dos constrangimentos sociais, políticos, religiosos ou ambientais no funcionamento da economia representa um perigo de tal ordem para o Homem e o seu meio envolvente que torna essa concepção inexoravelmente utópica. Perante esse cenário o autor tanto defende a *naturalidade* como a *necessidade* de novos métodos de constrangimento social da economia, levando-o igualmente a depositar algumas esperanças nas sociedades democráticas e nos seus pensadores, devido à importância do conhecimento que produzem¹²⁶.

Todavia, existe uma questão referente ao cariz utópico do sistema de mercado totalmente autorregulado, à qual Karl Polanyi não parece ter uma resposta clara: se a desincrustação social da economia é utópica, ela chega realmente a *acontecer*? Isto é, se efectivamente a economia de mercado peca pela sua natureza fictícia, de que modo é possível ela assumir uma existência no domínio real? Mesmo havendo uma resposta para este paradoxo, podemos-nos questionar sobre a sua manutenção, uma vez que a sua existência é inerentemente posta em causa pela própria realidade em que se quer situar?

¹²⁶ *Ibid.*, pág. 13.

Parte II

Entre a Teoria e a Realidade

Com base no capítulo anterior, é possível concluir que existiu uma grande diferença entre a concepção da economia de mercado – isto é, tal como ela foi definida pelos seus autores – e a realidade da sua implementação/manutenção. De acordo com a economia política, o Estado constituiria o principal obstáculo ao pleno funcionamento dos mecanismos de autorregulação – essenciais para atingir a situação mais natural e por isso mais próspera para a sociedade. Em contraste, autores como Karl Polanyi procuraram revelar uma história da instrumentalização do Estado na criação da economia de mercado, desafiando a conceptualização de conflito e divisão entre as duas instituições e os seus campos de acção.

Nesse âmbito, o mais importante a realçar é a discrepância entre a marginalização a que o Estado é devotado – à luz da economia neoclássica – e o seu papel central no processo de criação e manutenção da economia de mercado. Esta ambivalência subjacente

à dinâmica Estado/Mercado suscita um número sem fim de problemas. Sendo assim, nas páginas que se seguem o foco será dirigido à tal diferença, ou distância, que parece separar a teoria, da história da economia no período contemporâneo, como meio para melhor compreender o paradoxo anteriormente descrito.

De modo a sustentar e legitimar esse exercício, achou-se por bem recorrer a uma outra obra escrita por James Scott, intitulada *Seeing like State*¹²⁷. Nela, o antropólogo oferece-nos uma interpretação relevante para os problemas comuns aos diferentes projectos estatais de engenharia social presentes no seu livro, que por sua vez parece ir ao encontro da ambivalência que se quer explorar. Para atingir esse objectivo, o que se propõe, no fundo, é uma análise da economia e da história económica moderna enquanto história do Estado Moderno.

Que História do Estado?

Segundo o autor, no período contemporâneo, o Estado manteve os propósitos da apropriação, controlo e manipulação dos recursos humanos e não-humanos sob o seu domínio, tal como já almejava nos períodos anteriores. Face ao Estado Pré-Moderno, a grande diferença residia na quantidade de tarefas ou responsabilidades a seu encargo: desde a educação à saúde pública, passando pelo sistemas de transportes, o recenseamento da população, a segurança social, a produtividade da economia nacional ou a garantia do exercício das liberdades individuais, para nomear apenas algumas¹²⁸.

Tendo em conta a multiplicidade de responsabilidades que o Estado assume, Scott procurou perceber quais os princípios e métodos empregues para cumprir as diferentes tarefas. Refere-se então à *legibilidade*, *simplificações*, *replicabilidade*, *objectificação* e à *miniaturização*.

¹²⁷ *How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven: Yale University Press, 1998

¹²⁸ Nas palavras do próprio: “*The state’s increasing concern with productivity, health, sanitation, education, transportation, mineral resources, grain production, and investment was less an abandonment of the older objectives of statecraft than a broadening and deepening of what those objectives entailed in the modern world.*”, *Ibid.*, pág. 52.

Legibilidade

Para desempenhar as suas funções, o Estado tem que, em primeiro lugar, saber quais os recursos à sua disposição, seja o número de homens aptos para o serviço militar, seja a quantidade de receita fiscal necessária para cobrir a dívida externa. Deste modo, qualquer que seja o objectivo a alcançar, ele depende ultimamente dos meios tidos como necessários e disponíveis ao Estado. É por isso que o autor recorre à metáfora da leitura: como um leitor, o Estado encara o território e a população administrada como um texto, do qual procura extrair a informação tida como relevante para a sua performance.

Todavia, o texto não se deixa ler facilmente. Dado que a actuação das instituições governativas nem sempre coincide com os interesses da população governada, ela cria barreiras à legibilidade estatal. Desde dialectos locais a nomes temporários, à agricultura nómada, existem diferentes mecanismos que tornam a população relativamente autónoma ao controlo que decorre da legibilidade. Este fenómeno é baptizado pelo autor de *opacidade*.

Existe então uma tensão permanente e dinâmica entre a tentativa de conseguir informação ou recursos que o Estado considera necessários e, por outro lado, as tentativas contrárias a essa apropriação.

Simplificação

No que concerne os métodos de organização dos recursos apropriados, Scott argumenta que o princípio da *simplificação* subjaz a legibilidade estatal. Isto é, de forma a garantir o controlo que pretende exercer sobre a população ou o território, o Estado tende a tornar o acesso e a monitorização dos recursos o mais fácil possível.

Veja-se o exemplo da atribuição de apelidos permanentes, presente na obra¹²⁹. Enquanto que uma pessoa possua várias alcunhas, que mudam ao longo da sua vida ou consoante o contexto social, o Estado identifica-a através dum nome único e fixo. No caso fiorentino¹³⁰, os apelidos permanentes iam ao encontro de facilitar a colecta de

¹²⁹ *Ibid.*, pág. 64.

¹³⁰ *Ibid.*, pág. 66.

impostos; no contexto das Filipinas, os colonizadores espanhóis procuravam ultrapassar a opacidade oriunda da cultura e língua local.

Ao facilitarem a leitura, as simplificações acabam por reduzir os custos associados a qualquer função desempenhada por uma instituição pública. Como prova, basta pensar num país que possui mais do que uma língua oficial, cujos documentos oficiais terão de estar traduzidos para todas as línguas reconhecidas como tal¹³¹.

Replicabilidade

Para além da redução de custos que acompanha o processo de simplificação, existe um outro princípio que vai ao encontro da legibilidade. Retomando a metáfora literária, imagine-se um cenário em que a população e o território litoral são totalmente legíveis aos olhos do Estado. Em contraste, o interior é-lhe totalmente opaco. De que forma se processará a conversão para a legibilidade? Aproveitando os métodos já desenhados no contexto da região litoral – através da *replicação*. O argumento é simples: se o Estado já construiu um certo enquadramento que permite utilizar e monitorizar os recursos de que precisa, porque não aplicá-lo às regiões e populações ilegíveis? Por esta via, todo o território e população tornava-se visível apenas com um único conjunto de lentes.

É isso a que Scott se refere quando analisa a adopção do sistema métrico na Europa¹³². Anteriormente, as unidades de medida podiam variar nacional, regional ou localmente, reflectindo os costumes ou o meio envolvente duma população. Consequentemente, a colecta dos impostos em espécie exigia um empenho tremendo por parte dos oficiais do Estado, dado que incluía sempre a conversão das unidades de medida local para as que os próprios utilizavam. Por outro lado, recorrendo ao sistema métrico, elimina-se o passo intermédio de conversão, contribuindo para uma monitorização mais precisa da população, como os níveis de produção cerealífera ou o seu consumo.

Dito de outro modo, mais fácil do que ler um texto simplificado, é lê-lo repetidamente.

¹³¹ Na prática, são muitos os Estados que adoptam apenas uma língua para o funcionamento da burocracia. No caso do Canadá, a igualdade legal das línguas inglesa e francesa determina que os cidadãos possam aceder aos serviços do governo federal em qualquer uma das línguas.

¹³² *Ibid.*, pág. 30.

Objectificação

No conflito entre a legibilidade estatal e a opacidade social, é importante destacar a problemática da *agência*. Como já foi referido, a opacidade deve ser entendida enquanto autonomia de uma população, através de mecanismos e até instituições de variada natureza, por oposição à visibilidade apropriadora da legibilidade. Deste modo, é possível compreender a opacidade como um “seguro de agência”, isto é, uma camada de distanciamento e protecção contra as “garras” do Estado; uma garantia da capacidade de agir à margem dos seus interesses.

Ademais, o enquadramento deste conflito como alusivo ao exercício de agências opostas também torna mais claro aquilo que diferencia o Estado Moderno dos seus antecessores. Ainda que possa existir um grau de continuidade no que toca aos princípios, métodos e objectivos, relativos à governação ou administração, o crescimento exponencial de tarefas a desempenhar é causa e consequência de um processo de desaparecimento de regiões, pessoas, línguas, rituais, práticas e actividades desconhecidas ou impermeáveis ao controlo, à apropriação e à monitorização. Ora, o que essa erosão da opacidade representa é também um desequilíbrio inédito na dinâmica entre a agência invasiva do Estado e a agência evasiva da população. A balança tende para uma monopolização duma das agências, decorrente do processo de crescente *estatização* da sociedade e do território¹³³.

Com base nesta transformação, James Scott sustenta que a modernidade estatal incorpora também uma *objectificação* da sociedade. A erosão da opacidade, tida como a perda da agência extra e contra-estatal, faz da sociedade uma marioneta: um objecto inanimado, cujos movimentos são totalmente manipuláveis pelo titeriteiro.

Por motivos de clarificação, atente-se a dois dos capítulos da obra, nos quais o autor dedica-se ao estudo das cidades¹³⁴. Em termos de opacidade, um dos exemplos mais recorrentes é a cidade de Bruges, na Bélgica. Com um longo passado, a sua disposição espacial não obedece a um padrão; do seu mapa não se visualiza uma ordem. Contudo,

¹³³ A descrição que o autor faz do Estado Pré-Moderno esclarece, por contraste, a diferença para com o seu sucessor: “*The premodern state was, in many crucial respects, partially blind; it knew precious little about its subjects, their wealth, their landholdings and yields, their location, their very identity.*” *Ibid.*, pág. 2.

¹³⁴ *Ibid.*, Capítulo 2 “Cities, people and language”, págs. 53-83; Capítulo 4 “The High-Modernist City: An Experiment and a Critique”, págs. 103-146.

isso não implica que os seus habitantes não a conheçam, uma vez que é a sua experiência quotidiana (leia-se, empírica) a base do seu conhecimento. Desta forma, um não-habitante (seja o invasor, o estrangeiro ou o Estado central) terá sempre uma dificuldade acrescida, caso queira conhecer ou actuar sobre os becos e ruas irregulares de Bruges. Em suma, para conhecê-la, os não-habitantes dependem do conhecimento dos habitantes. Tal como nas unidades de medida locais, existe um passo intermédio de tradução.

O sistema métrico, por sua vez, assemelha-se às cidades planeadas, como Brasília. Ao contrário da cidade medieval europeia, a nova capital do Brasil nasceu num território sem qualquer estrutura ou população prévia. Sendo o terreno propriedade do Estado federal, não existia qualquer vestígio de opacidade, autonomia ou agência que pudesse constituir um obstáculo. Brasília podia então ser construída como o Estado brasileiro bem entendesse. E assim foi: a cidade foi realmente construída segundo o plano de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Em termos da sua legibilidade, um dos aspectos mais esclarecedores do plano é a segregação funcional da cidade. Ao atribuir a cada zona apenas um propósito (lazer, trabalho, residência, administração, etc.), a ordem urbana torna-se também visual. O mapa de Brasília é então capaz de traduzir o quotidiano dos seus habitantes, ao contrário dos de Bruges. Como um espaço de mínima opacidade/máxima legibilidade, a cidade planeada é um objecto de eleição para qualquer Estado, no qual a agência dos habitantes é incomparável à das autoridades, devido à total previsibilidade do quotidiano brasiliense.

Curiosamente, o monopólio inerente a este tipo de planeamento urbano inverte toda a dinâmica que se foi descrevendo. Num projecto como a construção de Brasília, a ordem urbana é mais evidente de fora ou de cima, e não de dentro¹³⁵. Com isto, a autonomia dos habitantes de Bruges face ao Estado Central tende a desaparecer; a autonomia das autoridades em relação ao quotidiano dos habitantes (leia-se, a sua agência) toma o seu lugar. Em ambos os casos, uma parte desenvolve métodos de impermeabilidade, de protecção, de neutralização da influência da outra.

Miniaturização

¹³⁵ *Ibid.*, pág. 104.

As cidades planeadas constituem, por excelência, exemplos elucidativos da história de legibilidade estatal. Mais especificamente, elas traduzem com bastante clareza o processo da *objectificação*. No caso de Brasília, a “folha em branco” permitiu o desenho de um objecto totalmente hermético, sem qualquer tipo de constrangimento humano ou não-humano, material ou imaterial, anterior à sua concepção.

Essa autonomia, ou distância, relativamente a qualquer aspecto característico e específico do Brasil e dos brasileiros, fez da nova capital um projecto utópico, no sentido literal da palavra – um sítio inexistente. No novo espaço urbano, o Brasil não pode existir, porque os brasileiros também não: ao contrário de Bruges, do Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador, a sua agência em nenhum momento fez parte do plano. O mapa, que demonstraria o produto da interacção entre os habitantes, passa a ser o produtor duma ordem formal, independente de quaisquer interesses e intenções que não sejam as dos seus autores.

É nesse aspecto que Scott se refere a este projecto como “*the Negation (or Transcendence) of Brazil*”¹³⁶: dado o intuito de construir o futuro do país, não há razão para existirem referências ao passado. Para alcançar esse objectivo, os brasilienses também comportar-se-iam de maneira diferente, ou seja, não como brasileiros. No que concerne o planeamento urbano, isso traduziu-se na ausência de ruas e praças – espaços típicos das cidades brasileiras, nos quais ocorrem actividades comerciais, lúdicas ou circunstanciais inesperadas, não-planeadas. O brasiliense, por oposição, não é imprevisível; ele obedece à ordem e harmonia subjacentes à nova cidade: diverte-se na zona recreativa, dorme na zona residencial e trabalha na zona comercial, garantindo a total legibilidade/ausência de opacidade.

Esta descrição, mais do que aludir à história completa do projecto de Kubitschek, Niemeyer e Costa, foca-se na perspectiva das autoridades, das suas intenções e métodos. Enquanto expressão do Brasil futuro, o projecto procurou responder à promessa do presidente de “50 anos em 5”¹³⁷. De um certo ponto de vista, a promessa foi cumprida: a nova capital, em vez de reproduzir a realidade já existente do país, é um espaço dedicado a uma nova realidade composta por novos sujeitos.

¹³⁶ *Ibid.*, pág. 119.

¹³⁷ *Ibid.*, pág. 118.

Por outro lado, o sucesso do projecto utópico remete para uma última característica das simplificações estatais: a *miniaturização* da ordem. Como já foi referido, Brasília é uma cidade construída num terreno previamente inabitado, plano e sob o controlo total do Estado. Logo, a construção duma cidade não-brasileira ocorreu precisamente num espaço em que não existiam vestígios de brasileiros e do Brasil. Para o Estado, foi a oportunidade perfeita: aplicou os princípios e métodos da legibilidade numa situação totalmente legível. É nesse sentido que Kubitschek e os autores do projecto puderam reivindicar o seu sucesso. Por outras palavras, a cidade utópica foi construída num local utópico, fenómeno que Scott baptiza de “*self-fulfilling prophecy*”¹³⁸.

A história para além das intenções das autoridades estatais revela uma série de problemas que põem em causa o sucesso deste projecto. Desde logo, a transformação dramática do país não ocorreu, segundo a ambição desmesurada que foi prometida. Por isso é que a construção de Brasília se tornou tão importante e emblemática para os seus autores. Para cumprirem a promessa do *slogan* presidencial, apostaram num projecto sem qualquer risco, tendo em conta o controlo total do Estado.

Deste modo, Brasília tornou-se literalmente um objecto miniatura do sonho desenvolvimentista do presidente brasileiro. Desde logo, porque as restantes cidades e os seus habitantes não reivindicaram uma transformação dos espaços urbanos à semelhança da monumentalidade, do planeamento e da racionalidade da nova capital. Por sua vez, os próprios brasileiros também não parecem ter adorado a utopia urbana: na década de 80, o número de habitantes era inferior ao esperado pelos planeadores. Mais revelador ainda são as cidades, ou aglomerados urbanos, que surgiram na periferia da capital, nas quais a população mais rica e mais pobre reproduziram a realidade desigual e segregada, típica da sociedade brasileira¹³⁹.

High Modernism

Em relação à história estatal que se tem vindo a descrever, é possível diferenciar mais ainda o período contemporâneo dos restantes. Para tal, basta reflectir sobre a ideia de construir uma cidade para meio milhão de pessoas num local previamente inabitado,

¹³⁸ *Ibid.*, pág. 141.

¹³⁹ *Ibid.*, pág. 130.

que efectivamente foi levada a cabo pelo Estado brasileiro em apenas meia década. Isto significa que, para além do financiamento, da mão-de-obra, dos equipamentos, dos materiais e do conhecimento necessários para executar o projecto, houve um conjunto de pessoas que, não só acreditou na possibilidade de concretizar uma utopia, como também a imaginou de antemão.

A importância deste tipo de pretensões não deve ser descurada. Afinal, a obra de Scott não procura retratar apenas uma história geral da legibilidade estatal. Ainda que ele apresente alguns dos traços comuns aos princípios e métodos inerentes ao controlo duma população e território, os casos que analisa correspondem a uma tentativa de organização *total* da vida social, em concordância com a compreensão científica do domínio não-humano (a natureza), com base numa fé inabalável no progresso do conhecimento científico e técnico¹⁴⁰.

Para o autor, essa crença exacerbada nos benefícios da ciência constitui a ideologia *High-Modernist*. Os seus adeptos, entre os quais Kubitschek, Le Corbusier, Lenine e Julius Nyerere, vêm na objectividade, racionalidade e universalidade do conhecimento científico a possibilidade de aperfeiçoar a condição humana. Assim, existe uma afinidade recíproca em relação aos instrumentos e propósitos do Estado, tendo em conta a sua capacidade de transformar os recursos sob o seu controlo, ao passo que o *High Modernism* propõe uma lógica unitária – diga-se, mais simples – como forma de organizar a sociedade.

Quando aplicada à letra, esta ideologia levanta problemas. O entendimento do comportamento humano como correspondente a um conjunto de premissas universais corre o risco de secundarizar a relevância das práticas políticas ou instituições culturais duma população. Isto é, quando um Estado executa um projecto de engenharia social *High-Modernist*, ele fundamenta-se numa concepção apolítica ou associal do ser humano. Tendo em conta que a agência expressa nas atitudes e valores duma população, esses projectos estatais não dependem da vontade dos sujeitos em causa.

A autonomia do Estado em relação à agência dos seus súbditos abre o caminho para os casos de despotismo esclarecido que preocupam o autor. Segundo o próprio, o perigo não é necessariamente a abstracção subjacente ao *High Modernism*¹⁴¹. O que é

¹⁴⁰ *Ibid.*, pág. 4.

¹⁴¹ *Ibid.*, pág. 6.

realmente preocupante é a inexistência ou ineficácia de mecanismos que contrariem a agência estatal monopolizada.

No seguimento desta argumentação, importa também realçar o papel que a técnica e a tecnologia assumem no planeamento objectivo da sociedade. A abstracção inerente ao sujeito *High-Modernist* faz dele mais governável, ao despi-lo de todas as vestes geográficas, políticas ou locais que o singularizam. Deste modo, ele assemelha-se ao terreno plano que deu lugar a Brasília (em vez dos *morros* do Rio de Janeiro), sendo ele não só detido como totalmente conhecido pelo Estado. A omnisciência garante a onnipotência. Finalmente, a primazia da técnica e da tecnologia encontra-se na ideia de que a realidade humana é inteiramente desvendável, pois se existe uma essência que fundamenta a nossa existência, o importante é desenvolver o conhecimento que nos permita conhecê-la melhor, para que possamos existir em concordância com ela.

Relativamente à hipérbole da crença no progresso científico, ela vai ao encontro da tecnocracia. Para os adeptos do *High Modernism*, a premissa da essência humana justifica a intenção de aperfeiçoar a existência. As fricções que surgem com este autoritarismo científico – por parte daqueles que se opõem à via progressista – são marginalmente decrescentes: através da técnica e da tecnologia, aproxima-se cada vez mais a existência à essência. Aperfeiçoando a condição humana, elimina-se a causa dos conflitos entre diferentes agências – as fontes de fricção.

Importa também sublinhar as consequências políticas desta concepção do desenvolvimento da história humana. Na dinâmica legibilidade/opacidade, a última deve ser entendida como política, na medida em que proporciona a um ou mais sujeitos a capacidade de não serem inteiramente governados. Retomando o exemplo de Bruges, a ausência duma lógica visual e/ou unitária à sua existência dificultou a actuação por parte de qualquer figura estranha à cidade, nomeadamente ao Estado central belga. O que torna a cidade tão impenetrável é a sua história de interacção entre as infinitas, imprevisíveis e inconsequentes agências dos habitantes de Bruges. Neste cenário, a expansão duma casa pode ter resultado no nascimento dum beco, alterando os caminhos disponíveis. Trata-se, portanto, de uma rede intersubjectiva que governa a cidade medieval. Em contraste, os habitantes de uma cidade planeada, pelo facto de não terem participado na sua concepção, torna-os apolíticos, no sentido em que a sua agência não constitui um obstáculo ao controlo das autoridades planeadoras.

Nos casos em que se adopta assertivamente a miniaturização da ordem legível, a agência subjectiva dos governados não pode existir, porque compromete o sucesso do projecto. É nesse sentido que Scott propõe, ironicamente, que “*For them [habitantes], it is almost as if the founders of Brasilia, rather than having planned a city, have actually planned to prevent a city*”¹⁴². À luz do *High Modernism*, a cidade perfeita seria aquela que fosse construída segundo os pressupostos científicos derivados da essência da condição humana. Para os residentes, uma cidade habitável é aquela que lhes permite um papel no seu desenvolvimento.

Colectivização – High Modernism Económico

Aproveitando um exemplo mais próximo ao domínio da economia, atente-se ao processo da colectivização agrícola na União Soviética. Na sua análise, Scott interessa-se na verdade pelos aspectos culturais e estéticos associados a esta transformação económica¹⁴³. Ainda assim, a informação que fornece sobre o processo produtivo e a tentativa de monopolização da produção serve satisfatoriamente os propósitos deste texto.

À partida, a ideia de transformar a propriedade agrícola em *sovkhoses* (quintas estatais) e *kolkhoses* (quintas colectivas) não constitui, por si só, um exemplo da ideologia *High-Modernist* em acção. Ela reside antes no controlo e planeamento que o Estado soviético aplica, de acordo com uma concepção abstracta e universalista da produção agrícola e dos camponeses.

*Iluminar o Narod*¹⁴⁴

Para além da legibilidade que os bolcheviques procuravam em relação ao mundo rural, é necessário referir a opacidade quase total que o caracterizava. A revolução de 1917, juntamente com a Guerra Civil que a seguiu, fez dos camponeses uma incógnita para o Partido Bolchevique¹⁴⁵. Por um lado, a convulsão característica deste período levou

¹⁴² *Ibid.*, pág. 126.

¹⁴³ *Ibid.*, pág. 193.

¹⁴⁴ *Ibid.*, pág. 167. Expressão referente à população rural.

¹⁴⁵ O autor também refere a dimensão urbana da identidade (da esmagadora maioria) dos militantes do partido. *Ibid.*, pág. 205.

ao desenvolvimento de formas de organização autónoma por parte dos camponeses. Por outro, também há que ter em conta a destruição do aparelho estatal periférico.

De uma maneira ou doutra, a verdade é que os bolcheviques pouco ou nada sabiam sobre o que se passava no interior do seu país. Por esse motivo, e enquanto portadores da ciência marxista-leninista, assumiam – com maior vigor ainda – a tarefa de “iluminar” os seus conterrâneos, seja através da electricidade (material), seja através da educação (imaterial)¹⁴⁶. Com um camponês proletarizado, educado, a praticar uma agricultura mecanizada e científica, seria possível pôr termo à aldeia, ao cavalo, à tradição – e ao próprio camponês. O novo mundo rural colectivizado transcenderia o anterior.

No que toca aos objectivos do Estado, a preocupação essencial era aumentar a produtividade, com vista a um outro fim: sustentar uma verdadeira industrialização da economia nacional. Assim, o aumento da produtividade no sector agrícola não só poderia responder às necessidades duma crescente população urbana (e operária), como também financiar os custos de importação da tecnologia necessária para o desenvolvimento industrial (via exportação do excedente).

Socialismo e agricultura

A produção feita em enormes quintas, contando com muitas máquinas e fertilizantes, não caracteriza apenas a realidade soviética. Nos Estados Unidos também houve um grande interesse por este tipo de projectos, tendo existido uma série de contactos e encontros entre engenheiros agrónomos dos dois países¹⁴⁷. Para os norte americanos, as quintas colectivizadas eram motivo de inveja, devido ao grau de planeamento que lhes estava associado, para além da ausência de “*political inconveniences*”¹⁴⁸ – isto é, de quaisquer obstáculos ao controlo exercido pelo Estado.

A própria figura do engenheiro agrónomo indicia a padronização da actividade agrícola nos EUA e URSS. O seu conhecimento, próximo à concepção taylorista do processo produtivo, levava-os a encarar a quinta como uma “*food and fiber factory*”¹⁴⁹. Nela, procuravam padronizar ao máximo todos as funções, os instrumentos e o contexto

¹⁴⁶ *Ibid.*, pág. 167. No pensamento de Lenine, a electricidade assume o duplo sentido dum desenvolvimento tecnológico e cultural.

¹⁴⁷ *Ibid.*, pág. 196.

¹⁴⁸ *Ibid.*, pág.

¹⁴⁹ *Ibid.*, pág. 197.

em que a produção ocorria, com o intuito de rentabilizá-la e torná-la mais previsível. O *sovkhos Verblud*, com 375 mil acres disponíveis para cultivar trigo, representa talvez o expoente máximo da agricultura industrializada *high-modernist*: ela nasceu dum plano elaborado em Chicago, durante duas semanas, baseado numa concepção totalmente abstracta dos solos e dos trabalhadores. O único critério que tornava o plano dependente da quinta era o seu tamanho, visto que os restantes não correspondiam a um sítio ou a uma pessoa concreta.

Relativamente aos resultados conseguidos nestas quintas-fábricas, Scott aponta para o facto de, na década de 1920, produzir-se apenas 2.2% dos cereais nos *kolkhoz* e *sovkhos*, recorrendo a 10% da mão-de-obra total¹⁵⁰. Por oposição, os camponeses mais abastados – nomeadamente os que prosperaram com a NEP¹⁵¹ - eram responsáveis pela esmagadora maioria da produção cerealífera. Em suma, qualquer que fosse a estratégia adoptada para iniciar a industrialização da URSS, não poderia ser uma que contasse com a produção do sector colectivo da agricultura.

É então neste cenário que Estaline decide, a partir de 1928, concretizar aquilo que Lenine teve de adiar. Em 1921, a NEP surgia depois das revoltas e resistências camponesas, face às imposições estatais no contexto da Guerra Civil. Para sobreviver, o regime rendeu-se às exigências dum campesinato parcialmente autónomo. Nos anos seguintes, as exigências feitas aos camponeses eram cada vez mais desafiadas pelos próprios, pondo em causa a eficácia dos meios de repressão estatais¹⁵². Tratava-se efectivamente de um jogo de gato e de rato demasiado equilibrado, na óptica do Estado soviético.

Sete anos mais tarde, o resultado seria diferente, pois não seria concebível que os produtores privados constituíssem um obstáculo à construção do comunismo. Deste modo, Estaline recorre ao envio de 25000 homens para as zonas rurais¹⁵³, com o intuito de eliminar os *kulaks*¹⁵⁴ e colectivizar as propriedades. O que se segue assemelha-se a uma guerra contra o campesinato, marcada por um grau de violência e disrupção

¹⁵⁰ *Ibid.*, pág. 209.

¹⁵¹ Sigla referente à Nova Política Económica, implementada por Lenine após a Guerra Civil. Resume-se a uma modesta abertura económica, nomeadamente à existência de alguma propriedade privada e comércio livre. O intuito seria a recuperação económica necessária para mais tarde retomar o caminho para o comunismo, no qual a propriedade privada não existe.

¹⁵² *Ibid.*, pág. 218.

¹⁵³ *Ibid.*, pág. 210.

¹⁵⁴ Termo referente a todas as propriedades e produtores privados.

semelhante ou superior à guerra civil. Entre a intolerância para com a resistência às requisições, as confiscações e a fome, as estimativas referentes ao número de mortos chegam aos milhões.

Na opinião de Scott, é importante destacar a incompatibilidade da realidade camponesa pré-colectivizada com o *High Modernism* inscrito nos objectivos do Estado soviético. Mais especificamente, a intenção de coordenar e orientar toda a actividade económica do país através do conhecimento científico e técnico (que resultou nos Planos Quinquenais) era diametralmente oposta a uma agricultura em propriedades comuns, de cariz tradicional, à margem do conhecimento e compreensão do Estado.

Kolkhoz, Sovkhoz, Legibilidade e Controlo

Mas, afinal, como é que se deu a transformação do mundo rural? Aqui surge a presença da ideologia *High-Modernist*. À semelhança de *Verblud*, Estaline preferia as quintas que contassem com 125 mil (a 250 mil) acres¹⁵⁵. Da mesma forma, muitos dos *kolkhoz* resultavam de projectos profundamente abstractos, cujos terrenos alvo os autores raramente conheciam ou visitavam. Nos seus mapas, não existiam rios, montes, aldeias, povoações ou quaisquer características que distinguissem o local destas fábricas agrícolas. No que diz respeito a simplificações, a monocultura e a divisão do trabalho também estavam fortemente presentes¹⁵⁶.

A legibilidade, por sua vez, foi conseguida com o fim do *mir* (a aldeia) – a unidade social rural de base – ou seja, a fonte de fricção (política) no percurso do progresso. No lugar das instituições locais, como as igrejas e mercados, surgem as sedes do governo, as escolas e o centro de lazer: todos eles espaços públicos, planeados e oficiais¹⁵⁷. Localizados no centro de cada povoação, eles reproduzem a centralização do poder inerente à apropriação, ao controlo e monitorização que um Estado de pretensões *High-Modernist* necessita, para produzir uma realidade em harmonia com os princípios universais que governam o comportamento humano.

¹⁵⁵ *Ibid.*, pág. 211.

¹⁵⁶ *Ibid.*, pág. 212. O autor descreve a intenção dos planeadores em atribuírem a cada *kolkhoz* a produção duma única colheita, tal como a segregação funcional duma cidade planeada.

¹⁵⁷ *Ibid.*, pág. 214.

Nestas miniaturizações da legibilidade estatal total, os produtores estão à mercê do Estado central, que comanda a actividade económica: ele decide quais as colheitas e a quantidade em que são produzidas; fornece as máquinas, o fertilizante, as sementes e as ferramentas. Isto é, institui-se uma economia agrícola de total subserviência. Além disso, a lógica centralizadora da colectivização multiplica-se a cada um dos níveis burocráticos que separam o Estado central do agricultor. Começando pelas quotas de produção oficialmente estabelecidas, a responsabilidade pelo seu preenchimento promove uma pressão verticalmente delegada, até chegar ao produtor, cujo trabalho deve conseguir sustentar todas as expectativas acumuladas ao longo dessa cadeia burocrática.

Do mesmo modo, o produtor exerce uma pressão insustentável e irrealista na terra: sendo obrigado a produzir uma única colheita em determinada quantidade, em solos de diferente natureza e qualidade, não há como não recorrer a enormes quantidades de fertilizante. Assim, o sucesso de alguns *kolkhoz* em aumentar efectivamente a produtividade resultava dum custo economicamente ineficiente e ecologicamente danoso¹⁵⁸.

Uma outra forma de garantir o sucesso da transformação do mundo rural consistiu na reintrodução de passaportes internos¹⁵⁹ – um mecanismo de restrição à mobilidade – de modo a impedir que os camponeses não cumprissem o seu papel na nova sociedade aperfeiçoada.

Velhos sucessos numa nova sociedade

Ao descrever os diferentes problemas associados à colectivização na União Soviética, o autor questiona o sucesso deste projecto, nomeadamente na sua capacidade de transformação do campesinato - tradicional, religioso e ignorante russo – em proletariado – instruído e devoto ao socialismo. Igualmente, questiona a componente *High-Modernist* da engenharia agrónoma que foi aplicada, suscitando um cepticismo relativo ao atingir dos objectivos almejados pelos portadores da verdade universal, de cariz científico.

¹⁵⁸ *Ibid.*, pág. 202.

¹⁵⁹ *Ibid.*, pág. 213.

Em contrapartida, Scott não mostra grandes dúvidas em relação ao sucesso que este projecto teve, em termos dos fins de apropriação e controlo, não apenas associados ao funcionamento do Estado moderno, mas também à “*traditional statecraft*”¹⁶⁰. Neste caso, o autor refere-se à subjugação do meio rural ao domínio e interesses do Estado soviético, através da colectivização da propriedade e o confisco dos cereais. Perante o contexto pós-1917 e depois pós-1922, marcado pela autonomização política e económica dos camponeses, a colectivização surgiu como um tanque, cujas lagartixas nivelaram o terreno social, transformando essa paisagem caótica e sinuosa, tornando-a ordenada e legível.

De forma a sublinhar a dicotomia aqui em causa, o autor evoca a experiência dos próprios trabalhadores dos *kolkhoz*, cujo quotidiano em muito se assemelhava ao dos seus avós, na época da servidão (até 1861)¹⁶¹. As suas obrigações laborais incluíam trabalhar meio dia nas quintas estatais, com os preços a serem determinados pelo Estado; trabalhar na construção e manutenção de estradas; e ceder parte da produção dos seus pequenos terrenos privados. Juntamente com a autoridade arbitrariamente exercida pelos seus superiores e a proibição de se moverem livremente, a colectivização acabou por se constituir como uma política de cariz revolucionário ironicamente próxima ao feudalismo czarista.

Planear a realidade

Sejam os custos económicos, humanos, ecológicos, sejam os falhanços em transformar a população rural ou em aumentar a produtividade da agricultura, são vários os indícios que apontam para o falhanço da colectivização em cumprir os objectivos dos seus autores e adeptos. Contudo, Scott não deixa de notar que, do ponto de vista objectivo, factual e oficial, “*The farms were highly mechanized (by world standards), and they were managed by officials with degrees in agronomy and engineering. Demonstration farms really did achieve large yields, although often at prohibitive costs*”¹⁶². À semelhança de Brasília, existe uma *self-fulfilling prophecy*, pois a mecanização, industrialização e

¹⁶⁰ *Ibid.*, pág. 203.

¹⁶¹ *Ibid.*, pág. 213.

¹⁶² *Ibid.*, pág. 217.

cientificação da agricultura é comprovável; os seus resultados é que não corresponderam às expectativas.

Relativamente à ineficiência dos custos inerentes ao processo produtivo e a sua insustentabilidade ecológica, ela não deve ser tida como meramente circunstancial ou irrelevante para qualquer projecto estatal de natureza *High-Modernist*. O recurso excessivo a fertilizante como meio para garantir uma maior produtividade nos *kolkhoz* nunca poderia fazer parte dos planos elaborados pelos especialistas agrónomos, pois tal implicaria uma demonstração oficial da sua inviabilidade económica. No caso de Brasília, foram as cidades não-planeadas, situadas na sua periferia, que sustentaram (e sustentam) a existência da capital¹⁶³. As cidades habitadas pelos mais pobres constituem a residência dos que trabalham no centro da capital, habitada pela elite. Por sua vez, os habitantes mais abastados também construíram os seus aglomerados periféricos, de modo a copiarem o estilo de vida dos seus conterrâneos do mesmo estatuto socioeconómico. Assim, as Brasília não-planeadas correspondem ao uso de fertilizante ou à reintrodução de passaportes internos na União Soviética (e vice-versa), na medida em que se tratam de soluções improvisadas e não-planeadas, sem as quais estes projectos estatais nunca sobreviveriam.

Existe então uma relação proporcional entre o grau de planeamento associado a um projecto e a necessidade de soluções *ad hoc*, que vão acompanhando a sua implementação. Para Scott, a realidade oficial das quintas colectivizadas e de Brasília – criadas pelo Estado – é complementada pela realidade oficiosa do excesso de fertilizante e das cidades periféricas, referida como o *dark twin*¹⁶⁴. Tendo em conta a sua natureza incoerente, arbitrária e informal, a realidade oficiosa constitui um objecto de estudo de enorme relevância, devido à sua condição simultaneamente marginal e simbiótica face à realidade oficial. Por outras palavras, se os autores dos projectos estatais reconhecessem o papel do *dark twin*, como é que poderiam reivindicar o aperfeiçoamento da condição humana através do planeamento racional e científico social, económico ou cultural? Daí que seja tanto mais necessário desconsiderar ou rejeitar a realidade oficiosa, quanto maior for a sua responsabilidade para com o funcionamento da realidade oficial.

¹⁶³ *Ibid.*, pág. 130.

¹⁶⁴ *Ibid.*, pág. 286.

Então e a Economia de Mercado?

Os diferentes casos analisados por James Scott em *Seeing Like a State* demonstram bem o perigo e os problemas que a tentativa de subjugar o Homem e o seu meio envolvente a uma concepção totalmente abstracta, universal, de lógica unitária da realidade e do conhecimento, acarreta. Quando adoptado por um Estado, sem quaisquer obstáculos à sua capacidade de actuar de acordo com os seus preceitos, o *High Modernism* proporciona um cenário de autoritarismo despótico e esclarecido, tal como existiu na Alemanha Nazi, no *Apartheid* da África do Sul ou (ainda existente) na Coreia do Norte.

Relativamente ao domínio económico, o projecto de colectivização da agricultura na União Soviética exemplifica muitos dos vícios inerentes ao planeamento estatal da economia. Para autores como Russel Hardin, William Niskanen e Sean Patrick Eudaily¹⁶⁵, a crítica de Scott ao controlo exercido por um Estado desmesuradamente ambicioso nas suas intenções foi interpretada como uma possível apologia da economia de mercado. Assim, o liberalismo económico corresponderia a nada mais do que à antítese da economia planeada, tendo em conta a primazia da liberdade individual na conduta da produção e troca de bens e serviços, conseguida através da mínima intervenção por parte das instituições políticas nessas actividades.

Scott, por sua vez, devolveu uma resposta às recensões destes autores¹⁶⁶, resultando numa troca de opiniões sobre diferentes aspectos de grande relevância para os propósitos deste texto, dada a tentativa de encarar a história económica e da economia enquanto história do Estado na época contemporânea.

Seeing like Neoliberalism

Na sua recensão, Hardin defende uma grande proximidade das ideias de Scott face às de Friedrich von Hayek, umas das principais figuras da Escola Austríaca¹⁶⁷. Referindo-se à obra mais conhecida do autor austríaco (*The Road to Serfdom*), Hardin argumenta

¹⁶⁵ HARDIN, Russel, "Seeing Like Hayek." *The Good Society* 10, no. 2 (2001): 36-39, Penn State University Press; NISKANEN, William A, "A Case for Decentralizing Policy." *The Good Society* 10, no. 2 (2001): 42-45, Penn State University Press; EUDAILY, Sean Patrick, "Avoiding Liberalism's Gaze: Myopia in James Scott's "Seeing Like a State"." *The Good Society* 10, no. 2 (2001): 46-48, Penn State University Press.

¹⁶⁶ SCOTT, James "A Reply to Hardin, Ostrom, Niskanen, and Eudaily." *The Good Society* 10, no. 2 (2001): 49-51, Penn State University Press.

¹⁶⁷ HARDIN, Russel, pág. 36.

que a defesa do conhecimento local defendido por Scott vai ao encontro do exercício da liberdade individual, que permite gerar esse tipo de conhecimento. Com base nessa premissa, o crítico defende que, no caso da colectivização, foi a ausência de incentivos económicos individuais que impossibilitou o sucesso dos *kolkhoz* e *sovkhoz*: ao longo de 3 gerações, o conhecimento local produzido foi o de subversão egoísta para com o esforço colectivo¹⁶⁸.

Já Niskanen parte da sua crítica a *Seeing Like a State* para elaborar uma série de “*personal suggestions for the general direction of the change in policies implied by Scott's perspective*”¹⁶⁹, enumerando-as de acordo com os princípios mais gerais a que se referem: *devolution, debureaucratization* e *deregulation*. Na sua essência, o autor parte dos efeitos deletérios oriundos da legibilidade *High-Modernist* estatal para advogar um processo de descentralização e privatização dos serviços fornecidos pelo Estado moderno. Através desse processo, tornar-se-ia mais fácil o exercício da liberdade individual, permitindo uma melhor e mais eficiente prestação de serviços públicos com base em contractos com entidade privadas, ou até pela simples desresponsabilização do Estado (nomeadamente o central) para com determinadas necessidades da população. No fundo, Niskanen critica a (omni)presença, a (omni)potência e a (omni)sciência que o Estado exerce ao cumprir as suas funções, pelo facto de se incompatibilizar com o livre exercício dos interesses de cada indivíduo.

Por fim, Eudaily encontra alguns problemas nas lições políticas a retirar da obra escrita por Scott. Essencialmente, o crítico questiona o elogio às instituições representativas e democráticas, enquanto obstáculos ao planeamento social autoritário. É nesse sentido que Eudaily realça a semelhança da abstracção inerente à teoria política liberal – da qual resultam a representatividade e a igualdade política gozada pelos cidadãos – e a abstracção inerente ao planeamento estatal¹⁷⁰. Ademais, também argumenta que a existência e o funcionamento das instituições democráticas não põem em causa a despolitização, decorrente da objectificação, universalidade e abstracção inerentes a um projecto estatal *High-Modernist*¹⁷¹.

¹⁶⁸ *Ibid.*, pág. 39.

¹⁶⁹ NISKANEN, William, pág. 43.

¹⁷⁰ EUDAILY, Sean Patrick, pág. 47.

¹⁷¹ *Ibid.*, pág. 46.

A resposta de Scott

No seu artigo, o antropólogo norte-americano preocupa-se, em parte, com a conclusão a que os três críticos chegaram nas suas recensões, nomeadamente que “*I [James Scott] have written something of a hymn to Friedrich Hayek, market-coordination, decentralization, and liberal democracy*”¹⁷². Num momento inicial, ele reconhece essa interpretação, pelo facto de ter analisado exclusivamente projectos *High-Modernist* estatais¹⁷³. Contudo, acaba por reconhecer essa aproximação, contra-argumentando que ela recorre a uma falsa dicotomia: se a sua obra oferece uma crítica a projectos de enorme intervenção pública, é possível deduzir uma defesa da economia de mercado.

Para além desse equívoco, Scott também recorre à introdução da sua obra, em que aponta para a globalização da economia liberal como o maior projecto de padronização, universalização e abstracção modernista do nosso tempo, além de lembrar que a propriedade privada foi uma criação estatal¹⁷⁴.

Relativamente às críticas e propostas de Niskanen, Scott não vê quaisquer problemas na sua argumentação a favor da descentralização das funções estatais e atribuição de mais autonomia administrativa e política ao nível local¹⁷⁵. Por outro lado, em concordância com a rejeição que faz das ideias hayekianas, o antropólogo não reconhece o Mercado enquanto instituição mais capaz de alocar mais eficientemente ou melhor os recursos económicos do que o Estado. Ainda assim, a sua discordância face às ideias de Niskanen prende-se com a sugestão de recorrer a subsídios e impostos como solução para as externalidades (positivas e negativas) do Mercado: para Scott, esse tipo de abordagem perpetua as formas de padronização que tanto criticou, sendo que neste caso trata-se de atribuir um valor monetário aos problemas (de qualquer natureza) presentes numa economia capitalista. Nas suas palavras, “*Such techniques, while 'softer' than prohibitions and imperative commands are nonetheless still a form of 'anti-politics'*”

¹⁷² SCOTT, James, pág. 49.

¹⁷³ Numa outra recensão, Scott foi criticado pelos exemplos escolhidos, dado que existiram projectos *High-Modernist* não-estatais, como a cidade planeada por Henry Ford. GUPTA, Akhil, *The Journal of Asian Studies* 58, no. 4 (1999): 1093-095, Association for Asian Studies.

¹⁷⁴ SCOTT, James, pág. 50.

¹⁷⁵ *Ibid.*, pág. 51.

which place public policy in the hands of experts with but a single 'metric' at their disposal"¹⁷⁶.

No que toca ao problema da distinção entre *High Modernism* autoritário e a democracia liberal apontando por Eudaily, é a existência de direitos invioláveis, juntamente com a representatividade nas instituições políticas que criam possíveis entraves à monopolização da agência política por parte do Estado – uma componente necessária para executar um projecto da natureza *High-Modernist* – que distingue a democracia liberal. Afinal, um regime autoritário dificilmente contará com estes obstáculos, uma vez que são contrários à sua natureza. Não obstante, Scott remonta a origem deste tipo de planeamento à Europa do século XIX, na qual o surgimento das elites técnicas e científicas proporcionou a ambição e a escala destes planos¹⁷⁷.

Posto isto, qual é a relevância deste diálogo crítico, relativamente aos propósitos deste texto? É nada mais do que a inclusão da economia de mercado na lista de projectos de legibilidade estatal. Ao longo da obra, são várias as referências à simplificação, replicabilidade e objectificação feitas pelo autor, ao descrever a economia de mercado¹⁷⁸. Igualmente, a intenção de administrar a sociedade humana de acordo com o princípio económico – ancorada na ciência económica – parece-lhe ir ao encontro da lógica unitária e do aperfeiçoamento da condição humana presentes no *High Modernism*. São essas referências às características partilhadas entre a legibilidade estatal, o *High Modernism* e a economia de mercado que sustentam uma análise da simultânea externalização e cumplicidade do Estado no funcionamento da mesma. Desse modo, também se percebe a importância das recensões acima presentes, na medida em que todas elogiaram a crítica anti-estatal de *Seeing Like a State*, sem nunca a estender ao que o seu autor entende ser o maior projecto de legibilidade estatal a nível mundial.

Mercado enquanto Legibilidade

De certa forma, é possível argumentar que a legibilidade, a simplificação, a replicabilidade ou a objectificação (e até a miniaturização!) que caracterizam a economia de mercado são apenas aspectos circunstanciais – atribuíveis ao contexto da época

¹⁷⁶ *Ibid.*, pág. 51.

¹⁷⁷ *Ibid.*, pág. 50.

¹⁷⁸ *Ibid.*, ver páginas 8, 29, 30, 31, 73, 189, 263 e 266, como exemplo.

contemporânea, marcada por um processo de expansão das funções estatais – de uma realidade que é indissociável da condição humana. Contudo, tal interpretação implica, logo à partida, uma concepção abstracta do ser humano, de acordo com a qual o seu comportamento corresponde, na sua essência, à racionalidade económica. Daí, surge a premissa que permite o desenho da sociedade em conformidade com o pleno exercício dessa motivação. Ainda que o Estado nunca consiga saber exactamente o que cada um dos membros da população procura egoisticamente, a sua capacidade de monitorização mantém-se intacta: por mais nações, etnias, religiões ou quaisquer outros grupos sociais que existam numa determinada sociedade, a sua importância é sempre secundária, pois existe uma lógica subjacente a toda a actividade humana. Tal como a legibilidade requer, a administração da população pelo Estado torna-se efectivamente uma tarefa facilitada.

Daí, surge a importância e legitimidade da ciência económica: ao assumir o estudo dos mercados, por sua vez formados através das relações de troca expressivas do interesse próprio, a disciplina constitui o derradeiro instrumento de legibilidade estatal, permitindo às instituições públicas actuarem de acordo com as suas recomendações. Para Scott, trata-se de uma ferramenta com “*formidable resolving power*”¹⁷⁹, não porque converte informação qualitativa em quantitativa, mas sim porque consegue reduzir qualquer problema a uma de duas respostas: lucro ou despesa. Analogamente, também se pode falar sobre a importância da adopção do sistema métrico, pois ele permitiu uma expansão geográfica das trocas e, conseqüentemente, da actividade económica racional¹⁸⁰.

Mesmo assim, o autor reconhece na ideia da autorregulação dos mercados o exercício das múltiplas agências dos sujeitos que compõem uma sociedade, tratando-se de um aspecto que de facto a diferencia do planeamento totalitário, relativo aos casos anteriormente apresentados. Afinal, a concepção da economia de mercado requer o exercício da agência respectiva a cada um dos seus participantes (que se baseia numa concepção de liberdade). Por outro lado, Scott não deixa de apontar para o *dark twin* da economia de mercado, isto é, todos os mecanismos que lhe são externos, mas que a criam e sustentam, como as leis sobre contratos e propriedade, juntamente com o poder do Estado em garantir a sua aplicação. Ainda assim, interessa-lhe mais destacar a dependência do Mercado “*on a larger system of social relations which its own calculus does not*

¹⁷⁹ SCOTT, James, *Seeing Like a State*, pág. 346.

¹⁸⁰ Nas palavras do autor: “*Officials and physiocrats alike were convinced that uniform measures were the precondition for creating a national market and promoting rational economic action.*”, *Ibid.*, pág. 31.

acknowledge and which it can neither create nor maintain”¹⁸¹. Nesse sentido, é possível falar duma diferença entre a concepção abstracta, “pura” da economia liberal e o funcionamento concreto e imperfeito da mesma.

Como exemplo da replicabilidade, e em concordância com a padronização do sujeito económico, o autor aponta para o fenómeno da produção em massa. No caso do Mercado e dos seus produtores e consumidores, faz todo o sentido que os produtos se tornem progressivamente homogéneos, assim como o próprio processo de produção. Respeitando o princípio da maximização de lucro, os aspectos culturais, tradicionais ou sociais duma dada indústria ou sector tornam-se secundários. Destarte, existe uma clara diferença entre um produto artesanal – atribuível a um produtor específico – e o massificado – indiscriminável, e por isso destinado a qualquer consumidor¹⁸². Em suma, o sujeito económico padronizado e abstracto produz e consome produtos igualmente abstractos e padronizados – totalmente replicáveis, e por isso indistinguíveis.

À semelhança dos outros projectos de legibilidade, na economia de mercado existe (paradoxalmente) um enorme grau de controlo, inextricavelmente associado à capacidade de leitura do Estado. Essa vertente é descrita por Scott no contexto da política agrária colonial no Sudeste Asiático, na qual a preferência pelo latifúndio não corresponde a uma crença na maior produtividade, mas sim na facilidade em taxar a produção; em controlar e vigiar o trabalho¹⁸³. O problema reside na incapacidade de criar um método de produção anterior ao próprio acto de produzir, tal como foi pensado para o *kolkhoz*: em vez de se procurar compreender a experiência adquirida por um agricultor tradicional, a ideia é implementar um sistema baseado em princípios inerentes à condição humana e à natureza, impermeável às especificidades do local e da população alvo do planeamento.

Deste modo, também é possível compreender as vantagens que o dono da fábrica possui face ao latifundiário, pois o primeiro detém muito maior controlo sobre o espaço, os horários de trabalho, a produtividade e as matérias primas¹⁸⁴ em comparação com o último, permitindo-lhe um grau de planeamento da produção muito superior. Assim, a fábrica está mais próxima da miniaturização da ordem capitalista do trabalho, o que

¹⁸¹ *Ibid.*, pág. 351.

¹⁸² *Ibid.*, pág. 31.

¹⁸³ *Ibid.*, pág. 189.

¹⁸⁴ *Ibid.*, pág. 336.

sugere a presença de (mais) uma *self-fulfilling prophecy*: sendo um espaço totalmente desenhado e construído pelo Homem, a fábrica mais facilmente consegue obedecer à racionalidade económica. Logo, o conhecimento mais apropriado para avaliar a sua performance será aquele que se baseia nessa mesma racionalidade económica.

Ademais, pode-se falar em *objectificação*, tendo em conta a monopolização da agência por parte do dono da fábrica, por oposição à dos seus trabalhadores. Para Stephen Marglin, o controlo é a chave para a apropriação dos lucros por parte do capitalista¹⁸⁵, pressupondo o seu conhecimento do processo produtivo. Caso contrário, como no da produção artesanal, a autonomia do artesão tornaria a apropriação uma tarefa irremediavelmente mais árdua e dispendiosa. Da mesma maneira, o Estado prefere, do ponto de vista fiscal, a propriedade privada que, assumindo a relação Estado-indivíduo, é mais produtiva, como também representável no mapa cadastral, ao contrário da propriedade comum¹⁸⁶.

Enfim, a ideia de que as relações económicas obedecem, em última instância, a um único princípio, inerente à condição humana, possibilita a produção de um saber universal, que procura explicar o comportamento humano na sua totalidade. Por sua vez, os seus *self-evident postulates*¹⁸⁷ viabilizam uma abordagem essencialmente técnica, impermeável às “*contingencies of the material world*”¹⁸⁸, assim como a legibilidade estatal se autonomiza em relação à agência duma população previamente ilegível. Quanto mais a sociedade se aproximar do pleno exercício da natureza humana, menor serão as suas fontes de fricção, pois ela encontrar-se-á mais próxima da sua condição perfeita. Por essa razão, as intervenções estatais disruptivas – ou a fricção do autoritarismo científico – vão diminuindo à medida que cada pessoa aja em conformidade com o seu interesse próprio.

How certain schemes have failed

Para concluir, interessa reflectir sobre um paradoxo inerente a qualquer projecto de legibilidade estatal *High-Modernist*. Trata-se de, através das instituições políticas,

¹⁸⁵ *Ibid.*, pág. 336.

¹⁸⁶ *Ibid.*, pág. 38.

¹⁸⁷ Expressão de autoria de Stephen Marglin, para se referir à economia neoclássica. *Ibid.*, pág. 322.

¹⁸⁸ *Ibid.*, pág. 321.

executar projectos de índole apolítica. Esse deve ser tido como um dos principais (senão o principal) contributos da obra de James Scott. Afinal, é a isso que se refere quando introduz o conceito do *dark twin* – aquela realidade simultaneamente externalizada e sustentadora do projecto *High-Modernist*. No caso de Brasília, as cidades não-planeadas expressam a agência subjectiva daqueles que tornam a realidade planeada (e objectiva) exequível, assim como o Mercado depende da contínua vigilância e ocasional intervenção do Estado para subsistir. Por outras palavras, Scott fala-nos dum Estado simultaneamente mais distante – com uma visão sinóptica da sociedade, impermeável aos seus interesses e com uma burocracia inteligível – e mais próximo – com uma capacidade de intervenção inédita – da população que governa.

Por fim, ao reflectir sobre os projectos que analisa, o autor classifica-os como insucessos, argumentando que eles não cumpriram os objectivos a que se propunham. Mesmo quando cumpridos, o antropólogo relembra o papel indispensável da agência improvisada e não-planeada, sem a qual a nova realidade não sobreviveria. Essencialmente, o falhanço consiste na ideia de que a sociedade pode ser melhorada quando orientada por uma única premissa, sendo que a sua virtude reside na ausência dum plano inerente à sua condição.

Parte III

***“The Birth of the Economy”*¹⁸⁹: Política no século XX**

No seguimento da reflexão sobre a economia de mercado enquanto história estatal, existe uma outra obra, com paralelismos a *Seeing Like a State*, que oferece outros contributos interessantes. Trata-se de *Rule of Experts*¹⁹⁰, de Timothy Mitchell, dedicada à história do Egito nos séculos XIX e XX. Nela, o autor reúne um conjunto de textos, nos quais tanto aborda a construção de barragens no rio Nilo, a emergência da propriedade privada e surtos de malária, como os programas de reajustamento estrutural no final do século XX, a indústria do turismo e o papel das agências de desenvolvimento.

No que diz respeito às afinidades entre as duas obras, há que destacar o interesse de Mitchell pelas barragens de Aswan. De um modo resumido, o autor descreve a

¹⁸⁹ MITCHELL, Timothy, *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, and Modernity*, Berkeley: University of California Press, 2002, pág. 5.

¹⁹⁰ *Egypt, Techno-Politics, and Modernity*, Berkeley: University of California Press, 2002.

intenção dos colonizadores britânicos em alterar o curso de águas fluviais, transformando os padrões de irrigação e de produção agrícola no Vale do Nilo. Relembrando a barragem do Lower Shire Valley no Malawi, referida por Scott¹⁹¹, ambos são exemplos de uma intenção de dominar a natureza, demonstrando o poderio técnico e, por consequência, a superioridade civilizacional da metrópole, que assiste os que estão sobre o seu domínio. Num contexto pós-colonial, como o da construção da barragem alta de Aswan, relembram-se as cidades planeadas de países com um passado colonial recente, como Chandigarh (Índia), Abuja (Nigéria) ou Islamabad (Paquistão), tratando-se de espaços urbanos com o intuito de produzir novas realidades pós-coloniais¹⁹². Tanto para um como para outro, a história destas enormes e ambiciosas obras públicas implicam, para os autores, uma narrativa que cruza Nacionalismo, Ciência, Política e Tecnocracia.

Tendo em conta a transformação na agricultura, decorrente da construção de barragens, Mitchell dedica muito da sua análise à população rural, politizando e socializando as alterações das suas condições de vida, em vez de remetê-las aos limites da natureza, das suas tradições ou capacidades produtivas. Para além das barragens, a monocultura da cana-de-açúcar e do algodão, juntamente com a emergência da propriedade privada são os grandes responsáveis pelas mudanças em que o autor se foca, nomeadamente na organização do campesinato de acordo com os interesses do Estado, do comércio externo e dos grandes latifundiários. Juntamente com o papel das agências de desenvolvimento, que promoveram a mecanização, industrialização da actividade agrícola e a liberalização de preços, a população rural sofre o mesmo processo de legibilidade retratado em *Seeing Like a State*.

A essa preocupação pelo meio rural, por parte do autor britânico, deve-se acrescentar a consideração pelo próprio objecto de estudo: o Egipto, uma antiga colónia. Tendo em conta a carreira académica de Scott, marcada pelo estudo intensivo do Sudeste Asiático (como em *The Moral Economy of the Peasant*), as suas considerações sobre os conflitos e as tensões inerentes a um contexto colonial implicam a abordagem de anti-mistificação/naturalização da condição social ou económica do camponês, tal como aquela presente em *Rule of Experts*. Relativamente a *Seeing like a State*, a crítica do antropólogo americano às políticas desenvolvimentistas assentes nessas concepções da população rural é partilhada por Mitchell, na sua análise do papel da USAID, do Banco

¹⁹¹ SCOTT, James, *Seeing like a State*, págs. 226-7.

¹⁹² *Ibid.*, pág. 259.

Mundial e do FMI nas transformações políticas e económicas no Egipto, a partir da década de 1970.

Relativamente à produção de cana-de-açúcar e algodão, a adopção da produção intensiva de uma só colheita, em conjugação com a crescente concentração da propriedade fundiária, é outro exemplo que evoca as descrições de Scott no Vietname e na Birmânia em *The Moral Economy of the Peasant*. Já o controlo detido pelos latifundiários, através dos vigias, das dívidas, da imobilização dos camponeses e da confiscação das suas terras, relembra os projectos czaristas e os *kolkhoz* soviéticos, não esquecendo as campanhas de sedentarização na Tanzânia¹⁹³.

Assim, são muitos os aspectos que a obra de Scott tem em comum com a de Mitchell. Contudo, fica a questão: se a obra de antropólogo norte-americano foi anteriormente analisada, porquê abordar a obra do historiador britânico? É necessária uma justificação. Deste modo, ainda que exista um conjunto de abordagens, metodologias e conclusões presentes nos dois livros em causa, o autor britânico propõe-se a estudar um fenómeno essencial para o pensamento e a história da economia na época contemporânea: o nascimento d'*a economia*. A economia-objecto – o espaço em que ocorrem as relações de produção e troca de bens e serviços – é uma realidade que resulta de um processo multifacetado, em que a delimitação de fronteiras geopolíticas, a monetização das relações económicas e sua posterior monitorização, a institucionalização da propriedade privada e o mapeamento de toda a propriedade fundiária são apenas alguns dos processos de reorganização e transformação necessárias para a constituição do domínio material da experiência humana autonomizado, com uma dinâmica interna própria. Daí a sua importância e dos que se ocupam do seu estudo – os economistas, cujo conhecimento e perícia tornam-nos indispensáveis para uma boa performance política, por parte de qualquer governante.

Existe então uma diferença e uma novidade pertinente. Em contrapartida, a tese acima apresentada não parece assim tão inovadora, tendo em conta a análise que foi feita à obra de Karl Polanyi¹⁹⁴, na qual procurou explicar os mecanismos, os fundamentos teóricos e ideológicos, e as condições necessárias para a emergência da economia de mercado, um domínio desincrustado da sociedade e outros elementos que a compõem.

¹⁹³ Exemplo referente ao capítulo de Scott sobre esse processo: Capítulo 7, “Compulsory Villagization in Tanzania: Aesthetics and Miniaturization”, *Ibid.*, págs. 223-61.

¹⁹⁴ Ver Parte I desta dissertação.

Para Mitchell, existem duas razões, não exclusivas à *Grande Transformação*, que diferenciam a sua tese. Em primeiro lugar, defende que não existe um único autor até à década de 1930 que, ao estudar qualquer fenómeno ou evento de natureza económica, se refira à *economia*, designando um objecto, uma realidade, uma coisa¹⁹⁵. Anteriormente, o termo *economia* remetia para uma atitude ou princípio duma boa gestão de recursos, independentemente da sua natureza ou contexto – em casa, no governo ou num negócio¹⁹⁶. Como prova, o autor recorre às traduções/reedições de *The Philosophy of Money* de Georg Simmel por Edward Shills e de *Economy and Society* de Max Weber por Talcot Parsons¹⁹⁷, dado que nas edições de 1950, por oposição às anteriores, encontra-se a expressão “*the economy*” em vez de “*economy*”¹⁹⁸. O artigo definido transforma a atitude ou o princípio da boa governança num objecto. A segunda razão que apresenta para diferenciar a sua abordagem da de Polanyi remete para a crítica da artificialidade apontada à economia de mercado e à ciência económica. Polanyi, como Marx ou Braudel, criticam a economia-objecto e a ciência económica pela sua artificialidade ou simplificação da condição humana baseada na motivação económica. Os problemas associados à economia de mercado, ao capitalismo ou à história da economia moderna, de acordo com estes críticos, prendem-se com o que afirmam ser uma representação simplificadora da realidade económica (ou até de toda a realidade social). Para Mitchell, estas críticas revelam-se algo paradoxais, pois elas pressupõem uma concepção já autonomizada da economia (e de outros domínios)¹⁹⁹. Se os problemas decorrentes do *Homo Economicus*, da maximização de lucro ou do interesse próprio são apenas um erro de enquadramento teórico, a solução é simples: altera-se a teoria, para se poder alterar a prática. Aqui, o paradoxo revela-se na divisão entre teoria e prática: tal como a economia-objecto, esta abordagem dialéctica implica sempre a existência de uma realidade social imutável, circunscrevendo o conhecimento a uma dimensão técnica, de procura pelo método ou instrumento que melhor e mais consiga compreender a essência dessa realidade.

¹⁹⁵ *Ibid.*, pág. 82.

¹⁹⁶ Nos dias de hoje, o adjectivo *económico* ainda cumpre esta função. Pense-se menus num restaurante ou nos produtos num supermercado, em que o nome ou uma promoção com esse adjectivo procura aliciar o consumidor com uma relação preço/qualidade ou quantidade vantajosa.

¹⁹⁷ *Ibid.*, pág. 81.

¹⁹⁸ No caso de Simmel, a diferença nota-se na tradução de Hans Gerth e C. Wright Mills, que sucede a de Shills. *Ibid.*.

¹⁹⁹ *Ibid.*, pág. 79.

Posto isto, qual é a relação entre as ideias de Karl Polanyi, James Scott e Timothy Mitchell? Aqui, argumentar-se-á com base na problemática da distância. Seja o *duplo movimento*, seja o *dark twin*, a história da economia de mercado e dos projectos de legibilidade estatal aludem a um fenómeno de distinção entre uma realidade ou um objecto coeso, finito e inteiramente conhecível, e o meio envolvente, indisciplinado, incoerente ou ininteligível, sem o qual essa realidade não sobrevive. Em *Rule of Experts*, grande parte da tese apresentada pelo autor ancora-se nessa mesma lógica, tendo em conta a referência ao conceito do *constitutive outside*, de Jacques Derrida²⁰⁰. Aquilo que distingue a sua abordagem face aos outros dois autores é a tal crítica ao fenómeno da delimitação da esfera económica como um problema de representação fabricada da realidade, pressupondo a existência duma realidade não-fabricada. Para o historiador britânico, essa mesma lógica da distinção encontra-se difundida em vários domínios, incluindo o das ciências sociais modernas²⁰¹. Neste, a emergência do que ele designa, de forma abrangente, como estudos culturais²⁰², cujas abordagens enfatizam o papel das representações e experiências subjectivas do mundo, dependem, em última instância, da existência duma realidade objectiva e concreta – como a fonte dessas mesmas experiências. A teoria crítica, associada a este subdomínio, também enveredou pelo mesmo caminho: ainda que tenha procurado questionar quase todas as ferramentas conceptuais empregues nas ciências sociais (como classe, raça, género ou nação), não se estendeu à economia²⁰³. Essa distinção, à luz da lógica em causa, é precisamente aquilo que sustém a importância atribuída ao estudo das representações da realidade. Porém, o autor diz-nos que essa divisão em nada afecta o trabalho dos economistas, que reivindicam meramente o estudo da realidade – aquela que subjaz o campo da imaginação ou da subjectividade.

Ora, seguindo este raciocínio da distância e cumplicidade, do *dark twin*, *duplo movimento* ou do *constitutive outside*, Mitchell encontra na emergência da economia nacional a oportunidade de compreender o próprio fenómeno da distinção entre realidade e representação, objecto e valor, material e imaterial, humano e não-humano, a que ele se refere como a divisão binária do mundo moderno²⁰⁴. Dessa oportunidade, o autor conclui que a organização dialéctica do mundo não deve ser tomada como garantida, pois ela não

²⁰⁰ A sua definição é apresentada mais adiante, na página 79 desta mesma secção.

²⁰¹ MITCHELL, Timothy, *Rule of Experts*, pág. 1.

²⁰² *Ibid.*, pág. 3.

²⁰³ *Ibid.*.

²⁰⁴ *Ibid.*, págs. 6 e 10.

é causa, mas antes consequência, das práticas e dos eventos que permitiram o nascimento da economia-objecto. Para prová-lo, o autor dedica-se aos estudos dos mecanismos que sustentam o binómio realidade/representação, ou seja, todas as exclusões, limites e omissões necessários à sua coesão. Aqui, o seu raciocínio reencontra-se com o de Polanyi e Scott: enquanto que eles apontam para os problemas inerentes à manutenção do pleno funcionamento dos mecanismos da autorregulação ou do planeamento racional e científico da realidade, Mitchell demonstra a dependência das lógicas universais (Modernidade, Capitalismo, Globalização) para com a distinção entre realidade e a sua representação.

Sobre a economia

Para o autor, a economia é um objecto de fácil definição: consiste na totalidade das trocas monetizadas num espaço delimitado, “*a self-contained, internally dynamic, and statistically measurable sphere of social action, scientific analysis, and political regulation*”²⁰⁵. Contudo, a sua definição não a distingue, pois não lhe é exclusiva: a cultura, o Estado e o direito também se tornaram objectos herméticos, com uma dinâmica própria, por relação à economia²⁰⁶. Assim, é o facto de ela corresponder ao domínio material da vida humana que a distingue e torna tão importante. Tendo em conta essas características, a sua abordagem consiste em demonstrar as práticas e os eventos que deram origem ao espaço delimitado, às trocas monetizadas, à análise científica, à regulação política e à dinâmica interna, no contexto da realidade egípcia.

A institucionalização da propriedade privada constitui um bom exemplo da circunscrição da economia. Tida como a concepção legal mais próxima da racionalidade humana²⁰⁷, ela surge como resposta à alegada irracionalidade do exercício de poder arbitrário por Isma’il Pasha, governador da província otomana do Cairo. Para descrever este processo, Mitchell remonta à ocupação militar britânica de 1882, justificada pela enorme dívida acumulada pelo governo da província egípcia. De modo a pagá-la, os europeus propõem um novo imposto sobre a propriedade fundiária²⁰⁸, o que exige um conhecimento anteriormente não detido pelo governo otomano: saber quem são os

²⁰⁵ *Ibid.*, pág. 4.

²⁰⁶ *Ibid.*, pág. 82.

²⁰⁷ *Ibid.*, pág. 55.

²⁰⁸ *Ibid.*.

proprietários dos terrenos agrícolas. Esse conhecimento, necessário para implementar o novo imposto, corresponderia a um novo quadro legal europeu moderno, tido como o indispensável para eliminar a arbitrariedade e o nepotismo presentes no governo de Isma'il Pasha.

Um dos documentos mais importantes deste processo é o estudo produzido pelo Ministério das Finanças do governo Otomano no Cairo sobre as relações proprietárias no território. Neste, o autor produz uma genealogia da propriedade fundiária, levando-o a argumentar que, de acordo com o direito no Império Otomano, ela pertence ao Estado. Aqui, os europeus encontravam a origem dos males associados ao governo endividado, justificando o exercício despótico (e a conseqüente reforma legal modernizadora). Assim, a propriedade privada permitiria um exercício racional do poder político e da actividade económica, traduzindo-se num desenvolvimento civilizacional.

Mitchell, em contrapartida, argumenta que a propriedade privada não acabou com os problemas que os invasores associaram à governação de Pasha e dos seus antecessores. A dívida acumulada pelo governo teve as suas origens no projecto estatal de industrialização e comercialização da agricultura no início do século, com base na produção de algodão e cana-de-açúcar²⁰⁹. A falta de interesse por parte dos agricultores em produzir essas colheitas exigiu às autoridades um conjunto de medidas coercivas, desde o uso das forças militares a restrições à mobilidade e à confiscação/expropriação de terras, devido à contínua resposta de deserção²¹⁰. Assim, a transformação da produção agrícola foi (necessariamente) acompanhada por um crescente controlo sobre os territórios e as populações anteriormente (semi-) autónomas face ao governo do Cairo²¹¹. A doação de terrenos por Pasha a familiares e pessoas mais próximas funcionava, neste contexto, enquanto garantia do controlo sobre as suas “conquistas”²¹². Daqui, surgem as *'izba*; propriedades latifundiárias semelhantes a fazendas, nas quais os trabalhadores são vigiados e punidos de acordo com a vontade do fazendeiro, tratando-se dum espaço de exercício arbitrário de poder. Finalmente, com a lei da propriedade privada, o controlo e distribuição da terra decorrente dos eventos descritos consolida-se – daí que Mitchell

²⁰⁹ *Ibid.*, pág. 59.

²¹⁰ *Ibid.*, pág. 61

²¹¹ Este fenómeno é muito semelhante ao projecto de colectivização da agricultura na União Soviética, descrito por Scott anteriormente. Ver secção “*Colectivização – High Modernism Económico*” da II parte desta dissertação, págs. 34-42.

²¹² *Ibid.*, pág. 67.

proponha uma recomposição, e não uma ruptura, da arbitrariedade que os britânicos denunciavam.

Esta história da origem da propriedade privada no Egipto leva o autor a questionar-se sobre a distinção feita entre o carácter abstracto da lei e as circunstâncias locais da sua institucionalização. O que o torna mais céptico em relação a essa distinção é a violência e arbitrariedade presentes na origem de um conceito tido como precisamente o oposto ao exercício excepcional de poder²¹³. Contudo, esta contradição não deve ser tida como uma excepção, pois ela representa a dependência da lei da propriedade para com a distinção em causa. Enquanto abstracção fundada na racionalidade humana, e por isso universal, a sua origem só pode ser auto-evidente, e não uma história de excepções, de escolhas, de coerção – no fundo, circunstancial. Contando com uma ocupação militar e colonial, deserções, fome, revoltas, recessões e nepotismo, Mitchell procura demonstrar os precedentes irracionais da racionalidade legal.

Com base neste raciocínio, a argumentação presente no documento do Ministério das Finanças não lhe parece fazer muito sentido, nomeadamente o facto do seu autor nunca se referir aos eventos e processos acima resumidos²¹⁴. Para o académico britânico, a genealogia das relações proprietárias apresentada por Yacoub Artin²¹⁵ constitui antes mais uma prova da contradição acima mencionada, pois não seria possível distinguir a universalidade da propriedade privada das suas origens caso as últimas estivessem presentes no documento. Logo, este documento deve ser entendido como uma fonte de legitimidade da nova lei da propriedade, produzindo a distinção necessária à sua existência²¹⁶. Parte da produção dessa distinção revela-se na concepção da propriedade fundiária como estatal – exactamente oposta à privada, à semelhança do binómio violência/razão. Contudo, Mitchell desmente essa concepção, afirmando que existia sim um sistema de múltiplas reivindicações sobre o produto da terra (desde a autoridade central e local até aos mais desfavorecidos), e não sobre a terra. Caso esta fosse a genealogia das relações proprietárias apresentada por Artin, dificilmente os britânicos

²¹³ *Ibid.*, pág. 56. Na sua análise sobre a colectivização na União Soviética, James Scott refere um comentário dum camponês, que denuncia as suas condições de vida e trabalho no *kolkhoz* como semelhantes às dos seus antepassados servos (pré-emancipação de 1861) no Império Russo, de modo a realçar a contradição que essa semelhança comporta para a legitimidade reivindicada pelo partido bolchevique. Ver páginas 43 – 4, secção “*Colectivização – High Modernism Económico*”, desta dissertação.

²¹⁴ “*Presented as a history of legislation, of an abstraction, it has little to say about how private property was actually constituted in a particular place*”, *Ibid.*, pág. 57.

²¹⁵ Autor do documento. *Ibid.*, pág. 56.

²¹⁶ *Ibid.*, pág. 77.

justificariam a sua presença com base na irracionalidade inerente ao exercício dos governadores otomanos na província do Cairo.

A partir da propriedade fundiária, o governo colonial pôde proceder ao levantamento cadastral, de modo a conseguir cobrar o imposto que soldaria a dívida tão problemática. Surgem então os mapas cadastrais, cuja representação dos terrenos agrícolas permitiu a recolha de informação necessária à elaboração das primeiras estatísticas, constituindo um espaço de cálculo nacional – isto é, perfeitamente delimitado²¹⁷. Esse novo espaço foi constituído, em grande parte, pelos latifúndios, responsáveis pela produção de algodão. Sendo ela a colheita mais importante no território²¹⁸, ela tornou-se também uma representação – da produção e circulação de bens no mesmo. Deste modo, a actividade económica no Egipto, através da monitorização dum só produto, expressa-se num só valor.

As estatísticas derivadas desta reorganização latifundiária, monocultural e colonial dos processos e actividades económicas não serviram só o Estado, pois a multiplicação de empresas e bancos (locais e internacionais) também produziu “*a new kind of demand for statistical information. At the same time, their own activities provided a set of processes for such statistics to represent*”²¹⁹. Igualmente importante foi a criação de uma moeda nacional única (e do papel-moeda)²²⁰, através da aprovação dos estatutos do Banco Nacional do Egipto, em 1898. Com a introdução de notas, a circulação de riqueza adquire uma velocidade e volume²²¹ tal que se torna um sistema de sinais, representado pelas diferentes tabelas estatísticas publicadas pelo governo²²². Com base nessa representação do movimento da moeda única, as autoridades podiam agora medir a actividade geral do “*Egyptean Market*”.

Por fim, a economia nacional egípcia também é produto do contexto colonial, na medida em que os processos acima descritos resultaram directa ou indirectamente de interesses estrangeiros, seja através da propriedade privada e dos mapas cadastrais (resultantes do pagamento da dívida acumulada por Pasha), seja através da crescente circulação do papel moeda (devido à actividade especulativa por parte dos investidores

²¹⁷ *Ibid.*, pág. 86.

²¹⁸ A partir da década de 1920, o algodão contabiliza 92% dos bens egípcios exportados. *Ibid.*, pág. 94.

²¹⁹ *Ibid.*, pág. 95.

²²⁰ *Ibid.*, pág. 98.

²²¹ Em comparação ao uso de moedas de ouro. *Ibid.*, pág. 99.

²²² *Ibid.*.

européus)²²³. Para Mitchell, a prevalência da influência externa (leia-se, europeia) no Egipto constitui uma das várias relações de distância que justificam a sua proposta da *binarization* do mundo moderno –aqui, entre metrópole e colónia. Neste caso, trata-se da objectificação de uma colónia, que é disposta ao exercício político, ao investimento, à especulação e curiosidade por parte dos que a controlam e observam de fora. Ao nível da ciência económica, o autor encontra uma associação ao contexto colonial nos trabalhos de Keynes, pois foi durante a sua carreira no India Office²²⁴ que o economista começou a escrever sobre a economia, ao procurar um modo de conceptualizar, gerir e medir a circulação de dinheiro num espaço geográfico delimitado²²⁵.

Por outro lado, as primeiras descrições da nova realidade representam essa transformação social ao nível da linguagem, juntamente com os restantes desenvolvimentos teóricos das décadas de 1930 e 40, como a micro e a macroeconomia, a econometria e a contabilidade nacional²²⁶. Daí o papel que Mitchell atribui a Keynes na produção do novo objecto económico. Anteriormente, expressões como “*The wealth of the country and its general prosperity*” ou “*economic situation*” eram utilizadas por aqueles que se ocupavam com o estudo do objecto em causa (no Egipto)²²⁷. A novidade do termo era tal que o seu uso, fora do contexto anglo-saxónico, só se generalizou depois da Segunda Guerra Mundial²²⁸.

No seu comentário à *Grande Transformação*, o autor atribui à obra uma importância histórica semelhante à acima descrita²²⁹. Contudo, a tese polanyiana da desincrustação social da economia, perante a análise empreendida em *Rule of Experts*, não é plausível de ter acontecido no século XIX, pois o autor argumenta que a emergência da economia é consequência da incorporação de “*certain twentieth-century practices of calculation, description, and enumeration in new forms of intellectual, calculating, regulatory, and governmental practice*”²³⁰.

²²³ *Ibid.*, pág. 100.

²²⁴ Instituição do governo britânico responsável pela administração da colónia indiana.

²²⁵ *Ibid.*, pág. 83. O autor realça também a passagem de James Mill, Robert Malthus e John Stuart Mill pela East India Company, antecessora do India Office. *Ibid.*, pág. 6.

²²⁶ *Ibid.*, pág. 5.

²²⁷ *Ibid.*, pág. 103.

²²⁸ *Ibid.*, pág. 104.

²²⁹ *Ibid.*, pág. 118.

²³⁰ *Ibid.*

Dificuldades de leitura²³¹

À semelhança da economia desincrustada, da cidade planeada e do *kolkhoz*, a economia nacional, enquanto projecto estatal, não corresponde a um domínio da realidade ao qual se conseguiu acesso graças ao “*increasing power of human reason to order social affairs*”²³². Dito de outro modo, tornar-se-ia incongruente explicar a existência do objecto em causa – cuja história inclui momentos e meios de violência, repressão, exclusão e excepção – como inerente à condição social humana, através do exercício racional e livre da actividade económica. Além disso, as consequências oriundas do processo de produção da economia, tais como os restantes projectos que assentaram na divisão entre realidade e representação, constituem mais uma prova da incongruência que permeia essa mesma divisão.

Veja-se o exemplo da propriedade privada²³³. Enquanto meio de reorganização política e económica do mundo rural, o novo sistema de direitos de propriedade tanto produziu um espaço controlado e estável para o cálculo da produção agrícola (as *izba*), como alimentou o crescimento duma força de trabalho rural sem terra, e por isso nómada ou semi-nómada – fruto das expropriações, deserções e despejos. A sua mobilidade, por sua vez, impediu que o Estado efectuasse um recenseamento populacional, comprometendo a representatividade da informação estatística disponível.

Um outro exemplo significativo concerne a introdução da libra egípcia²³⁴, tida como um instrumento a partir do qual se conseguiria uma representação mais fiável da riqueza a circular no Egipto. Todavia, os cheques, acções, cupões e outras formas de dinheiro que surgiram em paralelo com o papel-moeda diversificaram a circulação de riqueza de tal modo que a libra egípcia dificilmente poderia ser uma representação abrangente desse movimento. Para além dos problemas de cálculo e medição inerentes aos instrumentos estatais produtores do objecto económico, surgiram problemas com impacto mais relevante ou tangível, como o *crash* do mercado bolsista de 1911 ou a

²³¹ Tradução literal do título duma secção do terceiro capítulo da obra de Mitchell, “The Character of Calculability”. *Ibid.*, pág. 104.

²³² *Ibid.*, pág. 1.

²³³ *Ibid.*, pág. 106. Os limites impostos aos despejos por parte do governo (uma medida para controlar os efeitos disruptivos da propriedade privada) relembram o contramovimento polanyiano.

²³⁴ *Ibid.*, pág. 107.

diminuição da produtividade do algodão, devido (em parte) à sua excessiva produção e colheita monocultural.

Assim, estes e outros desafios, que emergiram do recurso às tecnologias – cujo propósito era conduzir a população a uma actividade em conformidade com os “*principles true in every country*”²³⁵ – constituem, na verdade, a antítese daquilo que podemos chamar da “dialéctica do cálculo”: a dupla condição de transformação da vida social através de ferramentas cuja aplicação a torna menos calculável²³⁶. Aqui, a explicação oferecida por Mitchell vai ao encontro do *duplo movimento* polanyiano e o *dark twin* scottiano. No caso da economia de mercado, Polanyi justifica o proteccionismo económico e a legislação laboral como respostas para as disrupções causadas pela dinâmica dos mecanismos da autorregulação. No caso dos projectos *High Modernist*, Scott vê nas cidades não-planeadas, nos passaportes internos e no uso de excessivo de fertilizante um recurso simultaneamente excepcional e essencial para a produção e manutenção das realidades planeadas.

A economia no estudo de economia

Encarar a economia como um domínio social hermético e inédito até ao século XX também tem implicações sobre o próprio exercício científico. Como já foi mencionado, a genealogia da economia, levada a cabo por Mitchell, revela a natureza histórica, política e colonial – isto é, circunstancial e fruto da interacção de diferentes agências – das suas origens e efeitos. Deste modo, o autor adverte para os problemas inerentes às análises que projectam a economia para períodos anteriores ao da sua existência²³⁷. Sobretudo, a projecção da economia impede uma compreensão mais abrangente da influência que ela própria teve, quer na realidade histórica (prática), quer no exercício historiográfico, académico ou científico no geral (teoria). Daí que a inexistência de qualquer referência à economia enquanto objecto até aos escritos de Keynes na década de 1930 – juntamente com as alterações presentes nas edições traduzidas das obras de Simmel e Weber – tenha constituído um factor relevante para a tese proposta por Timothy Mitchell. Por sua vez, a relevância deste factor também diz

²³⁵ *Ibid.*, pág. 54.

²³⁶ *Ibid.*, pág. 118.

²³⁷ *Ibid.*, pág. 83.

respeito ao pendor teleológico que subjaz à projecção da economia. O raciocínio é simples: se a economia, ao contrário do que propõe o autor britânico, consiste numa realidade independente das representações que, neste caso, dela não se faziam, então não é possível fazer uma genealogia da economia – prevalecendo as interpretações que descrevem o progresso das ferramentas metodológicas que foram desvendando e precisando o domínio económico. Se, em contrapartida, os que estavam envolvidos em qualquer actividade ou estudo do que se pode (agora) entender como “a economia”, não tiveram a intenção ou controlo consciente sobre a sua produção, o “*birth of the economy*” é válido. Finalmente, a influência que a própria economia tem sobre a linguagem ou a representação que dela se faz acaba por ser outro produto do seu poder, justificando a complexidade da explicação aqui dada. Nas palavras do próprio autor: “*The power of the market economy reveals itself not only in the transforming of people’s lives and livelihoods but in its influence over the way we think. It is one of those ideas that we seem able to grasp only in terms that the phenomenon itself dictates*”²³⁸.

A posição crítica de Mitchell em relação às explicações de fenómenos sociais de índole teleológica leva-o a uma conclusão igualmente importante para a historiografia da época contemporânea. Assim, a mesma distância por ele assumida para com a procura dum só lógica ou princípio subjacente ao comportamento social humano deve também ser assumida para com a intenção de descrever ou construir uma história do capitalismo. O autor defende esta conclusão, argumentando que esse exercício só é exequível atribuindo uma essência ou uma natureza ao próprio capitalismo, resultante da procura pelos elementos que o distinguem²³⁹. Dito de outro modo, contar a história do capitalismo implica que exista um elemento comum, seja o princípio do interesse-próprio e do lucro, seja a acumulação e reinvestimento de capital. Esse requisito foi baptizado por Aidan Foster Carter de “*homoficence of capitalism*”²⁴⁰, referindo-se à impermeabilidade política, geográfica, histórica ou cultural – leia-se, humana – dos efeitos produzidos por esse sistema, modo de produção ou processo. Finalmente, a condição unitária e universal da lógica interna que se atribui ao capitalismo torna-o numa abstracção total²⁴¹ – uma estrutura de representação da realidade, sem história ou valor.

²³⁸ *Ibid.*, pág. 244.

²³⁹ *Ibid.*, pág. 245.

²⁴⁰ *Ibid.*, pág. 361. Nota 2 da página 245.

²⁴¹ *Ibid.*, pág. 247.

Ora, é perante este conjunto de problemas, que dizem respeito aos domínios da história do Egipto, da ciência, do colonialismo, do Estado, da economia e da política (entre muitos outros) na época contemporânea, que a importância dum estudo histórico (e não apenas empírico ou teórico) sobre como se definiram e definem cada um desses campos se torna mais evidente. Tendo em conta o papel que essas delimitações assumem no fundamento e no exercício das diferentes áreas de conhecimento mencionadas ao longo da obra (como a engenharia, a estatística, a macroeconomia, a antropologia e os estudos sobre desenvolvimento), deve existir um interesse pelas agências que as produzem. No caso de *Rule of Experts*, foi a atenção dada à agência da *economics* que justificou a hesitação do autor em contar a história do capitalismo, posição essa que se estende às abordagens de índole construtivista – isto é, que privilegiam (ou determinam ser unicamente possível) o estudo da realidade através das representações que dela se fazem. Aqui, o problema reside na perpetuação do binómio realidade/representação, que reproduz a mesma distância presente nas abordagens diametralmente opostas. Não reconhecer essa agência, nas palavras de Mitchell, “*was how power was coming to work in Egypt, and in the twentieth century in general*”²⁴², que ao mesmo tempo implica “*Overlooking the mixed way things happened*”²⁴³.

Incompletude e Processualidade: as Reformas Estruturais

A prevalência da imprevisibilidade nas origens e consequências da ciência e objecto económico permite analisar dois últimos traços de enorme relevância para a compreensão do seu funcionamento. No Egipto, a reorganização da vida social através da propriedade privada, da libra egípcia, da produção de algodão e dos mapas cadastrais, tanto proporcionou o espaço e as ferramentas associadas à legibilidade estatal, como gerou outros espaços e condições de maior opacidade social (leia-se, totalmente contrária a essa mesma legibilidade). Em parte, esse processo implicou, à semelhança de Brasília ou duma quinta colectivizada, diferenciar o que perfazia a nova esfera social – as trocas monetizadas, o dinheiro em circulação, a despesa pública, as toneladas de algodão produzido – da sociedade a que ela correspondia.

²⁴² *Ibid.*, pág. 52.

²⁴³ *Ibid.* Sublinhado é meu.

No que diz respeito à opacidade social, ela evidencia a *incompletude* da economia: são as novas formas de ilegibilidade produzidas pela visão sinóptica das formas de cálculo e representação estatal e científica, análogas às Brasília periféricas da capital brasileira e à legislação laboral e proteccionista d'*a grande transformação*. A economia é, portanto, uma realidade nunca totalmente mapeável, algo que é também evidente no desenvolvimento intelectual das fórmulas ou modelos matemáticos com vista a representá-la.

A outra característica que concerne a diferenciação ou delimitação do objecto económico é a *processualidade*. No fim do século XIX, o objecto de estudo dos economistas políticos – fosse a produção agrícola, o comércio internacional, as políticas proteccionistas, etc. – era composto por outros fenómenos que não aqueles estudados por Léon Walras, Thorstein Veblen ou John Maynard Keynes. Analogamente, as crises bolsistas, a nacionalização/estatização de recursos naturais e a privatização de serviços públicos são exemplos da contínua redefinição de uma qualquer economia. Para o autor, trata-se então de um objecto sempre inacabado, assim como a sua própria dinâmica, que gera novas fronteiras, requerendo novas ferramentas de medição, cálculo e representação, para além da acção estatal e governativa.

Voltando ao Egipto, as mudanças na política económica que ocorrem no último quartel do século XX²⁴⁴ ilustram com maior clareza essa dinâmica de permanente inclusão/exclusão, resultante da criação de um espaço social hermético de natureza puramente técnica. De um modo geral, essas mudanças ficaram conhecidas como as reformas estruturais; expressão que designa um conjunto de políticas orientadas para abertura económica, no sentido de conceder um papel mais amplo à iniciativa privada (local e estrangeira) na economia egípcia²⁴⁵. Iniciadas em 1973-74 pelo presidente Anwar Sadat²⁴⁶, a *infitah*²⁴⁷ foi uma importante parte do realinhamento da política externa egípcia para com o Ocidente (nomeadamente, os EUA), em contraste com a proximidade face à União Soviética e ao terceiro mundo (através do Movimento dos Não-Alinhados), cultivada por Nasser. Esse realinhamento é abordado pelo autor através do papel que as agências de desenvolvimento desempenharam neste contexto, nomeadamente a United

²⁴⁴ A seguinte análise baseia-se nos três últimos capítulos de *Rule of Experts*: “The Object of Development”, “The Market’s Place” e “Dreamland”.

²⁴⁵ *Ibid.*, pág. 211.

²⁴⁶ Sucessor de Nasser, que faleceu em 1970.

²⁴⁷ Significa “abertura” em árabe.

States Agency for International Development (USAID), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Contudo, o seu interesse não se reduz a um estudo da política externa da era Sadat. Na realidade, o seu interesse prende-se com o modo como a interacção entre o governo egípcio e essas agências resultou (ou não) na priorização do funcionamento das forças do “mercado” na economia, bem como a sua progressiva integração no mercado global.

A relevância desta análise desdobra-se a vários níveis. Essencialmente, ela oferece um termo de comparação para com os contextos previamente analisados, situados no fim do século XIX e no início do século XX. Nesse sentido, são inúmeras as diferenças entre a ocupação militar e colonial britânica na província otomana do Cairo, e a influência e pressão que as agências de desenvolvimento exerceram na República Árabe do Egipto. Em contrapartida, a transformação/mudança dos actores envolvidos nestas relações de poder demonstra, logo à partida, a preponderância que a economia nacional assumiu, enquanto um novo modo de operação do poder político, num cenário pós-colonial²⁴⁸. Aqui, há que destacar – pela sua ligação directa ao governo norte-americano – a USAID.

À partida, dificilmente encontrar-se-á uma organização deste tipo que se descreva como um instrumento de política externa económica, especialmente quando se trata de promover a iniciativa privada (por oposição à pública). Não é por acaso que assim acontece: afinal, a legitimidade e autoridade que a USAID e outros reivindicam prende-se justamente com a natureza técnica, objectiva – e por isso não política – do conhecimento e dos recursos que têm para oferecer. A análise crítica de Mitchell parte justamente dessa reivindicação. Recorrendo a relatórios elaborados pela USAID, BM e FMI²⁴⁹, ele identifica as características comuns à literatura sobre o desenvolvimento económico do Egipto: a demografia, a geografia e a produção agrícola. A imagem evocada é a do Vale do Nilo rodeado por deserto, com uma população crescentemente excessiva, que circunscreve o objecto de estudo aos recursos e limites naturais à sua disposição²⁵⁰. É aí que entram as soluções de ordem científica, técnica, tecnológica e de gestão. Contudo, estas dependem dessa mesma imagem “natural” do país afro-asiático, em que as instituições humanas (política, sociedade, cultura, religião ou arte) não possuem uma agência determinante para os fenómenos de criação, circulação e

²⁴⁸ *Ibid.*, pág. 84.

²⁴⁹ *Ibid.*, pág. 209.

²⁵⁰ *Ibid.*, pág. 210.

distribuição de riqueza. Igualmente importante é a posição externa em que as agências de desenvolvimento se colocam face ao seu objecto, permitindo-lhes reivindicar uma mapeabilidade análoga à dos mapas cadastrais elaborados pelos britânicos nas últimas décadas de 1800. Para essas organizações, o objecto que descrevem efectivamente existe para além dos relatórios que elabora²⁵¹.

Perante este cenário, o autor dedica-se a uma extensa análise das estatísticas apresentadas ao longo desses textos, com o intuito de demonstrar a desigualdade social e a falta de poder da população egípcia face ao governo e os interesses estrangeiros²⁵². Em relação ao problema da sobrepopulação, as comparações feitas com países do terceiro mundo – Bangladesh, Indonésia, Filipinas e Tailândia – não lhe parecem fazer muito sentido, visto que o Egipto possui terra mais produtiva (em comparação com os dois primeiros) e tem uma produção *per capita* superior à população dos dois últimos²⁵³. Além disso, a densidade populacional muito superior da Bélgica e da Coreia do Sul, como também o consumo *per capita* igualmente superior dos países ocidentais²⁵⁴, sustentam o cepticismo do académico britânico em atribuir à realidade demográfica egípcia o problema em questão.

A superioridade do aumento da produção agrícola – relativamente ao aumento da população – constitui um dos factos em que se baseia para estender o seu cepticismo ao problema da agricultura. Essa realidade é descrita pelas agências de desenvolvimento com base nos elevados valores de importação de comida da economia egípcia, tão elevados que, a partir de 1974, o Egipto tornou-se um importador de produtos agrícolas. O contraste entre os dois dados referidos revela-se ainda mais paradoxal quando se tem em conta os níveis de consumo diário *per capita* de calorias e proteínas da população (semelhantes aos valores de países desenvolvidos)²⁵⁵ – valores esses que convivem com uma prevalência preocupante da subnutrição nas populações infantil e feminina. Assim, o desfasamento inerente à produção, ao consumo e à importação de comida dificilmente corresponderia a uma mera incapacidade em produzir os recursos necessários para uma população excessiva. É por isso que Mitchell defende que a resposta “*is to be found by looking at the kinds of food being eaten, and at who got to eat it*”²⁵⁶. Nessa procura, o

²⁵¹ “*an object, out there, not a part of the study but external to it.*” *Ibid.*.

²⁵² *Ibid.*, pág. 221.

²⁵³ *Ibid.*, pág. 212.

²⁵⁴ *Ibid.*, pág. 213.

²⁵⁵ *Ibid.*, pág. 214.

²⁵⁶ *Ibid.*, pág. 213.

maior consumo de carne²⁵⁷ (por parte dos turistas, residentes estrangeiros e pela classe média e alta urbana), que requer uma produção substancial de cereais²⁵⁸ (para alimentar o gado), resultou numa dieta nutricionalmente mais pobre e mais cara. Dada a disparidade de rendimento entre os mais ricos e os mais pobres, explica-se a prevalência de subnutrição num país que produz e importa enormes quantidades de comida.

Para concluir, resta-nos a geografia²⁵⁹. Em conformidade com a demografia e produção agrícola, o autor argumenta que a situação socio-económica em que muitos egípcios se encontram não é resultado de um suposto limite dos recursos naturais disponíveis. Essa situação tem antes a ver com o problema de distribuição da terra. Para a USAID, os limites geográficos tornavam-se evidentes no seu estudo de 1976: com 94% dos proprietários donos de menos de 5 *feddans*²⁶⁰, como seria possível suprir as necessidades de mais de 50 milhões de habitantes? Em primeiro lugar, o autor justifica o tamanho desses minifúndios comparando a sua elevada produtividade²⁶¹ com os níveis de consumo e obrigações tributárias associadas a uma família de 5 pessoas²⁶². De seguida, surge a questão – omitida pela USAID – relativa aos restantes 6% dos proprietários, que possuem entre 5 e 50 ou 100 acres egípcios de terreno (limites legais para cada indivíduo e cada família com filhos dependentes, respectivamente). Coincidentemente, os terrenos pertencentes a esses 6% perfazem 33% da área agrícola disponível em todo o território nacional – valores esses que foram aumentando nos anos seguintes²⁶³. Além disso, a proporção considerável da força-de-trabalho agrícola sem terra é outro contributo relevante para a contraproposta de Mitchell a favor duma reforma agrária. Referindo-se aos exemplos da Ásia Oriental (como o Japão, Taiwan e Coreia do Sul) nas décadas de 1940 e 50, a imposição de limites seriamente mais restritos ao tamanho das propriedades fundiárias disponibilizaria uma área de cultivo suficiente para resolver o problema dos trabalhadores sem terra e dos que não possuem o suficiente. Com o aumento (provável)

²⁵⁷ *Ibid.*, pág. 215.

²⁵⁸ Esta constitui a principal razão para a importação de cereais, para além de que, no fim da década de 1980, produz-se mais comida para gado do que para pessoas no Egipto.

²⁵⁹ *Ibid.*, pág. 218.

²⁶⁰ Acre egípcio. 1 *feddan* corresponde a 0,42 hectares ou 1.038 acres (britânicos/americanos). *Ibid.*, pág. 363, nota 16.

²⁶¹ “*With Egypt’s fertile soils, year-round sunshine, and permanently available irrigation water, the country is like an open-air greenhouse in which high yields can be obtained from two or even three crops a year.*” *Ibid.*, pág. 219.

²⁶² 5 *feddans* é o tamanho ideal para as capacidades produtivas de uma família de 5 pessoas a trabalhar o tempo inteiro, sem recorrer a trabalhadores contratados. *Ibid.*

²⁶³ A situação dos minifundiários era proporcionalmente inversa: 32.3 dos proprietários detinham menos de 1 *feddan* de terra, correspondendo a 6% da área agrícola disponível. *Ibid.*, pág. 220.

da produção agrícola total²⁶⁴ e os diferentes tipos de *local economic linkage*²⁶⁵ resultantes, o desenvolvimento económico do Egípto poderia ser abordado social e politicamente, e não através do obstáculo geográfico formulado pela USAID.

Posto isto, a posição céptica adoptada por Mitchell não faz da sua análise isenta de críticas. Afinal, trata-se de uma reinterpretação das estatísticas apresentadas pelas agências de desenvolvimento, assente precisamente no pressuposto de que os valores em causa podem sustentar diferentes conclusões a retirar sobre uma mesma realidade. Ainda assim, há que realçar uma grande diferença entre o *object of development* e a crítica do autor, que concerne a questão da agência humana. No caso da imagem naturalizada do Egípto, independentemente da maior ou menor validade atribuível à desconstrução de que é alvo, os problemas que dela se inferem pouco ou nada se relacionam com a agência dos próprios egípcios. Mesmo nas questões demográfica e agrícola, que são fenómenos intrinsecamente humanos, os problemas a elas associados pouco ou nada se referem a uma dimensão social ou política²⁶⁶. Assim, a relação simbiótica entre a sobrepopulação, a insuficiência de alimentos e a inexistência da terra arável suficiente traduz logo à partida uma série de limites naturais a qualquer sociedade. Em correspondência, as soluções oferecidas pela USAID remetem sempre para esses limites: através da tecnologia, da ciência e da gestão, o intuito é ultrapassá-los e/ou fazer um uso mais eficiente dos recursos existentes/disponíveis²⁶⁷. São, portanto, soluções para problemas pelos quais ninguém se pode responsabilizar (ou ser responsabilizado). É aqui que a análise feita por Mitchell adquire a sua importância, visto que o autor demonstra a capacidade dos egípcios conseguirem produzir alimento suficiente com a terra e mão-de-obra disponível. O problema encontra-se no acesso e na distribuição dos recursos, algo que concerne o domínio sobre os mesmos.

²⁶⁴ Indo ao encontro do que James Scott já tinha argumentando em *The Moral Economy of the Peasant* e em *Seeing Like a State*, Mitchell justifica esse aumento com base na capacidade dos pequenos produtores em conseguir grandes colheitas, em comparação com os grandes. *Ibid.*

²⁶⁵ Consistem em efeitos semelhantes ao de externalidades positivas da redistribuição de terras, como o aumento da procura pelo consumo de bens e serviços provenientes de indústrias locais. *Ibid.*, pág. 221.

²⁶⁶ “*Depoliticized in this way, the state’s role in agriculture ceased to be a question of power and control over people’s resources and lives. It became instead a problem of management.*” *Ibid.*, pág. 227.

²⁶⁷ *Ibid.*, pág. 210.

“*Democracy and Pluralism*”²⁶⁸

A liberalização económica iniciada pelo governo egípcio foi ao encontro das recomendações propostas pelas agências de desenvolvimento atentas à situação económica do país. Com a sua implementação, a população poderia vir a gozar de uma melhoria das suas condições materiais, para além de mais liberdade e uma maior participação na política ao nível local. Resta então saber como é que estas instituições procuraram alcançar os seus objectivos e quais os resultados obtidos dessa sua performance.

Em termos do problema da agricultura, a USAID oferece uma solução tecnológica: um projecto de mecanização²⁶⁹, através do qual se conseguiriam ultrapassar os limites produtivos da natureza – os tais responsáveis pela carestia vivida pelos egípcios. Assim, a solução encontrada pela agência, tal como o problema a que se referia, estava para além da própria população rural. Contudo, a crença na sua eficácia não derivava apenas da análise empírica, tendo em conta a justificação teórica presente no relatório final. Essa justificação prende-se então com as ideias elaboradas por Theodore Schultz em *Transforming Traditional Agriculture*²⁷⁰ - obra em que o autor defende uma teoria sobre as capacidades produtivas inerentemente limitadas da agricultura “tradicional”, estando ela dependente de tecnologia e capital *externos* (a essa mesma tradição) para exceder os seus limites. Deste modo, a USAID podia então dar início ao financiamento da compra de maquinaria norte-americana²⁷¹ e de formação da mão-de-obra rural, destinada a operar esses novos meios de produção.

O problema é que a produção mecanizada não trouxe maiores colheitas²⁷², mas sim um aumento do lucro para os donos das máquinas, os agentes importadores e fabricantes estrangeiros, resultado esse que Mitchell argumenta não ser inesperado. O interesse pela mecanização, no fim da década de 1970, cresceu entre os latifundiários, dado o contexto de baixa procura no emprego rural, pressionando-os para aumentarem os

²⁶⁸ *Ibid.*, pág. 227.

²⁶⁹ *Agricultural Mechanization Program (1979-87)*. *Ibid.*, pág. 223.

²⁷⁰ *Ibid.*.

²⁷¹ O BM e a Agência Japonesa para a Cooperação Internacional foram outras das agências que financiaram a mecanização da agricultura no Egipto. *Ibid.*, pág. 224.

²⁷² O autor recorre a bibliografia de estudos sobre desenvolvimento, na qual não existem provas dum aumento da produtividade agrícola através da mecanização num contexto de uso intensivo da terra, como no caso do Egipto. *Ibid.*, pág. 225.

salários. A sua incapacidade²⁷³ ou falta de vontade em fazê-lo – também por causa dos preços fixos baixos das colheitas (impostos pelo Estado) – fez da mecanização um meio eficaz para contornar um conjunto de problemas relativos à distribuição da terra.

Do mesmo modo que a USAID propôs uma solução tecnológica – e não política – para os problemas afectos à produção agrícola, o papel do Estado na produção de desigualdade social também não foi abordado politicamente. Antes, a organização via no Estado centralizado e interventivo um problema de gestão de recursos ineficiente, que prejudicava o desenvolvimento económico do Egipto. Perante essa situação, a descentralização de funções e a privatização dos serviços públicos²⁷⁴ foram vistas como o meio mais conducente à prosperidade, na medida em que permitiriam um exercício menos constrangido da iniciativa local e privada²⁷⁵. Deste modo, o envolvimento dos *village councils* eleitos e o poder adquirido pelos *local officials*²⁷⁶ foram medidas encorajadas e elogiadas pela USAID, que as tomou com um sinal de reorganização mais democrática e eficiente das instituições públicas. Com a privatização dos serviços de saúde, através da institucionalização de um sistema de *cost-recovery*²⁷⁷ (baseado no financiamento do serviço através de taxas e *premiums* de seguros), o Estado egípcio poderia agora contar com uma “*sound financial structure*”²⁷⁸ nesse sector.

Mitchell, por sua vez, defende que essas medidas não corresponderam necessariamente aos objectivos que a agência queria ver concretizados. Em primeiro lugar, porque a descentralização de funções estatais não é obrigatoriamente um sinónimo de mais democracia, até porque, no caso egípcio, os *village councils* muitas vezes serviam apenas os interesses dos latifundiários e dos *local officials*, de acordo com o autor. Em segundo, o facto dos projectos financiados pela USAID requererem grandes investimentos concentrou os seus lucros nas duas classes mencionadas. Em terceiro, porque a substituição do financiamento da saúde via impostos por taxas e *premiums* não produz, por si só, uma maior estabilidade financeira. Dado que estas medidas não foram

²⁷³ Relembre-se os custos acrescidos duma grande propriedade com a mão-de-obra contratada, em comparação com os minifúndios, cuja produção e produtividade depende do trabalho familiar ou cooperativo. *Ibid.*

²⁷⁴ *USAID's Decentralization Program. Ibid.*, pág. 233.

²⁷⁵ *Ibid.*, pág. 225-6.

²⁷⁶ *Ibid.*, pág. 227.

²⁷⁷ *Ibid.*, pág. 229.

²⁷⁸ *Ibid.*

ao encontro dos objectivos estipulados pela instituição norte-americana, o autor apresenta uma explicação alternativa para os resultados obtidos.

O autor, em concordância com a USAID, defende existir um problema relacionado com a estrutura e a performance do Estado egípcio. O que distingue a sua posição é a causa desse mesmo problema. Para as agências de desenvolvimento, a estrutura centralizada do Estado era um produto das características naturais do Egipto: afinal, 4% do território nacional – adjacente ao vale e à foz do Nilo – contava com 96% da população²⁷⁹. Daí que o problema não pudesse ser político, dado que o Estado apenas reproduzia um padrão demográfico e geográfico existente desde a época faraónica²⁸⁰. Neste contexto, a USAID, o BM ou o FMI poderiam oferecer os recursos e o conhecimento necessário para transformar a estrutura estatal e a produção agrícola, de modo a que os egípcios pudessem abandonar a sua “tradição” político-económica. Em vez disso, Mitchell sugere que se analisem as mudanças do papel do Estado na agricultura, tornando-se evidente a natureza política do problema da desigualdade presente no meio rural. Assim, essa desigualdade é evidente no período entre a reforma agrária de 1952 e a *infitah* de 1974, no qual as políticas de preços fixos, as colheitas obrigatórias e as requisições faziam do Estado Central um agente com ampla influência sobre as condições socioeconómicas dos agricultores, influência essa que não permitia aos pequenos produtores a oportunidade de investirem em colheitas mais lucrativas. Mesmo depois de 1974, com a diminuição das obrigações produtivas e a liberalização de preços, os donos dos minifúndios continuaram prejudicados, pois essas medidas foram aplicadas primeiramente às colheitas que eles não produziam.

*Self-Deception*²⁸¹

Perante os benefícios que a descentralização trouxe aos burocratas do Estado e o falhanço da mecanização em aumentar o tamanho das colheitas, torna-se difícil afirmar que os *Decentralization e Mechanization Programs* da USAID resolveram os problemas que supostamente estavam a afectar o desenvolvimento económico do Egipto. Dada a problemática da despolitização realçada recorrentemente pelo autor, a sua explicação para

²⁷⁹ *Ibid.*, pág. 227.

²⁸⁰ *Ibid.*, pág. 226.

²⁸¹ *Ibid.*, pág. 233.

as consequências oriundas dos projectos referidos parte igualmente da natureza apolítica que as agências de desenvolvimento alegam fundamentar o seu modo de operação. A legitimidade e autoridade reivindicadas por estas organizações internacionais é tida como apolítica, devido à posição externa que ocupam face ao objecto dos seus planos. Ora, é precisamente a distância a que a USAID se coloca em relação ao Egipto que lhe permite elaborar qualquer projecto baseado na capacidade de leitura total da realidade-alvo. Todavia, esse modo de operação envolve aquilo que Partha Chatterjee baptiza de *self-deception*, que consiste no não-reconhecimento por parte das agências do seu papel e lugar nas configurações de poder do próprio país em que actuam. É desta forma que a USAID despolitiza a sua performance, ao silenciar a sua agência sobre o desenvolvimento económico do Egipto²⁸².

A análise que Mitchell apresenta sobre o destino dos fundos disponibilizados pela USAID entre 1974 e 1989²⁸³ inclui diferentes exemplos que parecem confirmar este problema alusivo ao fenómeno da *binarization* – neste caso, entre um objecto e o discurso que o representa. Dos cerca de 15 mil milhões de dólares que a instituição investiu nesses 15 anos, aproximadamente 50% destinou-se a financiar a importação de produtos maioritariamente agrícolas norte-americanos, sendo que o autor argumenta que os fundos investidos foram parar, na sua totalidade, a empresas do mesmo país. Juntamente com a crescente dependência excessiva das importações oriundas dos EUA, o autor questiona seriamente as intenções da USAID em fomentar a iniciativa privada e local. A orientação da actividade económica para a exportação – uma outra recomendação feita pela organização desenvolvimentista – constitui outro dos exemplos que não se coaduna com a subsidiação das importações²⁸⁴. Ainda assim, o exemplo que melhor evidencia os limites do discurso sobre desenvolvimento remete-nos para o financiamento das forças armadas egípcias que, entre 1985 e 1990, contabilizou outros 15 mil milhões – investimento esse que fez do sector militar um enorme produtor e consumidor na agricultura, na manufactura e na construção²⁸⁵. Por fim, a posição interna que a USAID ocupou durante todo o processo das reformas estruturais da economia transparece igualmente na pressão que ela exerceu sobre o governo egípcio em reuniões sobre política macroeconómica, tendo em conta a dívida acumulada pela importação subsidiada pela

²⁸² *Ibid.*

²⁸³ Figura 3. *Ibid.*, pág. 236.

²⁸⁴ *Ibid.*, pág. 240.

²⁸⁵ Nos anos 80, a *Food Security Division* das forças armadas torna-se a maior empresa agro-industrial no Egipto.

agência de desenvolvimento. Quanto às suas intenções, o autor defende que “*a proper analysis of Egyptian agriculture examining the causes of the shift to meat production and the country’s resulting shortages of food and growing indebtedness would have revealed the connections between these events and the crisis of American farming and the remedy of subsidized food exports*”²⁸⁶.

Em suma, existiu um programa de liberalização económica a partir do último quartel do século XX, apoiado por uma agência de desenvolvimento pública e estrangeira que promoveu o crescimento do sector público na economia egípcia, beneficiou burocratas e outros agentes do Estado, fomentou a dependência do consumo na produção externa e mudanças na dieta nutricionalmente mais pobres, ao mesmo tempo que justificava a sua presença através da promoção do sector privado, da exportação da produção endógena, da descentralização e privatização das funções do Estado, e da melhoria das condições políticas, económicas e sociais dos egípcios. O paradoxo é evidente.

O (re)nascimento da economia

As repercussões da liberalização económica no meio rural egípcio foram e são mais inesperadas do que aquilo que o governo de Sadat e as agências de desenvolvimento tinham em mente. Para os propósitos deste texto, interessa abordar algumas implicações de natureza teórica, fundamentadas nesta experiência do século XX tardio.

Num primeiro momento, há que aproveitar a oportunidade de compreender melhor todo o processo acima descrito, por meio da sua comparação com o próprio *birth of the economy*. Assim, relembre-se que o relato de Mitchell, nos dois episódios, começa com a presença de uma entidade externa no Egipto, devido a problemas económicos: no fim do século XIX, foi o pagamento da dívida “irracionalmente” acumulada pelo governador da província otomana que justificava a ocupação militar e colonial britânica; no fim do século XX, foram os constrangimentos “naturais” e estatais à prosperidade do país afro-asiático que fizeram das agências de desenvolvimento uma presença legítima. Em ambos os casos, a natureza estrangeira dessas entidades é análoga aos respectivos discursos, uma vez que se referem sempre ao princípio da razão humana – uma abstracção universal, e

²⁸⁶ *Ibid.*, pág. 242. O sublinhado é meu.

por isso sem uma origem particular. Dessa forma, a sua legitimidade nunca é política, no sentido em que não se figura uma agência ou interesse específico à própria entidade.

Por sua vez, o diagnóstico e prescrição do objecto colonial ou de desenvolvimento é antes técnico, não político, expresso na elaboração de um mapa cadastral e na mecanização da produção agrícola. A natureza técnica da análise e das soluções propostas constitui outra analogia da posição ocupada pelos britânicos e pelos norte-americanos face ao Egipto e aos egípcios. Aqui, a analogia em causa prende-se com a inadequação da atitude e dos recursos exigidos ao Estado para lidar com a escassez de terra arável ou com o exercício arbitrário do poder. Essa incapacidade provém da naturalização – ou essencialização – desses problemas, que são tidos como intrínsecos ao próprio território/população em causa, sendo por isso inimputáveis ao exercício do poder público e à agência de qualquer egípcio. Cabe então a uma influência ou um recurso exógeno a responsabilidade de ultrapassar os limites da tradição islâmica e otomana, ou da produtividade da terra.

Coincidentemente, os recursos necessários para acabar com situações de nepotismo, soldar dívidas, aumentar o tamanho das colheitas ou fomentar a iniciativa privada são detidos pelos mesmos que defendem a sua eficácia. Contudo, o governo britânico e as agências desenvolvimento não legitimam a sua presença com base numa lógica tão frágil. Na realidade, aquilo que faz das suas valências tão eficazes quanto necessárias à condição subalterna, de miséria e “atrasada” do Egipto é, mais uma vez, a sua posição externa, pois ela permite uma visão clara e descomprometida de toda a realidade, por oposição à cegueira parcial e animada dos que nela existem. Essa visão, à semelhança da razão humana, existe apenas além ou autónoma à própria realidade.

De outro modo, também é relevante mencionar aquilo que há de comum entre as consequências das duas intervenções estrangeiras. Com a reforma do sistema legal, os britânicos desejavam acabar com o exercício arbitrário e excepcional do poder político, que estaria na origem da dívida acumulada pelo governo de Isma'il Pasha. Com a reforma da intervenção pública na economia, os norte-americanos procuravam libertar o Egipto dos obstáculos ao exercício da actividade económica, que estaria na origem das más condições de vida dos egípcios. Independentemente da época, verificou-se, na realidade, o recurso a intervenções coercivas, excepcionais e até continuadas por parte do Estado, motivadas por interesses específicos a instituições e indivíduos em situações também elas específicas. A natureza contingente do Estado centralizado da era Nasser ou do nepotismo

praticado por Pasha não foi sucedida pela aplicação universal da lei, nem por uma democratização da política e uma alocação de recursos económicos mais justa ou eficiente: a violência, a arbitrariedade e o nepotismo foram apenas reorganizados²⁸⁷, em oposição aos princípios e à prática da liberdade, da razão, da democracia e da justiça.

No entanto, as intenções mais ou menos explícitas de qualquer uma das intervenções no Egipto constituem meramente uma parte da história que o autor procura contar ao longo da obra. De acordo com a sua perspectiva, a subsidiação da exportação da produção cerealífera pela USAID, assim como a extracção da riqueza via colonização pelo Reino Unido, por si só, pouco nos dizem sobre o seu modo de operação. No que diz respeito ao nascimento e ao funcionamento da economia, é o silêncio, o não-reconhecimento ou a exclusão dessas intenções no discurso que as tornam tão relevantes para a tese de Mitchell. Isto é, o problema em mãos não se resume apenas à existência de interesses afectos aos actores envolvidos no processo de produção do novo objecto económico, mas sim na distância a que eles se colocam, a fim de preservarem a coerência necessária ao discurso racional, à sua lógica universal, e à abordagem técnica/tecnológica a que recorrem. Do ponto de vista teórico, o autor refere-se ao conceito do *constitutive outside*²⁸⁸, com o intuito de explicar o motivo e o resultado relativos a estas diferentes distâncias, características do processo de construção da economia: trata-se da posição simultaneamente interior e exterior, central e periférica, ou essencial e subalterna que as agências de desenvolvimento, os invasores europeus, o seu discurso e as suas práticas ocuparam na história do Egipto colonial e pós-colonial. Por outras palavras, o *constitutive outside* descreve a negação da natureza política da agência exercida pela USAID – uma condição que tanto possibilita as soluções de carácter técnico quanto as torna *incompletas* ou limitadas.

Para além de servir os propósitos teóricos da explicação oferecida por Mitchell, este conceito integra também a estrutura que tem sido edificada ao longo de toda a dissertação, devido às afinidades que partilha com a teoria do *duplo movimento* de Karl Polanyi. Relembrando brevemente o que já foi analisado no início desta dissertação, o autor austro-húngaro defende existir uma tensão inerente ao funcionamento economia de mercado, uma vez que o Estado é tido como uma instituição que se encontra *fora* desse

²⁸⁷ *Ibid.*, págs. 77 e 78.

²⁸⁸ Conceito desenvolvido e popularizado pelo filósofo francês Jacques Derrida. *Ibid.*, pág. 291 e nota 85 (pág. 377).

espaço (e até submisso ao seu desempenho), embora seja a sua intervenção que a crie e sustente. Em suma, Polanyi demonstra o paradoxo duma realidade cuja dinâmica (os mecanismos de autorregulação) depende duma continuada ingerência alheia que a corrompe. Já em *Seeing Like a State*, é o conceito do *dark twin* que compatibiliza a leitura conjunta e simbiótica entre o economista, o antropólogo e o historiador. Na sua análise da execução de grandes projectos de engenharia social, James Scott adverte para a importância que o imprevisto e o imprevisto – aquilo que *não é e não pode ser planeado* – acabam por ter na construção e na manutenção de cidades e quintas planeadas. Em contrapartida, o paradoxo reside na incapacidade dos “planeadores” em reconhecerem o contributo indispensável que as medidas *ad hoc* tiveram na execução dos seus projectos – reconhecimento esse contrário à capacidade de executar integralmente um projecto dessa natureza.

E a *economics*?

Assim como a análise da construção e reconstrução do objecto económico revela as tensões, silêncios e a violência que perfazem a sua existência, o mesmo se aplica às suas formas de representação – a ciência económica, cujo significado deve ser entendido no contexto da divisão ou distância que permeia essa relação: a *binarization* do mundo. Enquanto conjunto de ferramentas teóricas que procura oferecer a imagem mais fidedigna da realidade e da sua lógica interna, a *economics*, aos olhos de Mitchell, é uma fonte de outros contributos teóricos. Um deles é precisamente o *constitutive outside*: afinal, o conceito é introduzido pelo autor na sua descrição do papel atribuído às instituições, no âmbito da ciência em questão. Nesse exemplo, as instituições referem-se ao conjunto de constrangimentos, regras, convenções, de qualquer limite à acção humana²⁸⁹. Mesmo na teoria institucionalista, as instituições opõem-se à escolha individual – o objecto central do discurso e da prática económica, ocupando, por consequência, uma posição secundária e residual. Por outro lado, o facto de uma dada regra conseguir efectivamente constranger um acto económico implica que ela o anteceda, de modo a cumprir a sua função. Logo, as instituições tanto permitem como impedem a concretização da escolha individual.

²⁸⁹ *Ibid.*.

Outro exemplo que confirma o fenómeno desta dupla condição são as externalidades²⁹⁰, conceito referente aos custos (positivos ou negativos) afectos a terceiros, mas não contemplados (nem suportados) entre as partes envolvidas numa troca individual. Sendo a economia a soma de todas as trocas individuais, as externalidades constituem “*an example of «market failure», situations where the price mechanism that governs exchanges fails to reflect the true costs involved, and therefore is unable to act as an efficient regulator of social action*”²⁹¹. No entanto, a externalização dos efeitos oriundos de cada troca é a mesma condição que as torna possíveis, uma vez que a contabilização de todos os custos associados a cada uma impediria a sua realização. Deste modo, as externalidades partilham com as instituições uma função essencial, numa posição de exclusão, e com um efeito restritivo para qualquer acto de troca²⁹².

Aqui, é possível retomar a discussão sobre a processualidade e a incompletude da economia, visto que elas sobressaem novamente – só que, desta vez, com base na crítica do autor à economia neoclássica. Basta pensar na dinâmica resultante da produção de externalidades, e até da tentativa da sua inclusão nos custos da troca a que se referem. Esse perpétuo movimento faz da economia uma realidade infinita, cuja contenção apenas produz novas manchas por mapear. Nas palavras do próprio: “*The problem is that the frame or border of the economy is not a line on a map, but a horizon that at every point opens up into other territories*”²⁹³.

De resto, a problemática de delimitação da realidade económica inclui a distinção entre as agências humana e não-humana²⁹⁴. Se a economia nasce da expressão dum desejo individual, as máquinas agrícolas, o dinheiro ou fertilizante constituem ferramentas a que se recorre, com o propósito de concretizar esse desejo. Isto traduz-se numa agência não-humana de carácter passivo que, para o autor, atribui ao ser humano um controlo que ele não tem sobre as forças e dinâmicas dessas agências, seja a energia eléctrica, o clima ou o capital.

²⁹⁰ *Ibid.*, pág. 289.

²⁹¹ *Ibid.*.

²⁹² *Ibid.*, pág. 290.

²⁹³ *Ibid.*, pág. 292.

²⁹⁴ *Ibid.*, pág. 298.

“*Between economics and the economy*”: Timothy Mitchell e os estudos sobre ciência e tecnologia (STS)

No âmbito da sua crítica à ciência económica, o historiador britânico recorre a uma obra cujo conteúdo serve também os propósitos da presente dissertação. Trata-se de *The Laws of the Markets*²⁹⁵, editada por Michell Callon em 1998, um livro que reúne vários artigos, escritos por autores que, de um modo mais ou menos directo, propõem-se a explorar a relação entre a economia e a ciência económica, na sua dupla dinâmica de distinção e cumplicidade. Dessa forma, constituem um contributo relevante para a procura da resposta a uma pergunta central à obra de Mitchell e (por consequência) ao exercício aqui empreendido: *o que é a economia?*

Começamos pelo artigo de Callon²⁹⁶. Neste, o sociólogo francês aborda o conceito das externalidades, enquanto meio para melhor compreender a existência e funcionamento dos mercados económicos. Tal como já foi referido, a utilidade deste conceito é evidente através da necessária exclusão dos custos comportados por aqueles que não fazem parte duma transacção, de modo a permitir que ela própria aconteça. Essa exclusão, por sua vez, prende-se com um outro fenómeno – uma vez que a sua existência decorre do enquadramento, ou da delimitação das regras, condições e situações em que as transacções económicas podem ocorrer – conhecido na sociologia por *framing*²⁹⁷. Por outras palavras, existe uma relação entre o *framing* e os *overflows* (um outro termo usado pelo autor para se referir às externalidades), na medida em que o último é sempre consequência do primeiro. Por outro lado, a relação inverte-se a partir do momento em que existe um interesse ou necessidade de se conterem os *overflows*²⁹⁸, desencadeando um processo de *reframing*, isto é, uma procura por novas regras e condições que consigam integrar externalidades nas transacções das quais derivam. Assim, a dinâmica da relação aqui descrita relembra a natureza processual e incompleta anteriormente associada à existência e dinâmica da economia em *Rule of Experts*.

²⁹⁵ Oxford: Blackwell: The Sociological Review, 1998.

²⁹⁶ “An essay on framing and overflowing: economic externalities revisited by sociology”, in *The Laws of the Markets*, pág. 244. Este artigo é mencionado por Mitchell nas notas 106 (pág. 330), 81 (pág. 377) e 86 (pág. 378).

²⁹⁷ *Ibid.*, pág. 248. O conceito é da autoria de Erving Goffman, famoso sociólogo americano-canadiano.

²⁹⁸ *Ibid.*, pág. 247. Para os economistas (de acordo com o autor), é o problema da optimização e eficiência colectiva da alocação de recursos, inerente às externalidades, que as torna um foco da sua atenção.

Logo aqui é possível responder, ainda que indirectamente, à pergunta acima feita. Para além da contenção dos *overflows*, o *reframing* é um processo inerente ao *framing*: sendo a moldura um produto da interacção entre “*various physical and organizational devices*”²⁹⁹ (como as estatísticas, a cana-de-açúcar e a libra egípcia, no caso da economia do Egipto), qualquer mudança relativa aos instrumentos e/ou à sua interacção faz da moldura em si uma situação instável³⁰⁰. Contudo, a natureza contingente, incompleta e coerciva da moldura não justifica a conclusão defendida pelos críticos da ciência económica, que assim denunciam a sua artificialidade. Na sua introdução à obra³⁰¹, Callon (tal como Mitchell), reconhece tanto na *economy* como na *economics* um artifício, uma operação necessária à sua existência. Apenas defende que isso não faz de qualquer uma delas algo menos real³⁰², dado que a artificialidade denunciada em nada permite explicar a existência e o funcionamento da actividade económica na época contemporânea. Dito de outro modo, esta crítica da ciência económica pressupõe “*a sociology of real man*”³⁰³, uma teoria sem externalidades, completa, sem coerção³⁰⁴. Por fim, a resposta que aqui se encontra à pergunta “*o que é a economia?*” prende-se com a sua representação, cujo modo de operação idêntico revela o seu carácter real; um artefacto constituído através de processos tanto materiais como abstractos³⁰⁵.

Para além do artigo escrito por Callon, o historiador britânico referencia ainda outro trabalho presente em *The Laws of The Markets*. Trata-se do artigo de David Stark, sobre a transição da economia planificada para a economia de mercado na Hungria³⁰⁶. O seu estudo sobre a reorganização das relações de propriedade pós-1989, ao evidenciar a crescente impossibilidade em delimitar as fronteiras entre os sectores público e privado,

²⁹⁹ *Ibid.*, pág. 249.

³⁰⁰ Nas palavras do autor: “*here we come to the crux of the argument – each of these elements, at the very same time as it is helping to structure and frame the interaction of which it more or less forms the substance, is simultaneously a potential conduit for overflows.*” *Ibid.*, pág. 254. No exemplo a que a citação se refere, o conhecimento teórico constitui um dos *framing devices*, cuja mutabilidade é evidenciada e justificada mais adiante na mesma página: “*If theories did not have a public life, they would not exist as certified knowledge.*”

³⁰¹ “The embeddedness of economic markets in economics”, in CALLON, Michel, *The Laws of the Markets*, págs. 1 – 57.

³⁰² *Ibid.*, pág. 51. A problemática da realidade/ficção da ciência económica é discutida pelo autor com base no conceito do *homo economicus*.

³⁰³ *Ibid.*.

³⁰⁴ Relembrando a problemática da *binarization*, Mitchell assume a mesma posição do sociólogo francês, ao distanciar-se da denúncia da artificialidade da economia, devido ao pressuposto da existência dum objecto mais real ou natural a que a ciência se deveria referir.

³⁰⁵ MITCHELL, Timothy, *Rule of Experts*, pág. 82.

³⁰⁶ STARK, David, “Recombinant Property in East European capitalism”, in CALLON, Michel, *The Laws of the Markets*, págs. 116 – 146.

leva o autor a questionar a validade dessa distinção, nomeadamente como representativa das economias pós-socialistas (e até do socialismo tardio³⁰⁷). Dada a interacção entre as diferentes lógicas ou princípios afectos a cada um dos sectores da economia, Stark parte da sua posição céptica para criticar também a transitologia³⁰⁸, uma disciplina que estuda teleologicamente o presente³⁰⁹ - isto é, avaliando a sua maior ou menor conformidade face a um futuro pré-concebido. Em *Rule of Experts*, o historiador britânico refere-se a este artigo no último capítulo da obra³¹⁰, aproveitando o argumento elaborado pelo sociólogo norte-americano para a sua crítica às reformas económicas no Egipto no fim do século XX, processo esse bastante mais semelhante à erosão da distinção público/privado do que à privatização dos serviços públicos e fomento da iniciativa privada, encorajada e aplaudida pelas agências de desenvolvimento. Além disso, a crítica teleológica à transitologia não deve ser descurada, uma vez que o historiador britânico encontra essa mesma lógica na “história” do capitalismo, do nacionalismo e nos estudos sobre desenvolvimento.

Em relação aos restantes artigos, ainda que não referidos ou referenciados por Mitchell, oferecem contributos pertinentes e/ou relacionados com as problemáticas que têm vindo a ser discutidas. Vejamos então um desses casos, que lida justamente com um dos *framing devices* da economia egípcia: a moeda nacional. Como já foi referido, a libra egípcia constituiu um dos meios pelo qual se delimitou a economia nacional, ao distinguir as trocas monetizadas das não-monetizadas. Em contrapartida, e em conformidade com a dinâmica do *framing*, a adopção da moeda nacional foi acompanhada pela proliferação de novas formas de dinheiro (os *overflows*), pondo em causa o processo de uniformização e rastreamento da riqueza em circulação – argumento este elaborado com base na obra da socióloga Viviana A. Zelizer³¹¹. Em *The Laws of the Markets*, Zelizer descreve este mesmo problema, no seu estudo sobre o uso público e privado do dólar entre 1870 e 1930

³⁰⁷ *Ibid.*, pág. 118. Stark menciona o debate emergente na Hungria a meio da década de 1980, relativo à descrição mais apropriada para a economia magiar, tendo em conta a progressiva preponderância da *second economy* – termo que designa todas as relações de reciprocidade e de mercado complementares e necessárias, mas em contradição com o total planeamento da actividade económica no sistema socialista.

³⁰⁸ Ciência que se dedica ao estudo da transição do Comunismo para o Capitalismo nos países da Europa Central e de Leste.

³⁰⁹ Referência ao momento em que o artigo foi escrito (1998).

³¹⁰ Capítulo 9, “Dreamland”, págs. 272 – 303. Mitchell refere-se directamente ao artigo de Stark na página 281; indirectamente nas notas 1 (pág. 371), 35 (373) e 42 (374).

³¹¹ *Ibid.*, pág. 107: “Yet as Zelizer shows in the case of the United States (...)”. Nas notas, Mitchell refere-se a ZELIZER, Viviana A., *The Social Meaning of Money: Pin Money, Paychecks, Poor Relief and Other Currencies*, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1997. Nota 87, pág. 329, in MITCHELL, Timothy, *Rule of Experts*.

nos EUA³¹²: recorrendo exclusivamente a uma moeda nacional, no contexto da crescente dependência para com os salários, as famílias adoptaram o *earmarking* como método da diferenciação dos usos e destinos do dinheiro que possuíam (juntamente com a criação já mencionada), despoletando um processo de *resocialização* dum instrumento tido como impessoal, homogéneo e universal³¹³.

Por sua vez, com o foco naquilo a que se refere como *management sciences*, Franck Cochoy assina um artigo no qual se propõe a explorar a divisão entre a teoria e prática económica, recorrendo ao *marketing*³¹⁴: um saber/actividade que se encontra a meio caminho entre produtores e consumidores, procura e oferta, teoria e prática³¹⁵. Dada a posição central que os *marketers* acabam por ocupar nos diferentes meios em que actuam, o autor procura descrever e explicar, no contexto americano, a sua *performance*: o duplo papel da disciplina (e dos seus estudiosos) em descrever e produzir a economia de mercado³¹⁶. Como mais um exemplo alusivo à formatação contínua da e pela economia, pelo e do conhecimento produzida sobre ela, este texto evidencia as mesmas problemáticas relativas ao funcionamento ou desenvolvimento da economia; incompatíveis com a sua distinção face às suas representações; em conformidade com o papel que Mitchell atribui a figuras como Keynes, Mill, Malthus e às ciências sociais (no âmbito do *birth of the economy*). De um ponto de vista mais prático, a proximidade das ideias expostas pelos dois autores é evidente na posição de Cochoy sobre a história do Marketing, que afirma caracterizar-se por uma crescente separação “*of marketing knowledge from market practices*”³¹⁷. Empiricamente, a importância que o *marketing* e os *marketers* adquirem no contexto da Grande Depressão e (principalmente) do *New Deal*³¹⁸ é outro dos vários factos que parecem confirmar a história da economia em *Rule of Experts*.

³¹² “The proliferation of social currencies”, in CALLON, Michel (ed.), *The Laws of The Markets*, págs. 58 – 68.

³¹³ *Ibid.*, págs. 59 e 66.

³¹⁴ COCHOY, Franck, “Another discipline for the market economy: marketing as a performative knowledge and know-how for capitalism”, in CALLON, Michel (ed.), *The Laws of the Markets*, págs. 194 – 221.

³¹⁵ *Ibid.*, pág. 195. *Management sciences*, ou *sciences of practices*, designam precisamente o domínio em que o *marketing* e os *marketers* actuam, situado na fronteira da *science* com as *practices/management*.

³¹⁶ “the ‘performance’ of the economy by marketing directly refers to the double aspect of marketing action: conceptualizing and enacting the economy at the same time.” *Ibid.*, nota 1, pág. 218.

³¹⁷ *Ibid.*, pág. 196.

³¹⁸ *Ibid.*, pág. 205 – 209. Secção do texto com o título “A macro performance the marketing of the New Deal”.

Após este breve e parcial resumo da obra editada por Michel Callon, é possível proceder a uma reflexão sobre aquilo que é comum aos diferentes artigos, ao livro de Timothy Mitchell e, por consequência, sobre as valências úteis à difícil navegação entre os domínios da ciência, da economia, da política e da realidade. Paradoxalmente, é preciso notar que, em nenhum dos artigos referidos (tal como nos não-referidos), os autores demonstram grande preocupação para com a pergunta que aqui se defende ser de tanta relevância para o que escreveram. Todavia, essa ausência não se deve tanto à falibilidade da associação que se alega existir entre a definição da economia e o conteúdo dos trabalhos introduzidos nesta secção, mas antes à metodologia empregue por Callon, por Zelizer, por Stark, por Cochoy, por Mitchell (e até por Scott, por Wallerstein e por Polanyi). Se existe um elemento comum, um princípio que até agora sustentou esta dissertação sobre as diferentes afinidades entre estes autores, é o que vamos chamar de *inversão metodológica*.

Como o historiador britânico refere na introdução, as ciências sociais modernas, ao longo do século XX, procuraram demonstrar “*the unseen dynamic of social life*”³¹⁹: um estudo do mundo humano baseado no desenvolvimento da lógica universal da razão. Do ponto de vista metodológico, a premissa racional constituiu então o terreno ontológico sobre o qual se construíram os edifícios epistémicos da modernidade. Perante uma realidade universal, tornou-se possível aperfeiçoar a sua representação (com o intuito de aproximá-la ao máximo), traduzindo assim a relação de poder da *binarization*, caracterizada pela dívida epistemológica à essência do mundo social. Assim se explica a hegemonia reivindicada e atribuída à ciência económica, cujo recurso à matemática proporciona os meios mais adequados para o grau de abstracção exigido a um saber que (ironicamente) se presta à representação dos fenómenos mais materiais da sociedade³²⁰.

Em contrapartida, a crítica à ciência económica que se tem procurado construir parte da incompatibilidade entre a essência e a existência da actividade económica. Relembrando *A Grande Transformação*, é esse o problema exposto por Karl Polanyi, latente na incongruência de um sistema económico criado e sustentado pelo Estado, cuja natureza é tida como contrária ao intervencionismo económico. Contudo, o que permite a este e a todos os outros exercícios explorar a incompatibilidade em questão é o cunho epistemológico da sua premissa: estudando quer a economia quer a ciência económica, a

³¹⁹ MITCHELL, Timothy, *Rule of Experts*, pág. 1.

³²⁰ Argumento este já referido na página 59 desta dissertação.

atenção é dada, em primeiro lugar, ao modo como funcionam ou actuam, para depois se emitir um parecer ontológico. Para além disso, é importante lembrar que esta abordagem, independentemente da conclusão a que nos possa levar, requer um *voto de ignorância* relativo ao fenómeno ou objecto que se estuda. As palavras de Mitchell são bastantes explícitas quanto a esse voto, no seu capítulo sobre a emergência da realidade económica: “*To uncover the genealogy of the economy, this chapter looks at the earlier decades of the twentieth century, and puts aside the fact that we know (or think we know) what an economy is*”³²¹. Mas, então, para que serve adoptar uma postura ignorante? Ora, se a análise da economia e da sua história tem estado comprometida com uma natureza que suscitou tanta crítica, faz algum sentido que autores como Mitchell tenham procurado compreender melhor o compromisso em causa. Deste modo, não saber o que é a economia constitui simultaneamente uma oportunidade refrescante – na medida em que não é exigido ao seu observador atribuir-lhe de antemão o determinismo, a importância, o poder, a hermética e a coerência garantida pelos seus adeptos (e assumida pelos seus críticos) – e um esforço exigente – dada a tarefa de produzir conhecimento que reconheça a existência e a actuação desse compromisso.

Outra das razões que justifica o voto de ignorância está relacionado com a problemática da agência humana. Sendo a ciência económica uma tentativa de retratar o princípio racional como orientador das atitudes e dos comportamentos dos agentes que perfazem a economia, é natural que os seus críticos também se tenham ocupado com a crítica à orientação racional da actividade económica. No âmbito dessa discussão, é possível distinguir a abordagem de Polanyi, Callon, Cochoy e Mitchell, que fazem do desconhecimento o ponto de partida para o rastreio das diferentes agências em interacção que produzem e sustentam a economia, tal como ela é retratada pela sua ciência. Com base nessas agências, nos seus agentes, nas suas intenções, motivos e capacidades, os autores colocam a descoberto todas as incoerências, a subpotência, a imprevisibilidade e a contradição latentes ao exercício racional de carácter universal.

O artigo de Cochoy é um bom exemplo da questão em causa, desde logo pelo facto de começar com a seguinte pergunta: “*How does the market economy work?*”³²², alusiva à inversão metodológica. Respondendo a essa mesma pergunta, os economistas

³²¹ *Ibid.*, pág. 82.

³²² COCHOY, Franck, “Another discipline for the market economy: marketing as a performative knowledge and know-how for capitalism”, in CALLON, Michel (ed.), *The Laws of the Markets*, pág. 194.

da Escola Histórica Alemã no *Mid-West* americano dedicaram-se ao estudo empírico de mercados reais, acompanhando o percurso dos produtos de origem rural até aos seus destinos urbanos³²³. Enquanto fundadores do *marketing*, estes académicos foram os primeiros de muitos agentes envolvidos na formulação das ferramentas teóricas mais adequadas à compreensão do seu objecto de estudo. Com o progressivo interesse por parte dos próprios agentes económicos³²⁴, o *marketing* constitui-se um saber cuja história inclui a mútua influência transgressiva entre praticantes e observadores da economia de mercado.

Fora a natureza contingente da agência humana, o voto de ignorância permite ainda atribuir o devido mérito aos agentes que a possuem. À primeira vista, este aspecto pode parecer óbvio e até repetitivo. Mesmo sendo esse o caso, é preferível ser mais explícito sobre esta questão. Sabendo que a economia é real, que tem uma história particular, e que resultou de determinadas acções humanas, existe uma importante conclusão a retirar da inversão metodológica e da ignorância a que se presta: é que o rastreamento do objecto produzido (re)abre o campo de possibilidades à defesa, à reforma, ao aperfeiçoamento, à contestação, à crítica e até à destruição da economia, por parte de qualquer agente que nela participe. Assim, o realismo com que Mitchell e Callon caracterizam este artefacto não é aquele que alimenta a crítica diametralmente oposta da sua ficção, uma vez que não se verifica a existência de uma dívida impagável da natureza humana. Sobre este assunto, as palavras de Stark oferecem um esclarecimento valioso: “*With such a conception of path dependence we explain not the persistence of the past but how multiple futures are being contested in the present*”³²⁵.

Posto isto, retomemos uma última vez a importante questão ontológica: *o que é a economia?* Ao que os autores respondem: *como é a economia?* Em poucas palavras, é uma realidade histórica e social, um objecto político e científico; em permanente construção e sem *um* fim à vista. No fundo, ela é e deve ser entendida como algo humano.

³²³ *Ibid.*, pág. 196.

³²⁴ *Ibid.*, pág. 198.

³²⁵ STARK, David, *Ibid.*, pág. 117

Entre a Economia, o Estado e a Sociedade: Outras possibilidades da inversão metodológica

No âmbito da discussão sobre a objectificação da economia, a sua distinção e a relação com o que lhe é exterior, já foram tidas em conta as perspectivas de Karl Polanyi e James Scott. Por um lado, o economista austro-húngaro encarregou-se de teorizar a emergência da economia de mercado como uma criação estatal. Por outro, o antropólogo americano atendeu às características comuns de diferentes projectos estatais de engenharia social (em *Seeing like a State*). Em qualquer um dos casos, o Estado surge como uma entidade dotada de meios capazes de transformar radicalmente aquilo que governa. Mas mais importante do que isso é o facto de estes e muitos outros autores atribuírem ao Estado as características que tanto criticam, quando associadas à economia: é a sua condição hermética, coesa, única, com uma lógica interna, que nos permite distingui-lo da sociedade que governa e da economia que constrói. Dada essa afinidade linguística, conceptual ou terminológica, porque não considerar a hipótese de existência de um processo, análogo ao *birth of the economy*, do Estado Moderno? Recorrendo ao próprio autor da expressão utilizada, é possível encontrar uma pista que vai ao encontro desta hipótese: Mitchell, ao procurar descrever a emergência da propriedade privada³²⁶ no Egipto oitocentista, refere-se à distinção entre Estado e Sociedade como resultado desse mesmo processo.

Mais recentemente, essa hipótese foi abordada de uma forma mais aprofundada e extensa por Patrick Joyce, em *The State of Freedom*³²⁷. Nesta obra, de 2013, o historiador britânico recorre aos métodos dessa mesma subdisciplina para estudar um objecto que, para além de não ser comum na sua área, nunca recebeu grande atenção por parte daqueles que procuram explicar ou melhor descrever a natureza e existência do Estado: o *Post Office*. Ironicamente, o autor justifica a escolha do objecto precisamente pelo facto de se tratar de algo absolutamente mundano, rotineiro, invisível, incontestado e fiável³²⁸. A isso junta-se o facto de se tratar dum sistema de comunicação que foi globalmente monopolizado pelo Estado, independentemente do seu carácter democrático, ditatorial,

³²⁶ Expressão esta que o autor não subscreve. MITCHELL, Timothy, *Rule of Experts*, pág. 74.

³²⁷ *A Social History of the British State since 1800*, New York, Cambridge University Press, 2013.

³²⁸ *Ibid.*, pág. 1.

monárquico, republicano, liberal, socialista ou conservador – dada a importância vital para a sua sobrevivência³²⁹.

Concentrando-se no Estado britânico (desde o início do século XIX), o historiador explora também a sua existência através das pessoas que o lideravam e organizavam, juntamente com os espaços em que se formavam e em que desempenhavam as suas funções³³⁰ – exploração essa decorrente das perguntas “*Who*” e “*Where is the state?*”³³¹. Assim, é esta abordagem multifacetada no seu exercício historiográfico – ou as várias histórias duma História – que nos leva a enquadrar Patrick Joyce nesta dissertação.

What is the State?

Tal como nas restantes obras já presentes, existe nesta uma intriga, uma preocupação em relação à dicotomia essência/existência do objecto de estudo, oriunda de uma crítica à incompatibilidade ou desfasamento latente entre os dois domínios. Segundo o próprio: “*the state itself is in question in this book: what this means is that when we begin to interrogate its actual operations it turns out to be something rather less organized, sentient and strong than it is often taken to be. Indeed the very use of the definite article in “the state” begins to look questionable as we go further into this book. If the state is a distinct entity, a «thing», its ‘thingness’ turns out to be decidedly more indeterminate and problematic than is usually imagined*”³³². Nas suas palavras, Patrick Joyce descreve então um problema de definição do Estado, uma vez que as características que lhe são tipicamente associadas não se coadunam com a sua performance – ou “*its actual operations*”. Em relação à economia, o problema descrito é de tal forma idêntico que, substituindo um termo pelo outro neste excerto, facilmente conseguiríamos atribuí-lo à introdução de *Rule of Experts*³³³ ou *The Laws of the Markets*.

Com isto, pretende-se realçar as semelhanças entre a *inversão metodológica* – aplicada à economia por Mitchell e os sociólogos da ciência – e a abordagem do

³²⁹ *Ibid.*, pág. 20.

³³⁰ *Ibid.*, pág. 1.

³³¹ Estas perguntas lançam o mote da segunda parte da obra, com o título sugestivo “The State of Men: Governing”, pág. 185. De um modo mais específico, ver Capítulo 7 “«The Fathers govern the nation»: the public school and the Oxbridge College”, págs. 263 – 307.

³³² *Ibid.*, pág. 9. Sublinhado é meu.

³³³ Em relação a Mitchell, a afinidade é tal que Joyce também se refere à naturalização do uso do determinante artigo definido, para algo tão incerto e incoerente como o Estado.

historiador britânico, que desconfia da certeza, coerência e garantia atribuídas ao seu objecto de estudo. Contudo, a associação de Joyce a esses autores não se limita a uma mera coincidência, pois é o próprio que se faz valer das abordagens de Timothy Mitchell e dos *science studies*, de modo a desenvolver o seu enquadramento teórico do Estado. É no seguimento da desconfiança acima mencionada que Mitchell surge em *The State of Freedom* – isto é, enquanto referência complementar a essa postura. Como tal, o historiador britânico recorre às ideias do seu conterrâneo relativas à divisão Estado/Sociedade³³⁴: relembrando o exemplo da propriedade privada no Egipto, o autor de *Rule of Experts* defende a necessidade e utilidade de se colocar em causa essa divisão, sem a qual não seria possível atribuir ao Estado as características que motivam a desconfiança do seu observador. Questionando essa distinção, Mitchell argumenta também que o Estado não pode exercer sobre a sociedade (e a economia) um poder externo à própria, levando-o a crer na existência dum processo produtor dessa mesma distinção, que permite esse exercício. No âmbito desse processo, Joyce interessa-se então pelo modo como o próprio Estado se delimitou face à sociedade³³⁵, justificando assim a orientação da sua atenção para a sua capacidade de “auto-produção”.

Por sua vez, o interesse pelos *framing devices* (na linguagem de Callon) leva o autor a reflectir sobre a importância da tecnologia e do domínio material (ou não-humano) na concretização do poder, das relações sociais e do Estado em algo real³³⁶. Daí que grande parte da obra inclua métodos de cobrança de correio, formulários burocráticos e escolas internas – entre muitas outras coisas, estruturas e ferramentas com uma agência própria, e nas quais se reconhece a existência do Estado³³⁷. Dada a relação entre técnica, tecnologia, materialidade, instituições públicas e a sua actuação, Joyce propõe-se assim a fazer uma historiografia simultaneamente política dos domínios científico e tecnológico, como também científica/técnica do domínio político³³⁸. Por consequência, esta ambiguidade/cumplicidade entre os domínios da política e da “tecnociência” encontra expressão no elogio que o autor faz aos *science studies*³³⁹, cuja metodologia teórica,

³³⁴ *Ibid.*, pág. 16.

³³⁵ *Ibid.*, pág. 18. Este interesse resulta, simultaneamente, da sua posição crítica à abordagem de Mitchell, que o autor afirma ter como resultado negligenciar as próprias pessoas e instituições estatais, sobre e no âmbito distinção em questão.

³³⁶ *Ibid.*, pág. 10.

³³⁷ *Ibid.*, pág. 27.

³³⁸ Para o historiador britânico, “*it quickly becomes apparent that the seemingly neutral world of science and technology is eminently political, just as the political world partakes of science and technology*”. *Ibid.*, pág. 10.

³³⁹ *Ibid.*, pág. 11.

ancorada nos conceitos da materialidade e do poder, se torna evidente ao longo da obra. Todavia, a referência mais relevante a essa área de estudo decorre das vantagens que Joyce atribui às análises de índole *processual*³⁴⁰ (por oposição às *estruturais*), que permitem repensar o Estado enquanto uma rede ou uma *assemblage*, de maior ou menor consistência, resultante de certos arranjos, relações e conflitos entre actores, forças, elementos e componentes humanos e não-humanos³⁴¹. Como exemplo, o historiador britânico menciona uma obra de Bruno Latour – um sociólogo da ciência cuja bibliografia (de cunho teórico) sobre redes é vasta e reconhecida³⁴² - dedicada à problematização do domínio social. Para Joyce, o exercício de Latour é relevante na medida em que a distinção Estado/Sociedade é questionada com base na sua contingência e processualidade – características essas que, sendo aplicáveis ao próprio Estado, devem ser igualmente aplicáveis ao seu objecto de governo. Dito de outro modo, se o autor procura fazer uma história social do Estado, ele argumenta que tal só é possível e legítimo se o “social” for submetido ao mesmo enquadramento teórico que o objecto de estudo original.

Por fim, as abordagens inspiradas no conceito de rede, para além de sustentarem a posição relativa à natureza heterogénea, social, material e historicamente contingente do Estado e da Sociedade, envolvem também uma oportunidade e um dever de distanciamento face a todas as distinções que permeiam o processo de *assembling* desses dois objectos, seja entre o domínio humano e não-humano, o natural e o social ou o material e o cultural – divisões essas que, tal como Mitchell, Joyce também defende originarem da *binarization*³⁴³.

³⁴⁰ Esta preferência aproxima o historiador britânico aos diferentes autores que o precedem nesta dissertação, na medida em que o cariz processual de uma análise possui uma natureza dinâmica – facto este presente no *double movement* polanyiano, no *dark twin* scottiano, no *constitutive outside* de Mitchell e no *reframing calloniano*, entre outras propostas de análise a que foram sendo incluídos ao longo da dissertação.

³⁴¹ *Ibid.*, pág. 19.

³⁴² *Ibid.*, pág. 20, Nota de rodapé 26. Joyce menciona *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory*, obra que será analisada mais adiante.

³⁴³ Na suas próprias palavras: “*It [questionar a natureza do domínio social] also involves looking beyond the familiar division of the world into elements that are permanently and essentially on one or the other side of a line (...) – divisions that are all predicated on the misleading divide between the immaterial and the material.*” *Ibid.*, pág. 19.

Comunicação como *framing*

Após as breves considerações sobre o arcabouço teórico que acompanha o estudo do desenvolvimento do sistema de correio moderno no Reino Unido, é possível compreender ainda melhor a escolha do autor por este objecto de estudo peculiar. Anteriormente, foi enfatizado o carácter rotineiro dos correios, enquanto representativo da actividade e existência quotidiana do Estado. Não obstante a dimensão da representatividade do fenómeno que o autor se propõe a estudar, existe uma outra dimensão, tão ou mais importante, que justifica a sua escolha. Aludindo mais uma vez ao conceito de rede, é relativamente óbvia a sua referência no âmbito do estudo em questão. Caso não o seja, basta pensar nos funcionários, nos edifícios, nos meios de transporte e no conhecimento necessários para que uma carta ou encomenda chegue ao seu destino. Ora, tendo Joyce declarado o seu interesse pelo fenómeno de auto-produção do Estado, que consiste num processo alusivo a um conjunto de interligações entre actores e coisas, humanas e não-humanas, por que não estudar um sistema cujo propósito é precisamente interligar?

De resto, as semelhanças subjacentes aos exercícios de historicização da distinção do Estado em relação à sociedade e em relação à economia justificam a presença da obra de Patrick Joyce por um último motivo. Reconhecendo essas semelhanças, o autor garante que as três entidades devem, no fundo, ser tidas como produto de um só processo político, na medida em que a identificação de cada uma é conseguida também através das outras³⁴⁴. Nesse sentido, importa não esquecer que a rede constituinte do Estado nunca totaliza toda a realidade à qual reivindica a legitimidade de governo. Caso contrário, seria impossível referirmo-nos tanto ao objecto governado como ao sujeito governante. Ora, se à construção da economia devemos acrescentar a construção do Estado, juntamente à construção da sociedade, torna-se imperativo recorrer à problemática da comunicação, que tanto nos permite compreender as relações existentes entre cada domínio, como também questionar as fronteiras que os delimitam. Relativamente aos correios, trata-se então de um fenómeno empírico a partir do qual podemos verificar o papel que a comunicação desempenha na construção da rede Estado-Economia-Sociedade.

Assim, no que toca ao processo de formatação da actividade económica (ou o *assembling* da economia), o serviço de correio foi, desde logo, uma ferramenta essencial

³⁴⁴ “The assembling of «society» by the state had the same end as that of the economy, so that the economy, society and the state were mutually reinforcing. All three seemingly different entities were in fact part of the same political process” *Ibid.*, pág. 104.

ao desenvolvimento de relações comerciais geográficas e socialmente mais distantes. Como prova, o autor destaca a invenção do *Pattern Post*³⁴⁵ (envio de amostras de um produto) e a consolidação do *Parcel Post*³⁴⁶ (envio de encomendas), de *Money* e *Postal Orders*³⁴⁷ (envio de dinheiro em pequenas quantias) ao longo do século XIX – serviços estes que facilitaram o exercício da liberdade económica por parte das famílias e pequenas empresas, que eram os responsáveis pela grande maioria da actividade económica no Reino Unido³⁴⁸. A esses serviços juntam-se ainda a importância do telégrafo (outro sistema de comunicação apropriado pelo *Post Office* em 1870³⁴⁹) na condução da actividade bolsista e jornalística³⁵⁰.

No entanto, os diferentes usos económicos a que o novo sistema de comunicação se foi propondo, por si só, não explicam a criação da esfera económica autonomizada pelo próprio Estado. Dessa forma, a função que os correios desempenharam na produção da economia é defendida por Joyce com base na intenção da elite política e administrativa britânica em introduzir os princípios da economia política no funcionamento da própria instituição (e às instituições públicas em geral), para que depois se estendesse a sua orientação à restante sociedade, sujeita a uma “*economical governance*”³⁵¹. Para tal, “*the creation of an infrastructure that facilitated economic freedom*”³⁵² não bastava, sendo igualmente necessário “*the encouragement of the kind of subject capable of acting in this new sort of free society*”³⁵³. Na prática, foi através da criação de serviços como o *Post Office Savings Bank* que os cidadãos da sociedade britânica foram convidados a participar na economia de mercado, enquanto actores adequados a essa mesma realidade³⁵⁴, o que neste caso significava possuir um espírito “*frugal, acquisitive, entrepreneurial*”³⁵⁵. Em suma, a propensão “natural” para a prosperidade e o bem-estar material oriundas da

³⁴⁵ *Ibid.*, pág. 117.

³⁴⁶ *Ibid.*.

³⁴⁷ *Ibid.*, págs. 114-5.

³⁴⁸ “*in the 1880s «big business» made up only about 15 per cent of the national economy*” *Ibid.*.

³⁴⁹ *Ibid.*, pág. 93.

³⁵⁰ “*In the mid-1850s it appears that 50% of telegraph messages related to the Stock Exchange*”, *Ibid.*, pág. 119.

³⁵¹ *Ibid.*, pág. 105. Este processo é baptizado pelo autor de “*Economising the state and society*” (pág. 102), sendo este o título da primeira secção do capítulo 3 “*Postal economy and society: making the technical social*” (pág. 100).

³⁵² *Ibid.*, pág. 112.

³⁵³ *Ibid.*.

³⁵⁴ *Ibid.*, págs. 84-5 e 114-7.

³⁵⁵ *Ibid.*, pág. 115. Na página seguinte, Joyce cita George Chetwynd, *Receiver and Accountant-General of the Post Office* em 1874, que via o serviço como um meio para incutir “*provident habits*” na classe trabalhadora.

liberalização da actividade económica decorreu dum processo de formatação dos agentes económicos via intervenções políticas (porque estatais).

Por fim, ao mesmo tempo que o *Post Office* formatava a actividade económica conforme os princípios do mercado livre, também o Estado foi adquirindo o seu carácter distinto, à medida que a sua existência se tornou inquestionável³⁵⁶. Criando, desenvolvendo e garantindo as infra-estruturas necessárias para o envio de cartas, para o uso do telégrafo e para chamadas telefónicas, os cidadãos britânicos puderam adoptar progressivamente novas formas de vida dependentes do funcionamento normalizado dos serviços públicos, incluindo o fornecimento de água e electricidade. Daí que o autor tenha dedicado tanta da sua atenção à agência não-humana e à problemática da materialidade no processo de produção da distinção Estado/Sociedade, pois sem infra-estruturas o Estado não passaria de uma ideia. Infelizmente, mesmo as suas infra-estruturas não parecem oferecer uma resposta clara sobre a sua essência. Contudo, o que a entidade governante revela na sua distinção face à realidade governada com a sua naturalização – é a contradição que Joyce começa por enunciar na sua obra, ao perguntar “*What is the State?*”.

What about the social?

Ainda assim, de modo a dar continuidade à procura por uma resposta ao problema de definição do Estado, aplicamos-lhe agora o mesmo raciocínio que motivou a sua presença numa dissertação sobre a realidade económica. Isto é, a inclusão da obra escrita por Patrick Joyce justifica-se pela presença e referência constante ao papel fundamental que a primeira entidade desempenha não só na manutenção, mas também na própria criação da última. Tendo isso em conta, achou-se por bem procurar compreender melhor que entidade era esta, através da qual se tornou possível questionar mais aprofundadamente a essência e unidade da economia. Ora, ao dedicar alguma atenção ao sujeito aparentemente responsável pela existência desse objecto, foi possível verificar que o seu processo de criação é recíproco e simbiótico, garantindo assim que tanto um como o outro se possam distinguir, de forma a garantir a sua a unidade, homogeneidade e essência. Com base nesse exercício, descobrimos também que essa distinção não é exclusiva a esses dois domínios, visto que a sociedade constitui outro dos domínios com o qual o Estado mantém

³⁵⁶ *Ibid.*, pág. 54.

essa relação de cumplicidade. Deste modo, não só é possível como necessário aplicar ao Estado o mesmo raciocínio que foi aplicado à economia, que pode ser resumido da seguinte maneira: se a resposta à pergunta “O que é a economia?” nos levou a reconsiderar a sua relação com o Estado, ao ponto de se procurar uma resposta à pergunta “O que é o Estado?”, a resposta a esta outra pergunta leva-nos a tomar em consideração a relação Estado/Sociedade, que nos impede de concluir esta dissertação sem procurar uma resposta à última pergunta de partida “O que é a sociedade?”.

Ora, existem vários autores que já se propuseram a esse exercício, entre os quais o próprio Patrick Joyce³⁵⁷, que argumenta ser impossível abordar o problema de definição do Estado sem estendê-lo ao domínio social, dadas as características que ele adquire através da distinção entre ambos³⁵⁸. No entanto, achou-se por bem recorrer a um autor que não o historiador britânico, não só por uma questão de diversidade bibliográfica, mas também pelo facto de este exercício constituir mais uma oportunidade de expandir as considerações teóricas que têm sido feitas a outros domínios científicos – tratando-se efectivamente de um meio de verificação da natureza geral (ou particular) que se quer atribuir a essas considerações. É então por essas e por outras razões que recorreremos a *Reassembling the Social*³⁵⁹, de Bruno Latour.

Esta obra, publicada no início do século XXI, difere consideravelmente das que foram anteriormente analisadas. De um modo geral, aquilo que a distingue das restantes obras aqui presentes remete-nos para a natureza filosófica, e não histórica, do argumento que o sociólogo francês expõe, cujo objectivo é provar a impossibilidade de se falar de um modo desinteressado, naturalizado e acrítico sobre “o social” como um domínio ou entidade³⁶⁰, à qual a sociologia ou qualquer outra ciência/filosofia se refere para explicar um determinado fenómeno³⁶¹. Para prová-lo, o autor começa por denunciar um problema de definição da realidade social, dado que a sua omnipresença a faz incapaz de se atribuir-lhe qualquer característica específica³⁶². Logo, se o objectivo é saber o que é esta entidade, ela não pode ser tomada como ponto de partida, mas sim de chegada – como algo que

³⁵⁷ JOYCE, Patrick (ed.), *The Social in Question: New Bearings in History and the Social Sciences*, Routledge, 2002; *Idem*, “What is the social in social history?”, in *Past & Present*, no. 206 (2010): 213-48.

³⁵⁸ Nas palavras do próprio: “*If state and society can no longer be adequately grasped in the old dualistic way then the “network” approach to the state applies equally to understating «society», or as it should more appropriately be called, «the social».*”, *Ibid.*, pág. 19.

³⁵⁹ *an introduction to actor-network-theory*, New York, Oxford University Press, 2005.

³⁶⁰ LATOUR, Bruno, *Reassembling the social*, pág. 108.

³⁶¹ *Ibid.*, pág. 1.

³⁶² “*The social seems to be diluted everywhere and yet nowhere in particular*”, *Ibid.*, pág. 2.

(recorrendo à sua terminologia) é *assembled*³⁶³. Aliás, é mediante este raciocínio que Latour chega à nossa última pergunta de partida, cuja resposta é dada com base na *actor-network-theory*, uma metodologia desenvolvida pelo próprio e por Michel Callon³⁶⁴. De um modo resumido, essa teoria consiste numa abordagem descritiva das *relações* ou *associações* entre agentes, ideias, objectos e quaisquer outros elementos que produzem um certo “*state of affairs*” – entre os quais o Estado, a economia e a sociedade. Nesse sentido, o autor entende ser uma teoria compatível com uma *sociologia de associações*, que assume como objecto de estudo (inicial) o princípio associativo, em vez da realidade social³⁶⁵.

Em contrapartida, Latour formula esta nova ciência como oposta àquela que designa por sociologia do social, que generaliza como a mais tradicional³⁶⁶. No seu entender, a incompatibilidade entre a tradição sociológica e a sua proposta reformuladora prende-se com o facto de a primeira tomar como explicação aquilo que deve ser explicado³⁶⁷ – o domínio social. Como prova, o sociólogo refere-se aos problemas que se tornaram evidentes com o falhanço da aplicação de uma “explicação social” ao estudo das ciências naturais³⁶⁸. Em causa estava a persistência do problema ontológico da sociedade, uma vez que a sociologia do social não podia estender as forças sociais aos factos científicos, pela simples razão de que estes se definem pela sua condição externa a quaisquer constrangimentos humanos. Desta experiência, Latour conclui que a *actor-network-theory* seria inadequada para o estudo da ciência – enquanto procurasse socializar aquilo que se encontrava além da socialização. Perante esse resultado, surgiu o seu impulso reformulador da sociologia, que Latour também justifica como sendo um retorno às origens da disciplina, ao demonstrar que já Gabriel Tarde e Émile Durkheim teriam debatido a mesma questão relativa ao objecto de estudo³⁶⁹.

Posto isto, de que maneira é que as ideias do sociólogo francês vão ao encontro do quadro teórico que se tem procurado construir até agora? Começando pelas relações mais directas, é óbvio que a autoria conjunta da *actor-network-theory* comporta uma

³⁶³ *Ibid.*, pág. 8.

³⁶⁴ No geral, a autoria é atribuída a Latour, Callon e a John Law.

³⁶⁵ *Ibid.*, pág. 13.

³⁶⁶ *Ibid.*, pág. 3.

³⁶⁷ *Ibid.*, pág. 100.

³⁶⁸ Exemplo descrito na secção intitulada sugestivamente de “The fortunate wreck of sociology of science”. *Ibid.*, págs. 93-9.

³⁶⁹ *Ibid.*, pág. 13.

relação muita próxima entre Bruno Latour e Michell Callon. Assim, é natural que as mesmas premissas teóricas presentes nos vários artigos que compõem *The Laws of the Markets* estejam igualmente presentes em *Reassembling the Social*. No que diz respeito à *inversão metodológica*, é evidente o cunho epistemológico da abordagem latouriana: afinal, a resposta que o sociólogo francês considera satisfatória à questão da definição do domínio social é aquela que contemple primeiramente a sua existência. Em relação a Patrick Joyce, mais do que as suas referências à obra de Latour, é a sua crítica às concepções tradicionais do Estado que justificam uma leitura aproximada de ambos os autores³⁷⁰.

Contudo, a premissa teórica talvez mais inscrita no argumento de Latour concerne o *voto de ignorância*, aparente na questão “*How far can one go by suspending the common sense hypothesis that the existence of a social realm offers a legitimate frame of reference for the social sciences?*”³⁷¹. Dito de outro modo, o sociólogo sugere, tal como Mitchell e Joyce, abdicar do conhecimento prévio que possuímos sobre o fenómeno que queremos estudar, com o intuito de dar continuidade à exploração das divisões, distinções, cumplicidades e simbioses subjacentes à história do Estado, da economia e da sociedade. Ainda assim, a relevância do voto de ignorância em *Reassembling the social* é realmente expressa no rótulo que o seu autor pretende que seja atribuído à obra, o de guia para todos os que procuram alguma assistência na sua orientação por terras *desconhecidas*³⁷².

³⁷⁰ O historiador britânico resume o problema de definição do Estado recorrendo a termos latinos que surgem em vários momentos da obra de Bruno Latour, presentes no seguinte excerto: “*the explanandum [o Estado] has become the explanans*”. JOYCE, Patrick, *The State of Freedom*, pág. 14.

³⁷¹ LATOUR, Bruno, *Reassembling the social*, pág. 12. O sublinhado é meu.

³⁷² *Ibid.*, pág. 17.

Conclusão

Dando por terminado o exercício de associação entre as premissas, metodologias, análises e conclusões apresentadas ao longo de todo este texto, é tão necessário quanto proveitoso proceder, neste momento, a uma reflexão sobre o percurso realizado até aqui. Deste modo, pretende-se reter o sentido do trabalho apresentado, não sem antes abordar as limitações da presente tese, de modo a oferecer ao leitor uma ferramenta útil à apreciação da minha capacidade em cumprir com os objectivos a que me propus.

Tendo em conta a intenção de questionar o discurso e a realidade económica (no sentido mais lato possível do termo) no período contemporâneo, começou-se por levar a cabo a recolha de uma bibliografia que pudesse orientar uma crítica abrangente e multifacetada, sem que ela se limitasse a um país, sociedade, evento ou até área de saber específica. É por essa razão que fenómenos e realidades tão díspares quanto a agricultura colectivizada na União Soviética, as reformas estruturais na economia egípcia, a adopção do dólar americano e os correios no Reino Unido compõem esta dissertação. O mesmo se aplica ao recurso a saberes como a antropologia, a sociologia da ciência, a história social e a teoria política.

Porém, a abrangência que se procurou atribuir à crítica apresentada comporta também vários problemas de natureza metodológica e teórica que não devem ser descurados. Em primeiro lugar, existe um problema de representatividade, relativo às diferentes realidades empíricas que sustentam as considerações teóricas que foram sendo feitas. Acresce ainda o facto de a base empírica mobilizada não ter sido verificada, quer em primeira mão, quer em segunda, através do recurso a outros autores que estudaram os mesmos objectos – ou através de fontes primárias.

Em contrapartida, não deixa de ser evidente que a escolha da bibliografia foi feita em prol de contributos teóricos, sobre os quais se procurou defender existirem traços

comuns, independentemente da base empírica a que se referem. Relativamente aos contributos teóricos, dada a importância que lhes foi atribuída, impõe-se-lhes um olhar igualmente crítico. Desta forma, é necessário realçar o facto de que, à excepção de Karl Polanyi e da sua obra, a bibliografia escolhida não contempla autores nem obras oriundas do próprio campo da ciência económica. Aqui, ressurgem o problema da representatividade, considerando a impossibilidade de adoptar uma postura mais céptica face às descrições que Mitchell, Callon, Polanyi e restantes fazem da realidade e da teoria económica.³⁷³ De resto, mesmo a bibliografia que não se situa nesse campo poderia ter sido mais abrangente, pois existem outras críticas importantes e/ou relevantes que não foram contempladas, nomeadamente as de escolas marxistas, de Michel Foucault³⁷⁴ e as do campo da economia cultural³⁷⁵, entre muitas outras.

No que diz respeito ao percurso teórico (que se procurou construir através das associações das ideias expostas), existe outro problema de natureza metodológica. Tendo começado a crítica à ciência económica a partir da obra de um economista (ainda que heterodoxo), optou-se por seguir um raciocínio que exigiu a transgressão da fronteira económica. Assim, foi do desfasamento entre a cumplicidade histórica e a incompatibilidade teórica presente na relação Estado/Mercado polanyiana que se considerou interessante abordar uma obra como a de James Scott e de Patrick Joyce, cujas considerações sobre a natureza e performance do Estado nos séculos XIX e XX parecem ir ao encontro desse desfasamento. Através de *Rule of Experts*, procurou-se compreender melhor a origem da natureza paradoxal da relação Estado/Mercado, que o autor defende encontrar-se noutros fenómenos e de outras formas, justificando assim o abandono da crítica à condição artificial/fictícia da esfera económica (por oposição a um ideal de natureza/verdade da realidade). Por sua vez, a extensão da crítica até à sociologia e à esfera social decorreu da comparação de Joyce entre as relações Estado/Mercado e Estado/Sociedade, que autores como Polanyi e Scott não tiveram tanto em conta, tornando-se aparente as limitações das críticas à economia que não se estenderam a um domínio com tantas características semelhantes. Com *Reassembling the social*, deu-se

³⁷³ A referência a desenvolvimentos como a *behavioural economics* seria um bom exemplo, na medida em que os seus adeptos procuraram formular uma teoria económica científica sem recorrer à premissa do actor racional.

³⁷⁴ A sua crítica à ciência e realidade económica encontra-se em textos como “Governmentality”, in BURCHELL, Graham, GORDON, Collin, MILLER, Peter (ed.), *The Foucault Effect: studies in governmentality*, University of Chicago Press, 1991, págs. 87 – 104.

³⁷⁵ Como exemplo, ver AMIN, Ash, THRIFT, Nigel (ed.), *The Blackwell Cultural Economy Reader*, Blackwell Publishing, 2004.

mais uma transgressão, chegando desta vez à esfera social. Deste modo, o raciocínio construído partiu de uma crítica à fronteira entre Estado e economia, seguindo para uma crítica às fronteiras do Estado, que nos trouxe até ao problema das fronteiras da sociedade.

Ora, levando este raciocínio às suas últimas consequências, seria necessário transgredir a última fronteira, de modo a alcançar o último domínio que não chegou a ser questionado – o natural. Desta forma, a metodologia merece ser alvo de uma crítica importante, relativa ao seu carácter *inconclusivo*. Isto é, se a intenção de problematizar os limites da esfera económica desencadeou um processo de multiplicação dessa problematização, faria sentido não ter parado na última fronteira a ultrapassar. A propósito do domínio natural, o facto é que não foi apenas Latour a evidenciar a necessidade e o proveito em dar esse passo, sendo que Joyce e (principalmente) Mitchell³⁷⁶ também defendem que as relações Estado/economia e Estado/sociedade remetem para outras relações, entre as quais a natural/social.

Perante esta circunstância, havia apenas uma hipótese, que seria incluir uma obra dedicada justamente à problematização dos limites da esfera natural. Contudo, essa última referência nunca poderia dar por concluído o raciocínio em questão. Imagine-se que, acabada a análise crítica da esfera natural, não existiriam mais limites a serem questionados. Se assim se verificasse, o raciocínio poderia efectivamente chegar a um destino final – um feito que, por inerência, faria dele incompatível com a natureza processual e incompleta, comum a todos os domínios abordados. Por exclusão de hipóteses, considere-se agora que não se verifica a conclusão do raciocínio por meio da crítica aos limites da esfera natural. É essa consequência, ao evidenciar mais uma vez a natureza inconclusiva de raciocínio continuado, que nos permite reconsiderar o valor que pode ser atribuído à crítica inicialmente formulada.

Relembremo-nos do processo calloniano do *reframing*. Sendo este um produto intrínseco à dinâmica entre o acto de *framing* e os *overflows* resultantes, a única solução passível de extinguir esse processo implicaria acabar com todo o acto económico, uma vez que ele só se concretiza quando existem as condições e mecanismos que assim o permitem. Da mesma forma, a única maneira de completar o processo teórico de

³⁷⁶ O primeiro capítulo de *Rule of Experts* consiste num relato da construção de barragens no Egipto nos finais de oitocentos/inícios de novecentos, alusivo a um processo de produção da distinção entre natureza e sociedade, materializado precisamente através desse tipo de obras públicas. Capítulo 1, “Can the Mosquito Speak?”, in MITCHELL, Timothy, *Rule of Experts*, págs. 19 – 53.

transgressão teria de corresponder à inexistência dos domínios que permitem a sua formulação.

Por sua vez, esta reconsideração pelo carácter inconclusivo do percurso que se quis construir permite-nos agora proceder a uma reflexão sobre os seus possíveis usos futuros. Em primeiro lugar, poderíamos referir-nos ao aprofundamento do debate que diz respeito à diferença entre ciências naturais e ciências sociais, que ainda vigora. Nesse contexto, tornar-se-ia possível repensar essa relação, de modo a que tanto um domínio como o outro passassem a beneficiar de contributos e metodologias exógenas, contribuindo assim para um desenvolvimento mais recíproco do conhecimento, sem que isso pusesse em causa a sua veracidade ou a qualidade científica. Não obstante a relevância que esse contributo possa vir a ter, interessa-nos realçar a dimensão política que o exercício apresentado comporta. Aqui, referimo-nos à problemática da agência humana, subjacente a todas as obras presentes nesta dissertação, nomeadamente através das dificuldades (e/ou facilidades, dependendo do ponto de vista) que o desenvolvimento científico-tecnológico trouxe ao seu exercício. Revisitemos uma última vez o caso da colectivização da agricultura na União Soviética, presente em *Seeing like a State*, cuja análise demonstrou a aparente contradição entre a introdução da agricultura moderna, industrializada e científica, e o exercício do livre-arbítrio por parte dos camponeses que trabalhavam nos *kolkhozes* e *sovkhozes*. Em causa estaria então o desenvolvimento de um processo tecnocrático, cuja intenção de orientar o desempenho do Estado segundo os princípios da objectividade não se coadunava com a subjectividade inerente a qualquer exercício político. Porém, a incompatibilidade entre a técnica e a política, à semelhança de todas as outras distinções escrutinadas, não constitui uma premissa, mas sim um resultado de um processo que a produz, de forma inconclusiva. Daí que o dólar americano tenha sido ressocializado e a economia de mercado reincrustada. Assim, para que efectivamente se verificasse a existência dessa incompatibilidade no contexto soviético, teríamos de considerar a própria técnica, ciência e tecnologia como fenómenos não-humanos ou que existem para além do Homem. Desta forma, a dimensão política que nos interessa realçar remete para a importância a atribuir à agência humana na produção de todo o conhecimento, uma vez que, sem ela, restaria apenas uma realidade imutável, completa e única, na qual a nossa existência seria, em última instância, irrelevante.

Bibliografia

CALLON, Michel (org.), *The Laws of the Markets*, Oxford: Blackwell: The Sociological Review, 1998

EUDAILY, Sean Patrick, "Avoiding Liberalism's Gaze: Myopia in James Scott's "Seeing Like a State".", in *The Good Society* 10, no. 2 (2001): 46-48, Penn State University Press

JOYCE, Patrick, *The State of Freedom: a Social History of the British State since 1800*, Oxford University Press, 2013.

LATOUR, Bruno, *Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory*, Oxford University Press, 2005

MITCHELL, Timothy, *Rule of Experts*, Berkeley, University of California Press, 2002

NISKANEN, William A, "A Case for Decentralizing Policy.", in *The Good Society* 10, no. 2 (2001): 42-45, Penn State University Press

POLANYI, Karl, *A Grande Transformação, de Karl Polanyi: Questões de Interpretação*, trad. Miguel Serras Pereira, edições 70, Lisboa, 2012

SCOTT, James "A Reply to Hardin, Ostrom, Niskanen, and Eudaily." *The Good Society* 10, no. 2 (2001): 49-51, Penn State University Press

SCOTT, James C., *The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*, New Haven, Yale University Press, 1976

SCOTT, James C., *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*, New Haven, Yale University Press, 1998

THOMPSON, E. P., "The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century", *Past & Present*, No. 50 (Feb., 1971), pp. 76-136, Oxford University Press

WALLERSTEIN, Immanuel, "Três Ideologias ou apenas uma? A pseudo-batalha da modernidade", in *Após o liberalismo: Em busca da reconstrução do mundo*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2002, págs. 81-100, 2002

